

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O NOVO ESPÍRITO DO SERVIÇO PÚBLICO EM BRASÍLIA:
O trabalho estranhado e a vocação para o consumo

Autor: Alexandre Varela Moreira

Brasília, 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O NOVO ESPÍRITO DO SERVIÇO PÚBLICO EM BRASÍLIA:
O trabalho estranhado e a vocação para o consumo

Autor: Alexandre Varela Moreira

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Brasília, junho de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O NOVO ESPÍRITO DO SERVIÇO PÚBLICO EM BRASÍLIA:
O trabalho estranhado e a vocação para o consumo

Autor: Alexandre Varela Moreira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Banca: Prof.^a Dr.^a Christiane Machado Coêlho (UnB)
Prof. Dr. Mário Lisboa Theodoro (Senado Federal)
Prof.^a Dr.^a Analia Laura Soria Batista (UnB) (SUPLENTE)

Àqueles que não ficam cegos diante do sofrimento alheio.

AGRADECIMENTOS

Todo aprendizado só se viabiliza nas relações de reciprocidade. O conhecimento é a verdadeira arte de dar e receber. A essa altura, sinto-me bastante agraciado por ter recebido bem mais do que aquilo que poderia retribuir. Assim como qualquer indivíduo, sou fruto de uma história e tenho profunda gratidão por tudo que vivenciei. Agradeço aos meus pais por me permitirem trilhar os caminhos que desejei. Se foi possível conceber rotas próprias é porque estava ancorado no amor, respeito e liberdade com que eles, minha querida irmã, meus adoráveis avós e toda minha família me presentearam.

Ao longo da vida, temos a dádiva de podermos ampliar a nossa família e fazer do amor algo ainda mais fecundo. Agradeço ao meu mais forte alicerce, minha esposa Angélica Melo. Nela reconheço os mais altos valores da humanidade: compaixão, carinho, gentileza, amizade e abnegação. Nos meus momentos de angústia e fraqueza, ela tirava forças até de onde não tinha para me ver de pé. Essa obra só se tornou possível devido a você, minha amada! Sem seu apoio, jamais chegaria até aqui.

Quando ainda delimitava o rumo da pesquisa, fui contemplado com a sabedoria e solicitude da professora Christiane Girard. Devo a ela o horizonte teórico que me foi apresentado nas aulas de subjetividade no mundo do trabalho. Sou grato pelo acolhimento do projeto e pela orientação competente e atenciosa que lhe foi destinada. Já dizia Isaac Newton, se em algum momento pude enxergar mais longe é porque estava sobre ombros de gigantes. Agradeço ao corpo docente do Departamento de Sociologia e, especialmente, àqueles professores que muito me ensinaram: Arthur Trindade, Maria Stela, Fabrício Monteiro, Sérgio Tavolaro e Mariza Veloso. Em memória do professor Brasilmar Ferreira cujo profissionalismo e conhecimento nos deixam um grande legado. Aos membros da banca que engrandecem esta pesquisa, Christiane Machado e Mário Theodoro.

Por fim, externo minha gratidão a todos envolvidos nessa jornada. À Polícia Civil do Distrito Federal. À amiga Marilyn Schmitz, por viabilizar muitas das entrevistas; aos amigos de trabalho, especialmente James Aragão, que me ajudaram a conciliar as demandas laborais com as exigências do mestrado. Aos amigos Bruno David e Lucas Rocha, sempre solidários ao meu empenho. Ao amigo e compadre David Gomes, que incentivou minha trajetória acadêmica e acreditou em seus frutos, até mais do que eu. E a todos os entrevistados que me contemplaram com sua atenção e presteza.

"Eu sempre acreditei em números, nas equações, na lógica que leva à razão. Mas depois de uma vida inteira nesta jornada, eu me pergunto: O que realmente é a lógica? Quem decide a razão? Minha busca me levou pelo físico, o metafísico, o ilusório... e de volta. E eu fiz a descoberta mais importante da minha carreira: é apenas nas misteriosas equações do amor que qualquer lógica ou razão pode ser encontrada."

(John Nash, personagem do filme *Uma Mente Brilhante*, 2001)

RESUMO

Esta pesquisa problematizou a realidade de jovens residentes em Brasília que ingressam no serviço público sem considerar a realização profissional, mas em busca de atributos que não correspondem ao desempenho do trabalho em si, tais como bons salários, estabilidade e jornadas diárias reduzidas. Para tanto, fez-se necessário delinear os aspectos econômicos e culturais da cidade que elevam o concurso público à condição de forma privilegiada de inserção no mercado de trabalho. A partir da análise exploratória de diversos dados socioeconômicos, percebeu-se a pujança do serviço público como produtor de riqueza e o seu impacto na distribuição de renda na capital. Investigou-se também os valores da sociedade de consumo e as inúmeras possibilidades de experiência que reduzem o trabalho a um simples meio de realizar outros anseios. A necessidade de auferir renda e usufruir do acesso ao mercado de bens e serviços levam os indivíduos a relativizarem uma possível ausência de sentido nas rotinas laborais. Coube assinalar que a insatisfação com o cotidiano profissional engendra uma série de conflitos psíquicos e sociais. Sendo assim, a pesquisa procurou transcender os meros móveis materiais que pautam a escolha pela carreira pública e imergiu nas histórias de vida de dez servidores públicos. Antes disso, realizou-se uma revisão teórica acerca das perspectivas voluntaristas e deterministas da ação individual para nortear a investigação dos projetos pessoais em questão. Os entrevistados selecionados ingressaram em cargos que não exigiam formação específica, alguns deles, inclusive, tiveram que apresentar o diploma de nível superior, independente da faculdade cursada. Sendo assim, foram verificadas as mais distintas trajetórias sociais e acadêmicas. Com o auxílio de ferramentas teóricas oriundas da sociologia clínica, foi possível examinar elementos que não emergem no discurso corrente e ultrapassam o pragmatismo baseado no binômio renda e estabilidade. Constatou-se que a história familiar e o medo de um cenário cada vez mais adverso ao trabalhador, devido à precarização dos contratos empregatícios, são decisivos nas escolhas dos jovens que ingressam no serviço público.

Palavras-chave: Serviço Público. Estabilidade. Sentido do trabalho. Precarização. Sociologia Clínica.

ABSTRACT

This research has tackled the reality of young residents in Brasilia, who engage in the public service workforce not seeking professional satisfaction, but attributes that do not relate to the labor activity, such as good salary, financial stability and advantageous working hours. Nevertheless, it was necessary to analyze economic and cultural aspects of the city that attribute to these government jobs a privileged position in relation to the workforce. Based on the analyses of socioeconomic data, it has been concluded the strength of the public service is a source of wealth and its impact on the distribution of income in the capital. Also, the morals in this consumer society and its endless opportunities that diminish the value of labor in order to satisfy other needs have also been studied. The need individuals have to generate income and have access to goods and services prompt individuals to neglect a hypothetical absence of a deeper meaning in terms of work routine. It has been proven that professional dissatisfaction on a daily basis causes a series of psychological and social dysfunctions. Therefore, this research has shifted its focus from the standpoint of material wealth that influence people to engage in a career in the public sector, to study the lives of ten public servants. Prior to that, a review of theories on volunteer's perspective and determinants of individual behavior were conducted in order to direct the investigation of these personal projects. The interviewed subjects had been accepted into job positions that did not required specific qualification, that meaning, some candidates were only obligated to have a bachelor's degree, regardless of the field of study. Therefore, a multitude of distinct social and academic trajectories have been analyzed. In addition, theoretical tools in clinical sociology were used to analyze elements that have not come to light during the current analysis and that have exceeded the pragmatism of income and financial stability. It has been established that the subject's family history and the fear of an unfavorable work scenario caused by precariousness in employment contracts have been a decisive factor in the lives of young adults when deciding to engage in the public service.

Keywords: Public Service. Stability. Meaning of work. Precariousness. Clinical Sociology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I – TEORIA E MÉTODO	15
1. Problema e hipóteses de pesquisa	15
2. A teoria	16
2.1. As origens de um dualismo teórico	19
2.2. Indivíduo e sociedade	22
2.3. A sociologia voltada para o indivíduo	27
2.4. As transformações do século XX: rumo à economia global.....	32
2.5. Identidades fragmentadas.....	36
3. O método	40
PARTE II – O CONTEXTO DA PESQUISA	51
4. Disposições materiais e culturais	51
4.1. O serviço público como fonte de riqueza	51
4.2. A estabilidade no cargo e a garantia da renda	57
4.3. O privilégio de ser estável	58
4.4. O poder aquisitivo de um servidor público.....	64
4.5. Breve histórico do concurso público no Brasil	66
4.6. As origens da estabilidade.....	71
5. Os sentidos do trabalho.....	73
5.1. Contribuições da psicodinâmica do trabalho	78
6. A ubiquidade do consumo.....	81
7. A cultura do assalariado	88
PARTE III - AS ENTREVISTAS	91
8. A seleção dos entrevistados e impressões gerais	91
9. O encontro entre as narrativas e a teoria.....	92
10. Outras ponderações.....	124
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
12. REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

Quem nunca estudou para um concurso público ou sequer conhece alguém que o faça tem poucas chances de ser um habitante de Brasília. Tornar-se servidor estatutário na capital federal é quase um imperativo categórico kantiano. Indivíduos de diversas condições econômicas – estejam eles desempregados, empregados ou ainda na iminência de prestar vestibular – constroem projetos existenciais calcados na aprovação em certames que os permitirão assumir um cargo na Administração Pública. A depender do grau de empenho, essas pessoas podem se tornar verdadeiros “concurseiros”, epíteto que passou a reger o imaginário e a realidade locais.

A necessidade de emprego ou de maior remuneração, conjugada com o sonho da aprovação em seleções cada vez mais concorridas, ganha premência frente às atividades laborais a serem exercidas pelos futuros servidores. As benesses do serviço público (estabilidade, licenças remuneradas, altos salários, jornadas de trabalho reduzidas, dentre outras) são tão aclamadas que o rito de passagem para o cargo, em muitos casos, sobrepuja as funções a ele correspondentes. Não é incomum, como será demonstrado, identificar pessoas que trabalham na Administração Pública em áreas que não correspondem à sua formação educacional. Tal realidade se consiste no elemento fundamental a ser perscrutado nesta pesquisa. Os cidadãos brasilienses, e mais especificamente os jovens, parecem estar diante de uma formatação profissional que, embora tenha causas multivariadas e não excludentes entre si, chama a atenção por dois aspectos que transcendem as escolhas individuais:

1- a natureza do mercado de trabalho da cidade cuja Administração Pública, federal e distrital, é a maior geradora e consumidora de serviços;

2- a recursividade dos discursos acerca das vantagens do serviço público que instituiu uma cultura do concurso na cidade.

Ao atentar-se para essas disposições materiais e estruturais, percebe-se a deficiência de modelos teóricos que enfatizam as escolhas individuais ou ações voluntaristas do sujeito. Dito isso, percebe-se que a realidade é complexa o bastante para ser reduzida a

psicologismos ou à ideia utilitária do cálculo racional. Não que seja o objetivo desta pesquisa reforçar o antagonismo entre agência humana e estrutura social que há tanto tempo preocupou grandes pensadores, tampouco se propõe uma panaceia para esta sina que persegue todo sociólogo. Entende-se, para os fins deste trabalho, que a estrutura está imbricada na agência e não pode ser vista como um elemento hipostasiado. Portanto, só é reconhecida na recursividade das práticas sociais, das inter-relações pessoais. Salvo as devidas distinções entre os termos, aproximam-se dessa conceituação as ideias de *estruturação* em Anthony Giddens e de *habitus* em Pierre Bourdieu¹. Não obstante, afirmar que as disposições estruturais só podem ser reconhecidas nas ações individuais não é o mesmo de dizer que esse processo ocorre sem contradições. O sujeito tenta, a todo instante, apropriar-se da sua história e, para isso, mobiliza diversos suportes e se confronta com as mais variadas injunções sociais. Em um constante movimento de continuidades e rupturas, inscreve-se a história de cada indivíduo. Ao percorrer as suas trajetórias, percebe-se, portanto, que não existem biografias homogêneas.

Isso posto, utilizar-se-á como metodologia a narrativa acerca das trajetórias sociais de indivíduos que ingressaram no serviço público por meio da seleção em provas de concurso. O objetivo é identificar os elementos envolvidos nas decisões dessas pessoas. Mediante o auxílio de ferramentas analíticas oriundas da sociologia clínica, do encontro entre história e sujeito, intenta-se perscrutar a tessitura social resultante das determinações contextuais e dos projetos existenciais. Trata-se de uma ferramenta epistemológica que trata os eventos sociais como fenômenos psicossociais. Conforme ensinamentos de Vincent de Gaulejac, a dualidade entre sujeito e estrutura é transposta para o encontro entre história e historicidade. “Se a história faz do homem um indivíduo programado, este guarda a capacidade de modificar essa programação, de operar uma reescrita” (2014: 34). E a possibilidade de investir no futuro só é possível quando o indivíduo integra sua história. Há um constante intercâmbio entre passado e devir.

Nesse sentido, diante de um cenário que reduz os horizontes profissionais dos indivíduos cujos olhares parecem ser obnubilados pelo ideal do serviço público, essa

¹ Cf. GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 13; BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 191. Os dois conceitos situam a ideia de estrutura no âmbito das práticas sociais. Para Giddens, ela só pode se manifestar enquanto “traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva”. Para Bourdieu, a posição do indivíduo no espaço social pressupõe um conjunto de disposições que, “enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

pesquisa intenta investigar o ingresso na carreira pública de Brasília em uma perspectiva ambivalente de autonomia e assujeitamento. Isso porque o trabalho pode se tornar fonte de prazer e autorrealização, mas também é capaz de engendrar estranhamento e angústia quando reconhecido apenas por seus elementos de gratificação, com destaque para a estabilidade e a remuneração. Obviamente que a história não é cristalizada e a subjetividade se constitui como movimento contínuo no fluxo dos acontecimentos. Quando o sujeito vivencia um estranhamento frente às atividades laborais que não lhes são afeitas, ele pode sucumbir à realidade e não enxergar sentido no trabalho, mas pode também ressignificar a importância do trabalho em sua vida. O estranhamento se aproxima da ideia de alienação em Karl Marx, quando este reconhece que o sentido do trabalho pode estar desconectado do âmbito de realização do saber-fazer de cada indivíduo:

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. (2002: 114)

Sendo assim, o trabalho pode ser reduzido a mero emprego. Seu fundamento pode estar em algo que lhe é exterior e significar apenas a possibilidade de ampliar o acesso aos bens de consumo. Se este é o móbil principal daqueles que optam pela carreira pública, o trabalho realizado por esses indivíduos pode se converter em fonte de infelicidade e desumanização como preconizou a filosofia marxista. A partir desse prisma, serão válidas as discussões a respeito da autorrealização pelo consumo trazidas por Gilles Lipovetsky, Guy Standing, Zygmunt Bauman e Collin Campbell (2007; 2013; 2009; 2006).

Uma vez alcançada a meta de se obter a almejada vaga na carreira pública, o agora servidor estatutário se depara com uma realidade que lhe era então pouco conhecida ou ignorada: o seu contexto de trabalho. E é esse novo metiê que servirá de guia para suas demais ações. O trabalho estrutura a rotina do sujeito muitas vezes como uma força centrípeta que atrai as demais esferas de atuação individual. Atividades de capacitação, relações interpessoais, deslocamentos urbanos e momentos de lazer são balizados pelo

horário de trabalho. O servidor público pode agora exercer uma postura de engajamento/estranhamento ou de acomodação/inquietação diante da realidade que se lhe apresenta. Pode desabrochar o seu saber-fazer e realizar-se no trabalho. Mas também, caso aí não se realize, pode desenvolver mecanismos para atenuar a força de uma rotina e de uma organização que visam a capturar a subjetividade do trabalhador. Nesse sentido, o trabalho pode ser ressignificado pelas ações do sujeito e perder a centralidade no contexto de suas vivências. Este cenário coloca em pauta novamente a discussão trazida por Ricardo Antunes (1997) e faz repensar a preponderância do trabalho como fator de humanização.

Por não ser meros produtos de forças sociais ocultas, os indivíduos procuram sempre tomar as rédeas da própria existência. Quando introduzidos no ambiente de trabalho, eles mobilizam a subjetividade, o que faz emergir mecanismos de realização e também, ainda que de forma inconsciente, estratégias de defesas capazes de manter a saúde física e mental do trabalhador. Como preconiza a psicodinâmica do trabalho introduzida por Cristophe Dejours e cujas ferramentas analíticas subsidiarão essa pesquisa, a realidade do trabalho possui grande potencial adoecedor. Logo, surpreendente não é a possibilidade de doença mental, mas sim a manutenção do “enigma da normalidade” diante das adversidades impostas pelas rotinas laborais (DEJOURS, 1992). O sofrimento é inerente ao trabalho, mas pode ser ressignificado em uma solução criativa que transforma o contexto que o desencadeia. Quando isso não ocorre, porém, irrompe a necessidade de estratégias de defesa que não deixem o indivíduo sucumbir em um quadro de patologia mental. Nesse sentido, procura-se identificar os mecanismos mobilizados para contornar situações que geram frustração e sofrimento no ambiente das repartições públicas.

Para atender ao escopo dessa pesquisa, foram entrevistados dez servidores públicos que ingressaram no cargo por meio de concurso. Duas carreiras foram selecionadas. Nenhuma delas exigia formação superior específica, o que pressupõe as mais variadas trajetórias acadêmicas. Muito se vocifera a respeito do ingresso na Administração Pública como certeza de vida confortável e de remuneração garantida. Essa pesquisa, portanto, visa a narrar uma suposta história dos vencedores. Talvez essa historiografia nunca tenha sido explorada pela falta de encanto e novidades. Mas há mais conflitos nessas vivências do que se possam supor.

Diante desse cenário, pergunta-se qual o sentido do trabalho para aquele indivíduo cuja carreira profissional aparece praticamente como uma contingência determinada por

outros fatores, tais como necessidade de renda ou de estabilidade financeira. A ideia de vocação, tão cara à sociologia weberiana, está se esvaindo em um contexto pós-moderno de hiperconsumo? Essas indagações são válidas a partir do momento em que a vida dos servidores públicos continua após a aprovação no concurso. O que para muitos é a realização de um sonho, para outros pode ser o prenúncio de uma verdadeira tragédia.

PARTE I – TEORIA E MÉTODO

1. Problema e hipóteses de pesquisa

A busca por um cargo na Administração Pública se tornou a verdadeira “corrida do ouro” no Planalto Central. O ingresso na burocracia estatal, por mais paradoxal que possa parecer, transformou-se em sinônimo de autorrealização individual. A “gaiola de aço” weberiana assumiu em Brasília adornos improváveis. A impessoalidade e a racionalidade características do aparato que move o Estado, como bem salientou Max Weber (1999), imiscuem-se com o que há de mais pessoal e, em certa medida, irracional nos indivíduos: o exercício do trabalho enquanto práxis (saber-fazer) e a ideia de autorrealização individual.

É necessário irromper com o silêncio acerca de uma realidade que se faz acachapante. Se há pesquisas que apontam a cultura do concurso público como algo digno de atenção por reger o imaginário e as atividades locais, não se avançou até o momento na discussão. Não se pode restringir a dualidade sucesso/fracasso aos aprovados e não aprovados nos concursos públicos. Eis a virada hermenêutica que deve ser considerada. O trabalho em si é fonte de prazer e sofrimento na perspectiva da escola dejouriana. Nesse sentido, o ingresso nas carreiras estatais pode ser apenas o início do sofrimento e não o resultado do sucesso. Faz-se necessário analisar se os mecanismos de recompensa fornecidos ao servidor público, quais sejam, estabilidade do vínculo empregatício, boas remunerações e licenças remuneradas, constituem-se, na verdade, em estratégias de defesa coletivamente construídas e reforçadas para que os indivíduos possam compensar as suas possíveis frustrações com a realidade laboral por eles vivenciada. Em outros termos, convém perscrutar o peso do fator alienante do trabalho na medida em que ele pode se configurar como mero dispêndio de energia física e psíquica e não como fonte de realização pessoal.

Após as referidas análises, convém intentar um diagnóstico dos impactos dessa cultura do concurso público. Até que ponto as vantagens oferecidas pelo regime estatutário geraram efeitos impremeditados tanto nos projetos existenciais dos indivíduos quanto na execução das atividades dentro do serviço público? Dessa forma, aponta-se para as seguintes hipóteses:

H1) A estabilidade do vínculo empregatício e as remunerações acima da média do mercado podem ser mecanismos que compensam uma possível frustração com o trabalho e reforçam uma postura de estranhamento frente à profissão exercida.

H2) Há uma ressignificação das atividades laborais, resultado da perda da centralidade do trabalho na rotina dos indivíduos e nos seus ideais de autorrealização.

H3) A não-identificação com as atividades laborais retroalimenta a cultura do concurso público entre aqueles que já são servidores e os certames se tornam, simultaneamente, portas de entrada e de saída da carreira.

H4) O medo, como fator que transcende a racionalidade das condutas individuais, tornou-se o principal promotor do asceticismo na busca pela vaga no serviço público, uma vez que a atual precarização dos vínculos empregatícios não é algo desejado pelos indivíduos.

H5) Há o esvanecimento da ideia de vocação ou esta simplesmente deixou de ser atrelada necessariamente ao contexto laboral.

2. A teoria

Ao ser introduzido ao curso de Sociologia, logo se aprende que essa área do conhecimento foi um rebento das sociedades ocidentais que se industrializavam e aceleravam o seu processo de urbanização. Tradicionalmente, atribui-se a paternidade dessa nascente disciplina ao filósofo francês Auguste Comte, responsável por cunhar o termo "sociologia". Não obstante, em 1858, ano seguinte ao de sua morte, nascia o compatriota Émile Durkheim, o responsável por lançar os alicerces metodológicos para erguer a Sociologia ao patamar de ciência.

O século XVIII foi o palco de profundas transformações sociais capitaneadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Esta última marca a transição para a Idade Contemporânea. O Iluminismo, por seu turno, instituíu a razão como o verdadeiro

elemento ordenador do mundo. No bojo dessas mudanças, os laços tradicionais caracterizados pela família e pela religião perdem a força de coesão social no diagnóstico durkheimiano. Uma sociedade cada vez mais complexa e secularizada exigia uma nova forma de solidariedade capaz de manter o vínculo entre os indivíduos. É nesse sentido que Émile Durkheim (1999) vai ressaltar a importância da divisão do trabalho social, elemento que reforça a interdependência entre os atores sociais. A leitura da realidade feita pelo sociólogo francês é motivada por suas preocupações a respeito de um contexto em que as consciências individuais pareciam sobrepular a consciência coletiva. Esta se fazia presente em sociedades tradicionais e menos complexas onde os indivíduos se relacionavam devido às similitudes entre eles. Em contrapartida, a sociedade industrial e urbana se destacava pela crescente diferença entre os seus membros e pelo aparente caráter desagregador do fortalecimento das individualidades. Não obstante, a complexidade das funções e as diferentes especialidades no âmbito do trabalho fazem com que os indivíduos reconheçam a sua dependência mútua. Durkheim percebe a força do vínculo social na divisão do trabalho, pois a coesão se faz necessária justamente pela diferença e não pela semelhança, ou seja, ocorre agora a solidariedade orgânica e não mais uma solidariedade mecânica.

É notório o esforço de Durkheim (2007) em conceder à Sociologia uma força positiva que a fundamente como ciência. Para tanto, seria necessário definir um objeto de estudo. Dessa forma, o autor cunha o termo "fato social" para abarcar a coercibilidade, a exterioridade e a anterioridade das práticas sociais ante os indivíduos. Uma leitura precipitada ou parcial da vasta obra de Durkheim pode levar a interpretações de que os indivíduos possuem sua autonomia relativizada frente às formas de padronização de conduta. Sendo assim, o sujeito estaria subsumido nas instituições sociais. Entretanto, o fundador da escola francesa de sociologia preocupava-se tanto em salvaguardar a autonomia dos sujeitos que instituiu a individualidade como a religião laica da sociedade contemporânea. Para o autor, defender os direitos do indivíduo era a "última reserva de ideias e de sentimentos coletivos que são a própria alma da nação" (DURKHEIM, 1975: 245-246). Portanto, impunha-se como norma coletiva vital para a sociedade a possibilidade de cada pessoa transitar, sem constrangimentos, entre as esferas sociais.

Não é por acaso que o Estado aparece como instituição fundamental nesse panorama. Seria ele o agente capaz de preservar a autonomia dos indivíduos por meio do

controle das instituições de segunda ordem que poderiam açambarcar as consciências individuais.

A fim de reservar possibilidade ao desenvolvimento individual, não basta, pois, seja vasta uma sociedade; cumpre possa o indivíduo mover-se com certa liberdade em ampla extensão; cumpre não venha a ser contido e empolgado pelos grupos secundários; cumpre não possam, esses grupos, tornar-se senhores de seus membros, e afeiçoá-los à vontade. Cumpre, portanto, haja, acima de todos esses poderes locais, familiares, secundários numa palavra, um poder geral que estabeleça a lei para todos, e lembre, a cada qual, que cada qual não é todo, mas parte do todo, e não deve reter para si aquilo que, em princípio, pertence ao todo. (DURKHEIM, 1983, p. 57-58)

Ao mesmo tempo em que o Estado tem a função primordial de liberar as personalidades individuais e conter a força de grupos secundários, ele também precisa de contrapesos para não exercer uma compressão total sobre as individualidades. As associações laborais se constituíam, para Durkheim, nos grupos secundários ideais para frear a pujança do poder estatal. Além disso, os interesses particulares dos cidadãos só poderiam emergir nas instâncias coletivas secundárias, pois o caráter genérico e artificial do Estado faz com que este seja uma forma de coletividade distante da realidade imediata dos indivíduos.

Durkheim evidencia a importância do indivíduo ao indicar que a sociedade não teria razão de ser sem a constante mobilização das subjetividades. No entanto, a ênfase do sociólogo francês recai sobre o aspecto coletivo dos valores morais e das prescrições normativas que irão orientar a conduta dos sujeitos. Esse pensamento lançou raízes profundas na tradição sociológica que se dedicaria ao peso das estruturas sociais sobre as consciências individuais. Influenciada, obviamente, pelas ferramentas teóricas que tratavam os fenômenos sociais como objetivos, exteriores e coercitivos. A sociedade se constituía, portanto, em uma realidade maior que a mera soma dos indivíduos, em uma verdadeira consciência coletiva. Essa linha de interpretação faz com que as normas e os valores sejam hipostasiados, transcendam as ações dos sujeitos e a eles se imponham. Privilegia-se, assim, o caráter social tanto na construção da realidade quanto na formação das categorias fundamentais do pensamento humano.

2.1. As origens de um dualismo teórico

Essa perspectiva epistemológica confere um sobrepeso à ideia de internalização nos sujeitos dos imperativos sociais, haja vista que as estruturas precedem a conduta individual. Enquanto esse pensamento se expandia pela França, na nação vizinha, a Alemanha, Max Weber introduziria uma metodologia diametralmente oposta, na medida em que concebia a ação individual como o objeto por excelência da análise sociológica. Sendo assim, a sociedade não estava dada de antemão ao indivíduo, pois seriam os próprios sujeitos que atribuiriam o sentido dado às suas condutas. A ideia de internalização é esvanecida nessa concepção teórica, ao mesmo tempo que a sociedade adquire um caráter mais dinâmico ao se tornar um palco permanente de tensões e conflitos. Percebe-se, já no nascedouro da Sociologia, a dualidade entre sociedade e indivíduo, entre ação e estrutura, que se constituiria no mote de várias escolas e pensadores que surgiriam no século XX.

Max Weber voltava-se para a premência das ações e introduziu o conceito de individualismo metodológico. Os constrangimentos e os mobilizadores de conduta, atribuídos a uma estrutura exterior que precede o indivíduo, não encontram espaço na sociologia weberiana. Em seu lugar, ergue-se a ideia de uma tessitura social cuja trama é constituída pelas ações e significados emanados dos próprios indivíduos. O sociólogo alemão fundamenta o seu aparato teórico no conceito de "ação social" e toma um rumo oposto à concepção de "fato social" desenvolvida por Durkheim.

Pode-se dizer que há um pressuposto na teoria weberiana, ou um elemento metateórico, que é a ideia de autonomia individual. A princípio, a ação de cada indivíduo só se condiciona a um elemento: ao sentido que ele mesmo dá à sua conduta. Não há condições estruturantes da conduta dos agentes, o que implica na ausência de rigidez na reprodução da vida social. Nesse sentido, não há valores absolutos nem significados hipostasiados, ou seja, não existem diretrizes de ação que se substancializam fora da consciência dos próprios indivíduos. Entretanto, Weber se questiona como, a despeito das infinitas possibilidades de ação, é possível a replicação de certas práticas sociais. A essa indagação, ele responderá com a elaboração do conceito de dominação, que será desenvolvido posteriormente. O que cabe ressaltar nesse momento é o caráter indisponível da autonomia individual. A única limitação da liberdade é se desfazer da própria liberdade.

Em termos mais atuais, seria uma aproximação com a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre na qual o homem é “condenado a ser livre”.

Atém-se, por ora, ao conceito de ação social. Quando um agente realiza uma conduta, a qual necessariamente é portadora de sentido, e toma por referência o comportamento de outro agente, dá-se a ação social. Entretanto, há um outro nível de significação mais complexo que o presente nessa ideia. Este nível é o da relação social, conforme discorrido por Gabriel Cohn:

Sabemos que para Weber a ação social é sempre significativa, e que a relação social o é de maneira ainda mais profunda, posto que nela não interessa somente a orientação da conduta do agente conforme a de outro mas, sobretudo, que o sentido da sua ação está condicionado, pela sua orientação relativamente ao conteúdo significativo das ações de outro, ou outros. (1979: 85)

É, portanto, no contexto das relações sociais que Weber desenvolve toda a sua preocupação metodológica. Nesse ponto, o sociólogo alemão vai lançar mão do artifício dos tipos ideais e conceituar quatro ações sociais: a ação racional com relação a um objetivo, a ação social com relação a um valor, a ação afetiva e a ação tradicional. As ações racionais são as que têm maior potencial de compreensão, em virtude da relação entre meios e fins. A primeira espécie de ação racional visa a um resultado que pode ou não ser atingido. A seara econômica fornece uma série de exemplos dessa orientação de conduta. Um deles seria o especulador financeiro que compra um ativo a baixo custo para tentar revendê-lo a um preço maior no futuro. Já a ação racional com relação a um valor condiciona sua existência ao seu próprio resultado, ou seja, adotar um valor como mote de ação já é colocar o valor como finalidade a ser atingida. Um exemplo emblemático dessa conduta é o do pacifista convicto que não se utilizará da violência contra outra pessoa mesmo que esta lhe ameace a integridade física. A ação afetiva entra na esfera das emoções e volições, já a ação tradicional diz respeito a uma conduta quase reflexa, condicionada por hábitos e costumes.

Feitas as devidas considerações metodológicas da teoria weberiana, volta-se nesse momento à preocupação do sociólogo alemão em compreender a reprodução de certas práticas sociais em um contexto de amplo voluntarismo individual. A possibilidade de mudar o curso da história a qualquer momento, devido à autonomia atribuída ao indivíduo da sociedade moderna ocidental, parecia ser inconciliável com a ideia de certa estabilidade

e perpetuação de determinadas relações sociais. Weber se ateve a essa aparente contradição lógica e procurou dissolvê-la no conceito de dominação.

Diferente do poder, a dominação não pressupõe a imposição da vontade de um indivíduo sobre outro. Ocorre que, em determinado momento do curso histórico, alguns valores, oriundos de determinados grupos sociais, são adotados como legítimos pelos demais indivíduos. Sendo assim, para haver dominação é necessário que haja também aceitação. Uma vez estabelecida essa base valorativa “consensual”, certos agentes passam a ter a primazia na condução da vida social e são legitimados para isso.

Nesse contexto, Weber elabora três tipos ideais para classificar as diferentes formas de dominação: tradicional, carismática e racional. O primeiro tipo de dominação corresponde à autoridade que emana da tradição e dos que por ela são legitimados. Já o segundo tipo diz respeito à crença na superioridade de um determinado agente social, seja por uma revelação de caráter religioso ou simplesmente por suas habilidades e atributos pessoais. Por fim, a dominação racional é a que passou a imperar a partir da formação dos Estados nacionais europeus. Este tipo de dominação só foi possível devido à gestão administrativa burocrática e ao desenvolvimento da empresa capitalista. O resultado disso foi que os recursos materiais necessários para a organização do quadro administrativo não guarda mais relação com os funcionários que o compõem. O Estado nacional que se utiliza dessa lógica de dominação foi descrito por Weber nos seguintes termos:

Para nossa consideração, cabe, portanto, constatar o puramente conceitual: que o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos. (1999: 529)

Weber ressalta, em outra passagem, o caráter desumanizado das relações sociais instituídas sob a égide da burocratização que, levada a cabo, cria relações de dominação praticamente inquebrantáveis. A lógica do cálculo racional e da busca por resultados engendra uma automatização na reprodução da via social. Portanto, conclui-se que a racionalidade da organização do trabalho e da produção material, fruto da empresa capitalista e posteriormente transplantada para as relações de dominação

institucionalizadas sob a forma do Estado nacional, originou a metáfora da “gaiola de aço”. Segundo Gabriel Cohn (1979), o diagnóstico da teoria weberiana é de uma crítica resignada. Weber não consegue vislumbrar uma alternativa à realidade que se apresentava.

A peculiaridade da cultura moderna, especialmente a de sua base técnico-econômica, exige precisamente esta “calculabilidade” do resultado. A burocracia em seu desenvolvimento pleno encontra-se, também, num sentido específico, sob o princípio *sine ira ac studio*. Ela desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se “desumaniza”, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais. (WEBER, 1999: 213)

Ao contrário de Durkheim, o sociólogo Max Weber situa os constrangimentos e impulsionadores da ação em um perspectiva relacional e não como elementos exteriores aos indivíduos. Não obstante, há o dilema permanente da oposição entre objetividade e subjetividade. O próprio termo "dominação" empregado por Weber aponta para o caráter objetivo das relações sociais que resistem, portanto, ao sentido atribuído por cada indivíduo isoladamente. Dizer que o significado último da realidade advém das consciências individuais não é o mesmo que adotar uma visão solipsista do mundo. Para que haja práticas reiteradas e valores convencionados, é necessário que os sentidos das ações sejam partilhados entre os indivíduos. Sendo assim, a construção de significado não abarca as idiosincrasias de todos os atores sociais, mas aquilo que se tem por convencional ou legítimo. Entretanto, é o livre exercício da consciência individual que permite a emergência de novos sentidos. Quando estes passam a ser partilhados por outros agentes, dá-se ensejo a novas práticas sociais e a novos valores.

2.2. Indivíduo e sociedade

William Outhwaite (2006: 8) chamou atenção para o confronto de ideias entre os clássicos da Sociologia. Segundo ele, as teorias de Weber e de Durkheim são frequentemente confrontadas nos dias atuais. Entretanto, há cem anos, quando ambos estavam vivos, mal percebiam a existência um do outro. Weber teria se dedicado a uma teoria da ação, enquanto Durkheim desenvolveu uma teoria da sociedade.

Immanuel Wallerstein (1996), por seu turno, acusa a falta de reflexão em torno do termo "sociedade" amplamente difundido nas diversas escolas sociológicas. Nesse sentido, John Urry (2000: 7) aborda o vocábulo como um elemento metateórico que tem características próprias segundo a corrente teórica adotada. Sendo assim, a teoria crítica, que emergiu do pensamento marxista, trataria a sociedade como formas de consciência alienadas reproduzidas pelas instituições de massa. Para o funcionalismo parsoniano, a sociedade se consistiria em um sistema cujas partes estariam integradas devido à função particular de cada uma. O interacionismo simbólico, por sua vez, compreenderia a sociedade como uma frágil ordem que emana das negociações e renegociações entre os atores sociais. Para o marxismo, a sociedade aparece como as relações entre a base econômica (reprodução material da vida) e as superestruturas política e ideológica. O weberianismo concebe a sociedade como as relações entre ordens sociais específicas e de desigualdade entre os grupos que compõem cada ordem.

Observa-se, portanto, que a Sociologia apresenta a sociedade como um termo que não sugere amplo acordo. Não convém adentrar os meandros da discussão, o que interessa para a presente análise é a polarização que emerge dessas diferentes concepções. Algumas colocam a ênfase no papel do indivíduo; outras, no da sociedade. Esse dualismo persegue a ciência social desde sua criação e está longe de apresentar uma solução consensual.

Sociólogos como Anthony Giddens (1989) e Pierre Bourdieu (2008) tentaram dar cabo ao problema e fundiram os conceitos de sociedade e indivíduo naquilo que o primeiro chamou de "estruturação" e o segundo concebeu como "*habitus*". No entanto, tal artifício não proporcionou ganhos metodológicos, segundo o diagnóstico de Margaret Archer (2010). A pensadora britânica ressalta que as teorias herdeiras dos clássicos da Sociologia sempre tenderam a formas de "conflação", termo que designa "fusão" em uma análise pouco sofisticada, mas que atende os propósitos do momento. Sendo assim, as escolas que privilegiaram a ação dos indivíduos em detrimento das estruturas sociais criaram uma espécie de "conflação ascendente". Daí resultou uma negligência ao aspecto estratificado da sociedade e às características independentes entre as "partes" e as "pessoas". Para Archer, as partes são compreendidas como sistemas de pensamento (perspectiva cultural) e posições sociais (perspectiva estrutural). As partes se diferem das pessoas. Estas devem ser compreendidas como atores sociais capazes de agir reflexivamente. As partes, nesse sentido, seriam constrangedoras ou capacitadoras para os indivíduos que constroem os seus

projetos pessoais. Ao criticar o que chama de "conflação ascendente", Archer chama atenção para o fato desta abordagem teórica negar a independência das partes e conferir a construção da realidade à mera ação dos indivíduos.

Por outro lado, a "conflação descendente" faria o papel inverso. Ela seria responsável por atribuir um forte peso às partes e minimizar o papel dos indivíduos na emergência das relações sociais. Tal orientação teórica enfatiza a preminência das estruturas e relega a ação a segundo plano. Ao não se posicionar em nenhuma dessas correntes, Giddens e Bourdieu procuram o equilíbrio na balança entre ação e estrutura e as concebem como mutuamente constitutivas da realidade social. Dessa forma, seria impossível separar os elementos e, muito menos, apontar aspectos distintivos de cada um. Não se reduz um ao outro porque não se pode distinguir precisamente os limites das disposições estruturais e das ações individuais.

Em sua teoria da "estruturação", Anthony Giddens (1989) destaca que as estruturas são conjuntos de regras e recursos que podem tanto restringir quanto facilitar a conduta dos indivíduos. Somente no âmbito das práticas sociais que a estrutura se manifesta como presença espaço-temporal e como "traços mnêmicos" que orientam agentes dotados de "capacidade cognoscitiva". Percebe-se, portanto, que a estrutura só subsiste na esfera da ação. Eis o seu caráter dual: ela é, ao mesmo tempo, o meio e o resultado das condutas engendradas pelos agentes.

Dessa forma, as propriedades estruturais só podem ser depreendidas das ações individuais. Com esse raciocínio, Ira Cohen (1996: 411) afirma que Giddens "resiste às polaridades do determinismo total e da liberdade total, ao mesmo passo que preserva todas as possibilidades entre esses dois extremos". As estruturas não são hipostasiadas como algo desprendido das práticas sociais e a plasticidade da conduta humana é atenuada pelos facilitadores e inibidores estruturais.

Por seu turno, Pierre Bourdieu (1987; 2008) elabora uma teoria fundamentada no "*habitus*", instrumento metodológico que compreende a ação dos indivíduos como práticas estruturantes e estruturadas. Fica evidente a mesma preocupação em transcender o impasse entre estrutura e ação que levou Giddens a desenvolver o conceito de estruturação.

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Habitus é então concebido

como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. (SETTON, 2002: 63)

De acordo com Bourdieu, determinadas condições de existência produzem sistemas de disposições semelhantes, as quais denomina *habitus*. Este conceito permite compreender a homogeneidade de gostos, atitudes e preferências entre indivíduos com trajetórias sociais similares. Soma-se a essa ideia de disposições incorporadas pelos sujeitos o conceito de campo. Este é definido como o espaço social onde indivíduos ou grupos, que ocupam posições diferentes, disputam a posse dos bens simbólicos e materiais escassos. Sendo assim, no campo da educação, por exemplo, haveria a luta pela apropriação do capital cultural.

Apesar de designar um estoque de disposições incorporadas pelos sujeitos em suas diversas vivências (no âmbito da família, da escola ou do trabalho), o *habitus* não é um elemento cristalizado. As necessidades de adaptação que surgem diante de novas situações, ou de circunstâncias imprevistas em determinado campo social, podem promover transformações duradouras no *habitus* incorporado pelo sujeito. Essas mudanças, no entanto, são limitadas, visto que a própria percepção da situação depende daquele estoque de disposições acumuladas (BOURDIEU, 1983).

Conclui-se que Giddens e Bourdieu conciliaram indivíduo e sociedade em suas teorias e enfatizaram a coexistência desses termos. Embora tenham adotado uma postura arreducionista ao não inflacionar os conceitos de estrutura ou de ação, já que procuraram evitar os extremos que levavam ao determinismo das disposições ou ao voluntarismo da ação, Margaret Archer não concebeu tais artifícios teóricos como a melhor saída metodológica para contornar o dilema.

A socióloga britânica alega que, ao promover a simbiose dos termos, os colegas de profissão incorreram naquilo que ela denominou "conflação central". Sendo assim, embora não haja um movimento descendente, que privilegia a estrutura e dela deriva a ação, nem um movimento ascendente, que sobrepesa a ação e nela funda o alicerce das estruturas, estabelecer a coexistência da sociedade e do indivíduo e sua inseparabilidade acarreta na impossibilidade de aferir as propriedades específicas de cada termo. Archer destaca a necessidade de um dualismo analítico, uma vez que:

Estrutura e Ação não são nem aspectos de uma mesma entidade, nem diferentes momentos de um mesmo processo. Elas são, em vez disso, tipos diferentes de entidades emergentes e com graus distintos de complexidade, entidades que pressupõem, mas não podem ser reduzidas, umas às outras. (VANDENBERGHE, 2013: 85).

Dessa forma, Archer constrói seus argumentos a fim de identificar situações em que a ação individual tem causalidade própria. Ela discorre sobre a ideia de reflexividade na qual, a todo momento, os indivíduos estão a elaborar projetos a partir de um diálogo interior. Nessa concepção, as estruturas sociais e os sistemas culturais são responsáveis pelo contexto de ação que pode ser tanto inibidor quanto capacitador à execução daqueles projetos. Há duas maneiras de orientar a conduta nessa perspectiva, uma que permite, em situações de baixa reflexividade, a reprodução das disposições existentes e outra que enseja a transformação das estruturas.

É preciso salientar que há uma distinção importante no pensamento de Archer. A socióloga contrapõe o conceito de prática social como concebido por Bourdieu ao de ação.

A ação pressupõe reflexividade e deliberação consciente a respeito de condições, fins, meios e valores últimos, enquanto práticas dizem mais respeito às capacidades ordinárias e saberes tácitos que habilitam os atores a desempenharem suas rotinas sem terem de pensar o tempo todo sobre como proceder. (ibidem: 97)

Por meio da reflexividade, os sujeitos estão constantemente integrando o passado, o contexto presente e os planos de ação. As disposições só podem ser consideradas capacitadoras ou inibidoras mediante o olhar do indivíduo que, orientados por um processo dialógico permanente, voltam-se para realidade a fim de colocar seus projetos pessoais em prática.

Na contramão desse pensamento, surge a sociologia de Bernard Lahire que não faz uma distinção ontológica entre ação e estrutura. O sociólogo francês potencializa a ideia de disposições incorporadas presente na teoria de Bourdieu ao estendê-la a uma escala microscópica. O indivíduo se torna um "homem plural" cuja biografia reflete os inúmeros contextos aos quais ele se submete. A metáfora da dobra de papel, evocada pelo autor, concebe a individualidade como uma forma peculiar de arranjo das disposições existentes.

A metáfora da dobra ou da dobradura do social é duplamente útil para nós. Antes de tudo, a dobra designa uma modalidade particular de

existência do mundo social: o social (e suas lógicas plurais) em sua forma incorporada, individualizada. Se nós representarmos o espaço social em todas as suas dimensões (econômicas, políticas, culturais, religiosas, sexuais, familiares, morais, esportivas, etc., dimensões essas grosseiramente designadas e que são em parte indissociáveis e em parte decomponíveis em subdimensões) na forma de uma folha de papel ou de um pedaço de tecido (trata-se, pois, geometricamente, de uma estrutura plana), então cada indivíduo é comparável a uma folha amassada ou a um tecido amarrutado. (LAHIRE, 2002: 198)

Lahire concebe a individualização como um processo de interiorização. Cada ator individual seria o resultado das múltiplas etapas de dobramentos. Tais operações ocorreriam de forma singular em cada ator social. Sendo assim, quando o sociólogo se volta para as biografias, ele encontra nelas nada mais que a complexidade de um espaço social amassado. As disposições sociais são arranjadas de maneira peculiar em cada ator individual. Para Frédéric Vandenberghe (2013: 77), a homogeneidade e a coerência do *habitus* perde força teórica frente à multiplicidade das formas de interiorização. Há, portanto, contradições entre as próprias disposições estruturantes.

A perspectiva de Lahire permite compreender a diferença entre indivíduos de uma mesma posição social que, apesar disso, apresentam gostos, preferências ou atitudes completamente distintas. Essa diversidade, no entanto, não advém de um voluntarismo da ação que leva os agentes sociais a performances tão díspares. Pelo contrário, essa distinção só é possível a partir da maneira singular que as disposições estruturais se configuram em cada indivíduo.

Por meio das teorias de Margaret Archer e de Bernard Lahire, percebe-se como o microcosmo das inter-relações sociais pode ser interpretado sob diferentes pontos de vista. Enquanto uma enfatiza a reflexividade e o processo dialógico que ocorre nas consciências individuais para elaboração de seus projetos, o outro destaca as idiosincrasias dos agentes como resultado de uma interiorização particular das dimensões sociais.

2.3. A sociologia voltada para o indivíduo

Independente das linhas de interpretação, um conceito que se faz caro ao desenvolvimento de qualquer teoria sociológica é o de indivíduo. Isso porque a ciência social é contemporânea a um processo de individualização e de secularização da vida advindos da Revolução Industrial, da consolidação dos Estados nacionais e do

esvanecimento da Igreja enquanto instância moral última. Charles Taylor (2000: 244) indica que, ainda na iminência da Revolução Francesa, “Rousseau apresenta com frequência a questão da moralidade como a de seguir a voz da natureza dentro de nós”. Os valores são deslocados, paulatinamente, da esfera do divino para a do mundano. A busca pelo Bem passa por uma noção de interioridade subjetiva.

Entretanto, Renato Ortiz salienta que a concepção de indivíduo não é nenhuma novidade na história da humanidade. Além disso, o autor acusa que houve diversas tentativas de apontar uma origem para o conceito:

[...] basta lermos sobre o nascimento do indivíduo para percebermos que a literatura a esse respeito é vasta e controversa. Marcel Mauss situa sua origem no direito romano; Louis Dumont, seu discípulo, prefere os primórdios do cristianismo; outros autores consideram que as estruturas do individualismo teriam sido estabelecidas na Europa, por volta do século XI. Mas faria sentido datá-lo, como se houvesse um ponto inicial a partir do qual sua semente germinaria? (2015: 42-43)

Na esteira da pergunta de Ortiz, não há sentido para a presente pesquisa o escrutínio acerca da origem do indivíduo. O que vale destacar, contudo, é a premência da individualização nas relações sociais contemporâneas estabelecidas no seio de Estados nacionais capitalistas. Ulrich Beck ressalta o caráter imperativo e indisponível do processo vigente:

A individualização é uma compulsão, mas uma compulsão pela fabricação, o autoprojeto e a autorrepresentação, não apenas da própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações à medida que as fases da vida mudam, porém, evidentemente, sob as condições gerais e os modelos do *welfare state*, tais como o sistema educacional (adquirindo certificados), o mercado de trabalho e a regra social, o mercado imobiliário e assim por diante. Mesmo as tradições do casamento e da família estão se tornando dependentes de processos decisórios, e todas as suas contradições devem ser experimentadas como riscos pessoais. (GIDDENS; BECK; LASH, 1997: 27)

O indivíduo é convocado a tomar as rédeas de sua própria existência e a apresentar sua biografia ao julgamento estético dos demais. Nessa linha, Jean-Paul Sartre (2012: 539-540) vai erguer uma ontologia fenomenológica e caracterizar a intencionalidade da consciência como um movimento em direção ao nada, pois o motivo de qualquer ato "só pode ser compreendido pelo fim, ou seja, pelo não existente". Antes disso, "é preciso

reconhecer que a condição indispensável e fundamental de toda ação é a liberdade do ser atuante". Desse modo, o filósofo existencialista retira de qualquer instância determinista a responsabilidade pela ação individual, que recai única e exclusivamente sobre os ombros daquele que a pratica. Não é por acaso que a liberdade é compreendida como uma condenação nessa perspectiva, pois como nada determina a conduta do sujeito, a construção de seu projeto existencial só poderá ganhar a forma de suas próprias escolhas.

A ideia de um ser que não é determinável permite escapar de uma concepção mecanicista do destino, algo que se faz bastante interessante ao se perscrutar as trajetórias sociais dos indivíduos. Nesse sentido, em linha oposta à teoria de Pierre Bourdieu, o horizonte do possível não pode ser reduzido apenas aos limites do provável. Embora haja todo o peso da história sobre os sujeitos, que determina posições sociais, formas de ação e de significação, as biografias são sempre singulares na medida em que indicam o constante movimento de apropriação dessa história pelos sujeitos.

Após discorrer sobre diferentes linhas metodológicas na Sociologia, conclui-se que as tensões entre indivíduo e sociedade, estrutura e ação, objetividade e subjetividade ainda permanecem irresolutas. Ao mesmo tempo que o impasse permanece, não se permite adotar uma solução analítica como o primeiro Ludwig Wittgenstein (1968: 53) o fez ao acreditar que muitos dos problemas filosóficos derivavam de uma má compreensão da linguagem. Para o filósofo austríaco, confundiam-se o empírico com os conceitos. Era necessário, portanto, distinguir o que era factual daquilo que seriam os mecanismos lógicos da linguagem. Essa saída epistemológica não se viabilizou em virtude da impossibilidade de cindir as operações mentais que constituíam a linguagem dos pensamentos que concebiam o mundo sensível.

Para não alongar demais essa discussão teórica, adota-se como instrumento metodológico para a presente pesquisa o cabedal de conceitos oriundos da sociologia clínica. Com isso, as aparentes contradições entre disposições sociais e voluntarismo da ação deixam de ser inconvenientes teóricos e se transformam na dialética que move o indivíduo a se tornar sujeito da própria história.

Antes de adentrar nos meandros conceituais, cabe fazer um parêntese em relação à elevação do indivíduo a objeto, por excelência, da análise sociológica. Guilherme Branco (2009) retoma o pensamento de Michel Foucault para discorrer sobre as aspirações que o proletariado e os pequeno-burgueses, apesar das suas diferenças sociais, tinham em comum

no século XIX. Muito das lutas desse período colheram frutos ao longo do século seguinte. A conquista de direitos à educação e à assistência hospitalar, por exemplo, levou ao sedentarismo e ao comodismo na visão foucaultiana. Isso porque começa a se edificar uma cultura voltada ao bem-estar social da família. Na esteira desse processo, surgem caixas de poupança para que os indivíduos possam comprar suas residências a custo de uma vida bastante regrada. "A organização da família, sua estrutura interna no cotidiano, torna-se rígida, totalmente em conformidade com uma moral da restrição e do controle pessoal e familiar do padrão de consumo" (ibidem: 35). Além disso, houve o agravamento da perda dos laços comunitários com a criação de um sistema de seguridade e previdência social. Qualquer direito a benefício só seria legítimo mediante uma vida de trabalho e de atitudes que não implicassem em gastos desnecessários. Os padrões de governabilidade implicavam, portanto, em uma vida avessa a risco e de sujeição aos controles institucionais.

Entre as formas de controle que se impunham às famílias nucleares burguesas estavam as orientações de especialistas. Ocorre uma intervenção na esfera íntima em relação ao zelo com a saúde e também com o ensino dos filhos. Educadores e médicos são os profissionais que auxiliam as famílias, agora reduzidas ao núcleo pai, mãe e filhos. As relações afetivas e de cuidado na esfera doméstica passam a se imiscuir com o saber técnico oriundo de especialistas. Por fim, as formas institucionalizadas de ensino geram competitividade entre pais no que tange ao desempenho dos filhos. O êxito na escola passa a ser responsabilidade da família, a qual deve estar preparada e assistida de profissionais para melhor educar e socializar sua prole.

Para Michel Foucault, o individualismo na modernidade tem um fator desagregador quando comparado à vida comunitária do passado e se constitui como forma de vida egoísta.

Decorre de práticas divisórias que separam, crescentemente, as pessoas umas das outras, que levam a uma vida solitária, que incitam os indivíduos a cuidarem dos outros apenas segundo a dimensão do controle, da denúncia, do chamamento à ordem e à obediência das normas. Cria-se, assim, uma 'polícia' da cidadania, onde todos são convocados a controlar os demais. (BRANCO, 2009: 37)

O pensamento de Foucault demonstra que a autonomia do sujeito, tão aclamada nos tempos atuais, requereu um preço, qual seja, o da internalização do olhar do outro. Para

que o indivíduo exerça sua liberdade, é necessário que ele se submeta a técnicas disciplinares. É preciso que o corpo seja docilizado para poder se tornar útil (FOUCAULT, 2010). O controle do tempo e do espaço se impõe como norma nas instituições de ensino, nas fábricas, nos quartéis e nos hospitais. O poder disciplinar passou a orientar o comportamento dos indivíduos segundo padrões institucionais. Além disso, desenvolveu-se o panoptismo que confere ubiquidade ao estado de vigilância. O sujeito se sente vigiado mesmo quando não há ninguém para lhe observar. A ameaça permanente da suposta presença do olhar alheio provoca a adequação da conduta, devido ao medo da punição em casos de desvio à norma.

O raciocínio de Foucault demonstra a relação entre autonomia e heteronomia. A liberdade individual não se expressa no vazio de determinações, pelo contrário, ela as pressupõe. A leitura pessimista de Foucault quanto à herança da modernidade não impede a compreensão de que a conduta individual precisa de lastros para não incorrer em uma autonomia reificadora. Sem isso, não haveria a possibilidade de criar identidades entre indivíduos, nem mesmo unificá-los na categoria que se denomina espécie humana.

Se há o livre trânsito das consciências individuais na sociedade contemporânea é porque, ao longo da história, a responsabilidade da conduta foi implantada de tal forma nos sujeitos que o olhar do outro passou a ser a instância julgadora e modeladora da ação, ou seja, a força institucionalizadora das grandes entidades sociais reduziu-se à escala mínima representada pelo corpo humano. A imperatividade da norma e a vigilância da conduta se fazem presentes no olhar de cada indivíduo, não o transcendem nem dele prescindem.

A partir do momento em que as disposições reguladoras são atomizadas e representadas pelos sujeitos, os indivíduos podem romper as fronteiras territoriais e também das comunidades locais. O esvanecimento dos laços tradicionais é solidário ao enfraquecimento da vida rural. A urbanização crescente, que ocorre na esteira do avanço industrial desde o século XVIII, promove a secularização da vida, conforme destacaram intelectuais brasileiros de envergadura como Florestan Fernandes (2006) e Luiz Carlos da Costa Pinto (1973). Com isso, o indivíduo amplia o seu horizonte de ação e diversifica as esferas de atividade. Alberto Guerreiro Ramos (1996) destaca ainda o processo de diferenciação social e o incremento do consumo popular trazidos pela sociedade preponderantemente urbana.

Concomitante à urbanização, o Estado nacional se consolidou como o ordenador político das inter-relações sociais. Max Weber (1999) o caracteriza como o detentor do monopólio legítimo do uso da força física em determinado limite territorial. A burocracia se institui como o instrumento próprio da dominação racional-legal. Os cargos públicos passam a ser remunerados e os recursos privados não se imiscuem mais com a verba pública. Há uma profissionalização constante das atividades estatais e a impessoalidade dá o tom da relação entre os funcionários burocratas e os demais cidadãos. Gabriel Cohn (1979) destaca a resignação de Weber diante da dificuldade dos indivíduos em romper com uma forma de dominação que se reproduz por aparatos técnico-burocráticos e pela frieza das normas. Essa situação criou uma gaiola de aço difícil de se transpor.

2.4. As transformações do século XX: rumo à economia global

Embora o Estado nacional tenha se constituído como instância última para dirimir, internamente, os conflitos entre as classes sociais, tendo os reduzido a meras querelas de âmbito jurídico, o século XX vai se caracterizar pela transcendência geográfica e internacionalização das instituições, frutos da necessidade de intervenção nos conflitos interestatais. Palco de duas grandes guerras que envolveram vários países de distintos continentes, o período foi marcado pelo extermínio populacional massivo resultante dos confrontos bélicos e pelo potencial destrutivo das armas nucleares, filhas do casamento nefasto entre ciência e interesses de Estado. Essa situação levou a um ordenamento mundial das relações diplomáticas, primeiro, com a criação da Liga das Nações em 1919, depois, com a instituição da Organização das Nações Unidas em 1945. Esta última se consolidou e tomou o lugar da primeira, extinta oficialmente em 1946. Os efeitos catastróficos da guerra suscitaram a preocupação com a paz mundial e os Estados soberanos passaram a concorrer com organizações de alcance global. Em 1948 nasce a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Segundo Eric Hobsbawm (1995), os conflitos desencadeados no século XX se constituíram em Guerras Totais, devido à sua duração estendida, ao envolvimento da população civil e, sobretudo, ao investimento de guerra que mobiliza toda a economia nacional: produção industrial, recrutamento de mão de obra e investimentos do Estado. Por

fim, o grande potencial destrutivo da tecnologia armamentista justifica o epíteto evocado pelo historiador britânico.

Se as cartas constitucionais já concebiam os indivíduos como portadores de direitos inalienáveis e restringiam o poder estatal à esfera do Direito Positivo, ou seja, sua atuação sobre os cidadãos estava limitada a disposições normativas previamente instituídas, ao longo do século XX, a defesa das garantias individuais ganhou aliados de ordem transnacional, tais como ONU, OIT, OEA e UNESCO.

Na segunda metade do século XX, o mundo vivencia a tensão permanente de um conflito letal entre nações. Neste período viceja a Guerra-Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Embora essas potências disputassem a hegemonia política sem o embate direto, devido ao potencial destrutivo de seus aparatos bélicos nucleares que poderiam exterminar a espécie humana, houve conflitos entre outras nações que refletiam a política bipolar da época. De um lado, o capitalismo representado pela iniciativa privada e pelo American Way of Life; do outro, o socialismo que impulsionava o estatismo industrial e a planificação econômica. Na década de 1950, esses projetos distintos fizeram eclodir a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã. Os lados antagônicos nesses conflitos refletiam a tensão entre socialismo e capitalismo e obtinham o financiamento direto da potência a qual se alinhavam.

Além da bipolaridade política, atém-se ao fato da segunda metade do século XX ser marcada por inovações tecnológicas que transformariam de forma profunda as relações sociais na contemporaneidade. Na década de 1960, surge a ARPANET, uma rede de computadores criada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com o propósito de proteger os sistemas de comunicação americanos em caso de ataque soviético. Essa invenção lançou as bases daquilo que hoje se entende por Internet.

Já na década seguinte, em 1970, o modelo keynesiano de crescimento capitalista acusa suas próprias limitações. O modo de organização produtiva que havia conduzido as economias de mercado após a Segunda Guerra Mundial não resistia ao descontrole inflacionário acarretado pela alta no preço do petróleo. Segundo Manuel Castells, esse cenário exigia medidas que se consolidariam nos anos 90:

[...] governos e empresas engajaram-se em um processo de reestruturação mediante um método pragmático de tentativa e erro, que continuou durante a década de 1990. Mas, nessa década, houve um esforço mais decisivo a favor da desregulamentação, da privatização e do

desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho, que fundamentou a estabilidade do modelo de crescimento anterior. Em resumo, uma série de reformas, tanto no âmbito das instituições como do gerenciamento empresarial, visavam quatro objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público. (1999: 55)

Convém lembrar que, além do avanço tecnológico, também contribuíram para se dirimir as fronteiras do mercado a queda do muro de Berlim em 1989 e, em seguida, o esfacelamento da União Soviética no ano de 1991. Surgia uma nova ordem mundial, baseada na supremacia econômica e militar dos Estados Unidos e na emergência de blocos econômicos regionais. Se o capitalismo sempre se caracterizou pela expansão, Manuel Castells (1999: 142) lembra que "foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infraestrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação". Tudo isso aliado ao processo de desregulamentação do mercado conduzido pelas políticas estatais e pelas diretrizes de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essa economia global se fundamenta na interdependência dos mercados financeiros. Destacam-se, para tanto, alguns fatores: a desregulamentação financeira que permitiu a maior mobilidade do capital de um país para o outro; a infraestrutura tecnológica avançada de telecomunicação e computadores potentes; novos produtos financeiros em forma de derivativos que fundem de forma artificial os valores de ações, opções, câmbio, *commodities* e títulos; movimentos especulativos que buscam ganhos nas diferenças entre mercados, moedas ou títulos ao redor do mundo; a importância de agências de classificação de risco que avaliam os ativos negociados e lhes conferem ou lhes retiram a confiabilidade; o desempenho do capital nos mercados que passa a orientar o rumo das economias em geral.

O espaço e o tempo se tornam fluidos. Surgem verdadeiras empresas em rede devido à malha intercontinental de transporte aéreo, rotas de navegação transoceânicas, linhas férreas e autoestradas. Soma-se a isso a instantaneidade dos meios digitais de

comunicação. O avanço na telefonia celular permite com que os indivíduos, munidos apenas de um aparelho (smartphones), conversem em tempo real, por voz, imagem ou texto, e usufruam ainda de um dispositivo de geolocalização. As mercadorias podem ser rapidamente transportadas e rastreadas até o seu destino. A mão de obra de alta capacitação adquire grande mobilidade e auferir altos salários. Entretanto, os trabalhadores não especializados se deparam com barreiras nacionais que restringem a imigração. A desigualdade entre países impulsiona constantes fluxos migratórios. Além da busca por emprego ou melhores condições de vida, a população imigrante muitas vezes é formada por refugiados de guerra. Stuart Hall coaduna com essa constatação e amplia o rol dos fatores que levam à migração:

Impulsionadas pela pobreza, pela seca, pela fome, pelo subdesenvolvimento econômico e por colheitas fracassadas, pela guerra civil e pelos distúrbios políticos, pelo conflito regional e pelas mudanças arbitrárias de regimes políticos, pela dívida externa acumulada de seus governos para com os bancos ocidentais, as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na "mensagem" do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os "bens" e onde as chances de sobrevivência são maiores. Na era das comunicações globais, o Ocidente está situado apenas à distância de uma passagem aérea. (2011: 81-82)

Atenta-se, portanto, ao aspecto ambíguo dessa realidade. O ideal de igualdade que acompanhou o alvorecer da Revolução Francesa proporcionou uma concepção homogeneizante de indivíduo cujo reforço se deu em uma sociedade industrial e urbana marcada, sobretudo, por diferenças econômicas e não de origem. Diferentes culturas conectadas globalmente, no que tange à reprodução material da vida, fortalecem uma concepção abstrata dos sujeitos e reduz suas diferenças étnicas, religiosas, etárias e de gênero à unicidade da categoria força de trabalho. A universalidade da ideia de Humanidade foi endossada pelo desenvolvimento das diversas ciências que apontavam para a identidade cognitiva entre os indivíduos. Conforme destaca Anthony Giddens:

O trabalho de campo antropológico de tipo sistemático e minucioso só teve início por volta da virada do século XX. Desde essa época, a partir da qual seu campo de estudo diminuiu rapidamente, a antropologia logrou reunir muitas informações a respeito de diferentes culturas. Por um lado, tal informação confirma a unidade da raça humana; não tem fundamento a afirmação de que as pessoas que vivem em sociedades pequenas e

"primitivas" são de algum modo geneticamente inferiores às que vivem em "civilizações" supostamente mais avançadas. (1984: 26)

Não obstante a consolidação de um indivíduo abstrato que transcende nacionalidades e costumes locais e passa a ser detentor de direitos humanos universalmente reconhecidos, ocorre um movimento oposto de afirmação das identidades locais. Vale a pena retomar a definição de Manuel Castells nesse ponto. "Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais" (1999: 57-58). Percebe-se, desse modo, que a ideia de indivíduo global, abstrato e homogêneo concorre a todo instante com a do local, concreto e fragmentado.

2.5. Identidades fragmentadas

Stuart Hall aprofunda esse debate em torno da concepção de identidade na pós-modernidade. Segundo ele, a ideia de um sujeito racional, indivisível e singular foi herdeira de uma libertação da consciência individual. Contribuíram para tanto a Reforma Protestante, o antropocentrismo renascentista e o desenvolvimento de técnicas científicas que, ao lado da racionalidade iluminista, permitiram a investigação e o controle dos fenômenos da natureza. A humanidade era unificada em atributos universalmente reconhecidos.

Não obstante, o desenvolvimento dos Estados nacionais consolidava a forma de vida em coletividade e, com isso, aqueles modelos teóricos do século XVIII, centrados no sujeito autônomo e racional, foram, paulatinamente, perdendo premência epistemológica. O liberalismo político voltado somente para as garantias e consentimentos dos indivíduos não dava conta de compreender as estruturas do Estado e a democracia de grandes massas. A ideia de escolha racional, que era a tônica dos estudos econômicos, não podia abarcar fenômenos e organizações que transcendiam a ação do empreendedor individual. Havia uma complexa formação de classes sociais e de um aparato burocrático estatal que não favorecia a antiga concepção acerca de contratos e propriedades.

Stuart Hall acrescenta ao fortalecimento do Estado-Nação as transformações oriundas do avanço das ciências biológicas e sociais a partir do século XIX. O darwinismo

solapou a concepção transcendental da razão ao acusar o papel da Natureza no desenvolvimento físico dos seres vivos e, conseqüentemente, no de suas capacidades cognitivas. Já na Sociologia, a formação das subjetividades era condicionada às relações sociais. Os sujeitos eram produto de uma via recíproca entre a internalização do mundo exterior (estruturas sociais) e a externalização do mundo interior (ação individual). O indivíduo não pode ser concebido como um ser atomizado independente do contexto em que se insere.

A partir de então, o sociólogo jamaicano apresenta cinco processos de ruptura que proporcionaram o descentramento do sujeito e a fragmentação identitária que se fazem presentes na contemporaneidade. São eles:

- A tradição do pensamento marxista que limita a ação do indivíduo às condições que lhes são dadas historicamente;
- A descoberta do inconsciente por Freud que assenta os processos psíquicos em bases completamente distintas da racionalidade;
- Os trabalhos de Ferdinand Saussure que indicam a construção coletiva dos significados e, a partir de então, a língua não pode ser concebida como um sistema individual, mas como um sistema social;
- O pensamento de Foucault o qual aponta a emergência de um poder disciplinador capaz de colocar o sujeito sob vigilância constante e de permitir a intensificação da individualidade por meio de um processo descendente, isto é, a partir da existência de mecanismos de controle;
- Por fim, a crítica teórica feita pelo feminismo que questiona a diferença entre público e privado, bem como a redução das diferenças de sexo e de gênero a uma ideia unívoca de Humanidade. O processo de subjetivação se torna uma questão política e social.

Toda essa construção teórica em torno da noção de identidade desembocou na impossibilidade de circunscrever os indivíduos em papéis regulares ou atitudes homogeneizantes:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente. (2011: 13)

Norbert Elias (1994) também destaca a importância do papel do Estado no movimento que permitiu a maior individualização e a pluralidade identitária. Segundo o sociólogo alemão, percebe-se, ao longo da história, uma balança entre a "identidade-eu" e a "identidade-nós". Nas comunidades pré-estatais, essa balança pedia para o "nós". Em contrapartida, nos tempos atuais, ela privilegia o "eu". Apesar dessa constatação, não é possível ser assertivo quanto à intensidade dessa inclinação a favor dos indivíduos em detrimento das coletividades. Isso porque essa relação não se faz tão evidente e muito menos imutável.

Outro ponto a se observar é que existem inúmeras formas de se manifestar a relação "nós-eu". Os indivíduos apresentam graus de identificação e de afetividade distintos para as diferentes formas coletivas. Nas palavras de Norbert Elias:

O envolvimento ou compromisso expresso pelo emprego do pronome "nós" costuma ser mais forte, provavelmente, no tocante à família, ao domicílio ou à região natal e à afiliação a um país. A coloração emocional da identidade-nós fica visivelmente esmaecida quando se passa às formas pós-nacionais de integração, como as uniões de Estados africanos, latino-americanos, asiáticos ou europeus. A função do plano mais elevado de integração — a humanidade — como foco de identidade-nós humana talvez esteja crescendo. Mas provavelmente não haverá exagero em dizer que, para a maioria das pessoas, a humanidade como referencial da identidade-nós é uma área em branco em seus mapas afetivos. (1994: 166)

Evidencia-se que Norbert Elias não enxerga a preponderância da "identidade-nós" em torno da humanidade como um movimento inexorável, uma vez que terá de esbarrar nos empecilhos impostos pela força das identidades nacionais. O que ocorreu no passado com as comunidades tradicionais não necessariamente se repetirá, porque "[...] a possibilidade de as estruturas de personalidade resistirem com êxito à pressão da integração é consideravelmente maior na transição dos Estados nacionais para Estados continentais, ou, pelo menos, para unidades pós-nacionais" (1994: 181). Apesar das dificuldades, o sociólogo alemão ainda vislumbra a possibilidade de designações como "europeu" ou "latino-americano" terem uma carga emocional equiparável a expressões como "sou inglês" ou "sou alemão". Em um futuro distante, talvez ocorra o mesmo com ideia de humanidade.

Após analisar o diagnóstico e prognóstico de Elias, constata-se que a ascendência do individualismo não significa a exclusividade da "identidade-eu". Na contemporaneidade, esse processo sinaliza, antes de tudo, a multiplicidade das formas coletivas de identificação e o vicejo de uma autoimagem dos sujeitos que pende para o último termo da "balança nós-eu".

Claude Dubar, por seu turno, vai resgatar da sociologia weberiana as diferenças entre comunidade e sociedade. Naquela, as formas de relações sociais tendem a privilegiar os laços tradicionais e emotivos. Nesta, prevalecem as racionalidades axiológica, no que concerne aos valores da ação, e a instrumental, no que tange à busca por resultados e à adequação entre meios e fins. As formas comunitárias ensejariam um sentimento de pertença aos grupos, enquanto as societárias encetariam as formas de subjetivação calcadas na reflexividade e na crença da identidade pessoal. Embora o autor reconheça que as formas são interpenetrantes na modernidade, a ideia de coletivo nas formações societárias não é mera reminiscência daquela presente nas comunitárias, pois é concebida sob nova perspectiva. Se antes a relação entre indivíduo e instâncias coletivas era baseada no conceito de pertença, a qual revela uma atração gravitacional do grupo sobre os sujeitos, na contemporaneidade, em contrapartida, assiste-se a um movimento de adesão consciente do indivíduo às formas de coletividade. Além disso, as relações entre grupos e sujeitos se tornam múltiplas e efêmeras:

A construção das identificações pessoais, subjectivas, plurais não significa a ausência ou a abolição de todo o colectivo, mas a construção

dum outro tipo de colectivo, diferente do precedente, mais «societário», isto é, ao mesmo tempo escolhido livremente e regulado voluntariamente. (2006: 184)

Para Vincent de Gaulejac, o pensamento de Claude Dubar coloca em oposição a identidade genealógica, marcada por traços comunitários de pertença a um grupo social, étnico, cultural ou religioso e a identidade pessoal, caracterizada pela reflexividade, pela construção e pela incerteza. A liberdade se põe, portanto, como um projeto "para si" que permite o desprendimento do indivíduo de sua própria história. Há um dualismo entre o que se herda e o que se adquire. A autonomia reside na possibilidade de se construir identidades narrativas e, assim, desprender os sujeitos das determinações da história. No entanto, Gaulejac critica essa ênfase na linguagem e o consequente esvaziamento dos aspectos existenciais presentes nas trajetórias dos indivíduos. Não se pode separar o genealógico do reflexivo, nem negar as contradições e ajustamentos entre eles. Dessa forma, o argumento de Dubar é fragilizado:

Ao defender a emergência da identidade narrativa como figura central da identidade contemporânea, ele desloca a interrogação metodológica e teórica do registro existencial para o registro narrativo. Ele não se interroga sobre as complexidades das escolhas e das rupturas da existência, nem sobre a compreensão dos processos de construção do sujeito face à sua história - pessoal, familiar ou social. Ele não integra, nos processos de construção da subjetividade, a análise dos fatores afetivos, emocionais e psíquicos. O relato vem suplantar o vivido. A subjetividade e a identidade tornam-se linguagem. A Sociologia torna-se linguística. (GAULEJAC, 2004-2005: 63-64)

3. O método

Depois dessa breve explanação, há argumentos bastantes para se defender o indivíduo como objeto de estudo privilegiado das ciências sociais. As possibilidades constantes de se romper com as barreiras territoriais e com as classes sociais de origem, de se negar ou de se afirmar as heranças familiares, de corresponder às expectativas das posições previamente dadas ou de ressignificar toda a trajetória social fazem os sujeitos complexos o suficiente para permitir tentativas de compreensão das inúmeras injunções societais a partir de relatos biográficos.

Eis que é preciso, para tanto, reconhecer as limitações epistemológicas que emergem da persistência de uma visão estanque acerca das diversas ciências humanas. Almejar a uma sociologia do indivíduo requer um método voltado para as articulações teóricas. Não se advoga aqui uma fusão das disciplinas ou uma pretensa metateoria, pois, por óbvio, fenômenos de natureza distinta requerem métodos e conceitos específicos. Mas cabe salientar que tais fenômenos não são absolutamente autônomos entre si e suas correspondências também exigem uma lógica apropriada de análise:

Convém, portanto, retrabalhar as fronteiras disciplinares, particularmente entre Sociologia e Psicologia, para analisar os processos socio-psíquicos que fundam a existência do indivíduo, sua dinâmica subjetiva, sua inscrição social, suas maneiras de ser no mundo e sua identidade. Longe de se opor, o social e o psíquico obedecem a leis próprias, se apóiam e se enlaçam em combinatórias múltiplas e complexas. Espera-se de uma sociologia do indivíduo que ela nos ofereça uma grade de leitura dessa complexidade para melhor compreender em quê o indivíduo é um ser autônomo e determinado, produto e produtor da sociedade, irredutivelmente singular e, contudo, semelhante a todos os outros. (ibidem: 68)

O indivíduo deve ser compreendido na teia de relações entre as histórias social, familiar e pessoal. Nessa rede complexa de interações, emerge um movimento dialético no qual "o indivíduo é produto de uma história na qual ele busca se tornar sujeito" (GAULEJAC, 2014: 24). Se há elementos comuns que inscrevem o contexto da família, da classe social e do lugar de origem, existe também uma biografia, uma trajetória singular na qual o indivíduo se coloca como produtor e não como mero produto das circunstâncias. A esse movimento de apropriação da trama histórica, Vincent de Gaulejac atribui o nome de historicidade, herdado da fenomenologia.

Inegavelmente a história exerce grande peso sobre os indivíduos. A partir desse entendimento, Pierre Bourdieu desenvolve o conceito de *habitus* e hiperboliza o papel das disposições incorporadas. As preferências, os comportamentos, as opiniões e os valores ficam condicionados à posição social dos agentes. Esse construto teórico produz uma reificação do trabalho da história e reduz o universo do possível ao âmbito do provável. Se, por um lado, ele demonstra sua riqueza ao interpretar a recursividade de determinadas condutas e a reprodução de certos padrões de existência, mostra-se, por outro, extremamente inoperante para compreender as rupturas de trajetória e as contradições que caracterizam o hodierno homem plural.

Entre a ilusão determinista – que vê o homem como um objeto passivo ou uma espécie de produto interiorizado da sociedade – e a ilusão liberal – que o considera como um elétron livre independente de todo apego e que age por suas próprias escolhas –, a sociologia clínica procura apreender a história dos homens como momentos de ruptura, de continuidade e/ou de escolhas que se elaboram nos espaços incertos e que não são produto do livre arbítrio, nem consequência lógica de determinações estruturais, mas que são respostas que os indivíduos e os grupos produzem face às situações contraditórias. (GAULEJAC, 2004-2005: 72)

Para Vincent de Gaulejac, ao conceber o indivíduo como uma totalidade bio-psico-social, é possível enxergar as conexões entre quatro universos teóricos distintos: o cognitivo, no qual aparece a reflexividade do sujeito que se relaciona com o mundo por meio de pensamentos e palavras; o normativo, em que o indivíduo aflora como sujeito do direito e se depara com as regras, as leis, os códigos de conduta e a ética do respeito; o inconsciente, de onde emanam as pulsões, as fantasias e os desejos; o sócio-histórico, no qual o sujeito é confrontado com as determinações oriundas de instituições sociais, culturais e econômicas. Tais universos correspondem a quatro campos disciplinares diferentes.

As interconexões disciplinares não devem produzir, contudo, uma metateoria, mas podem suscitar a construção de novos métodos e ferramentas teóricas mais apropriadas para a análise dos sujeitos. Isso porque a realidade se torna exponencialmente mais complexa quando o olhar do investigador social abandona os padrões institucionais e se volta ao caráter contingente das biografias. Os detalhes das trajetórias individuais, desprezados pela pesquisa macrossocial, assumem um aspecto edificante de um mundo plural.

Ressalta-se ainda que as condições objetivas da existência não se esgotam apenas no rol dos capitais social, cultural e econômico, mas também incluem o biológico, o afetivo e o simbólico. Esses elementos se constituem em entraves ou facilitadores da autorrealização dos indivíduos. Cada pessoa possui diferentes suportes para exercer a liberdade.

Ao enfatizar a relação entre Sociologia e Psicanálise, Vincent de Gaulejac se volta para os nós em que a história social se funde com a história pessoal. Ele procura desvendar, assim, como as contradições existentes na sociedade produzem conflitos de ordem psicológica. Nesse sentido, as narrativas biográficas se constituem em processos dinâmicos de ajustamentos e rupturas.

O problema que se coloca é, então, o de construir uma problemática que leve em conta as aquisições da psicanálise, sobre a análise dos processos psíquicos, e da sociologia, sobre os processos sociais, para compreendermos o seu modo de articulação. Para tanto, convém proceder a um duplo movimento. Um parte da análise do campo social e de suas evoluções, de modo a situar os problemas encontrados pelos indivíduos confrontados com o deslocamento social, para compreender em que medida o contexto social sobredetermina os conflitos que eles vivem. O outro parte da análise das perturbações psíquicas, vividas pelos indivíduos socialmente deslocados, ao poderem se dar conta, pela palavra, de sua própria história. (GAULEJAC, 2014: 39)

Nesta pesquisa, os indivíduos serão compreendidos dentro de uma tessitura de significados que não se prende apenas à lógica de distribuição de bens escassos na sociedade. A história, embora edificadora, não pode ser reificada nas trajetórias sociais (GAULEJAC, 2014: 33). Há um dinamismo constante no encontro entre biografia e contexto espaço-temporal. Ainda que muitas rotinas pessoais pareçam estáveis ou monótonas diante de um primeiro olhar desatento, as narrativas dos sujeitos permitem identificar toda uma trama de conflitualidade psicossocialmente instituída.

A sociologia clínica fornece um instrumental analítico capaz de abarcar um pouco mais da complexidade do real frente a outras correntes teóricas. Uma vez que nem a racionalidade nem a afetividade são ignoradas ou inflacionadas. O sujeito não se encontra subsumido na teia das interações sociais, mas também não adquire uma plasticidade absoluta diante do contexto histórico que se lhe apresenta. Há, em certo sentido, uma distinção entre indivíduo e coletividade, embora a delimitação dessas fronteiras seja inviável para qualquer teoria ou técnica de pesquisa.

Admitir uma completa simbiose entre indivíduo e sociedade, conforme sugere o conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu (1987), parece limitar as possibilidades individuais à posição de origem social. O *habitus* é compreendido pelo sociólogo francês como o conjunto de gostos, preferências e estilos de vida incorporados pelos sujeitos de acordo com a suas posições sociais, e tais elementos seriam partilhados por um determinado grupo de indivíduos. Ocorre que compreender o *habitus* como o princípio gerador das práticas sociais distintas e distintivas (BOURDIEU, 2008: 22) acaba por ocultar os conflitos entre os diferentes *habitus* incorporados por indivíduos situados em posições sociais semelhantes. Vincent de Gaulejac (2014: 52) destaca que o *habitus* pode ser ao mesmo tempo estruturante e desestruturante. Disposições contraditórias podem ser incorporadas pelos sujeitos. Enquanto Bourdieu enfatiza a reprodução da dominação, Gaulejac desloca a

análise para a dialética entre reprodução e mudança, para o encontro entre posições objetivas e subjetivas.

O indivíduo não se resume a um projeto social. Pelo contrário, constitui-se em meio a encontros e contradições de projetos coletivos, parentais e do próprio Ideal do Eu. Nesse ponto, convém chamar a atenção para o aspecto social da teoria psicanalítica inaugurada por Sigmund Freud.

O Ideal do Eu forma-se quando a criança, por causa da influência crítica dos pais, dos educadores e de outras pessoas do meio ambiente, é obrigada a renunciar o seu narcisismo infantil. Portanto, essa renúncia é viabilizada pela formação desse substituto, o Ideal do Eu, que deixa aberta a possibilidade de, num tempo futuro, ocorrer a reunião do Eu e do ideal. Essa formação do Ideal do Eu, confundida aqui com o Supereu, faz-se por identificação com os pais ou, mais precisamente, com o Supereu dos pais. (MIJOLLA, 2005: 905)

Sendo assim, quando a onipotência em relação à mãe é perdida pela criança, instaura-se a necessidade de manter a ilusão da perfeição narcísica. O Ideal do Eu cumpre a função de impelir o Eu à constante mudança, de direcioná-lo à própria superação, por meio da identificação de atributos e qualidades mais elevadas. (GAULEJAC, 2014: 113). Nessa linha, o próprio Freud, na obra *O Ego e o ID* (1976: 51), relaciona o Ideal do Eu com aquilo que há de mais elevado na mente humana e na escala de valores por ela instituída. Tais considerações são válidas para compreender o caráter sociopsíquico dos deslocamentos individuais ao longo das estruturas sociais e das referências valorativas. Esses indivíduos ora anseiam pela conformação às expectativas de suas origens sociais, ora desejam a superação de suas próprias condições.

Percebe-se, portanto, a insuficiência de modelos pragmáticos calcados na ideia de escolha racional para dar conta da complexidade do real. As biografias dos sujeitos estão inscritas no contexto material historicamente dado, nas contradições das inúmeras disposições sociais existentes e na afetividade das relações familiares. A partir dessa compreensão, identifica-se também a deficiência de construtos teóricos que procuram captar apenas a homogeneidade das disposições sociais. Não é por acaso que Bernard Lahire (1997) demonstra que o conceito de *habitus* não é condicionado apenas pela posição social, mas pelas intrincadas inter-relações pessoais de dependência e afetividade no interior das famílias.

No caso dos servidores públicos objetos dessa pesquisa, estabelece-se uma tríade metodológica que procura salientar os encontros e contradições do indivíduo com os projetos parentais, os interesses das organizações e os ideais de uma sociedade de consumo. O indivíduo tem que lidar com a superação ou adequação às imagens projetadas sobre ele pelo Ideal do Eu de seus pais. É preciso salientar que o romance familiar carrega consigo reminiscências que remetem a passados longínquos da árvore genealógica dos indivíduos. Gaulejac caracteriza o projeto parental como a “correia de transmissão” da história (2014: 39).

Além do âmbito familiar, quando o indivíduo se torna servidor público e integra uma carreira, é possível que ele vivencie satisfações narcisistas, caso seus interesses correspondam aos ideais da organização para qual labuta (PAGÈS et al, 1987). Em contrapartida, a psicodinâmica do trabalho preconiza que o sofrimento é inerente às atividades laborais (DEJOURS, 1992). As formas de lidar com esse sofrimento podem gerar estratégias defensivas bem-sucedidas ou desembocar em um quadro de doença mental. À luz desse instrumental teórico, essa pesquisa intenta identificar possíveis correlações entre os discursos coletivamente construídos e as estratégias defensivas erigidas diante de possíveis frustrações no trabalho.

Por fim, é preciso considerar o cenário de hiperconsumo instaurado na sociedade moderna. Aponta-se uma suposta perda da centralidade do trabalho no que tange à realização da subjetividade. As inúmeras possibilidades de experiência proporcionadas pelo consumo hedonista desloca o eixo da premência das ações teleológicas para as vivências afetivas. Colin Campbell (2006) ressalta que o trabalho não deve se opor como instância moral superior aos hábitos de consumo. Entretanto, não se pode desconsiderar a contradição fundamental presente na realização da subjetividade calcada no consumo, qual seja, a transformação das próprias atividades laborais em mercadoria. Sendo assim, quaisquer satisfações proporcionadas pelo ato de consumir só podem ser compreendidas como manifestações parciais e efêmeras da individualidade. Isso porque ainda persiste no contexto do trabalho a ambivalência entre alienação e humanização, entre labour e work (NUNES, 2001).

Se ocorre uma possível atenuação da força centrípeta do trabalho na vida dos indivíduos, há que se investigar os efeitos desse processo sobre a ideia de vocação. O que Weber (2001) identificou como o elemento religioso instituidor da ética do trabalho no

capitalismo adquiriu contornos de racionalidade nos tempos atuais e passou a ser concebido como a manifestação dos talentos e aptidões individuais no exercício profissional.

Entretanto, a cultura dos concursos públicos impõe uma realidade *sui generis*. Se, diante de tantas vantagens oriundas do vínculo empregatício com a Administração Pública, os indivíduos relevam em certo sentido as atividades a serem exercidas nos cargos, a ideia de aptidão para o trabalho também precisa ser revista. Talvez a pouca afinidade em relação às tarefas desempenhadas faça com que as verdadeiras inclinações dos indivíduos só possam emergir nas horas de folga e não no expediente laboral. Vocação e trabalho aparecem como instâncias não necessariamente coincidentes. Se outrora a vocação era o elemento irracional que engendrou o espírito do capitalismo, atualmente, a cultura do medo, instituída pela lógica perversa da precarização do trabalho, assume o novo posto do irracional que fundamenta a reprodução das relações sociais. (ALVES, 2008; COLLINS, 2004). Independente das vantagens do cargo e do status que ele confere, o estranhamento diante do trabalho pode se tornar um elemento desmobilizador da realização da subjetividade.

No horizonte dessas perspectivas, a realidade ganha maior complexidade nos arranjos entre microcosmo e macrocosmo sociais. A fim de intentar uma compreensão da trajetória de jovens residentes em Brasília que buscam a sua realização profissional por meio do ingresso no serviço público, foram realizadas entrevistas em profundidade com servidores estatutários lotados na Polícia Civil do Distrito Federal e em um órgão do Poder Judiciário, com idade entre 24 e 38 anos e renda mínima de sete salários mínimos. A faixa remuneratória escolhida corresponde ao grupo de alta renda per capita do Distrito Federal, segundo a PDAD-2013² e também à média salarial auferida pelos indivíduos ocupados na Administração Pública, conforme a PED-2015³.

Norteadas por uma análise exploratória que pretende levar em consideração as trajetórias sociais e as histórias familiares dos indivíduos em questão, a entrevista foi bastante flexível. Houve a utilização de roteiro com questões-guias para incitar o entrevistado a falar quando o relato deixava de fluir naturalmente. Foram considerados o quadro de referência familiar, no qual se identificavam as origens sociais dos pais, a trajetória educacional do entrevistado e as influências culturais advindas das atividades

² CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Brasília, 2013.

³ CODEPLAN, et. al. Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. Ano 24, Brasília, 2015.

realizadas e dos locais de residência, que podiam incluir outras Unidades da Federação. Procurava-se apreender as adaptações e rupturas realizadas pelo sujeito frente às trajetórias prováveis que compunham o horizonte de suas biografias. Além disso, examinou-se o estado de satisfação dos indivíduos com as atividades exercidas no serviço público. A partir de então, buscou-se identificar os constrangimentos organizacionais na rotina do entrevistado e a inclinação para abandonar a profissão ou permanecer no cargo que ele ocupava. Ao longo da entrevista, atentou-se para os gostos, preferências e competências individuais avocadas pelos próprios servidores a fim de sinalizar conflitos entre as práticas laborais e as suas verdadeiras aptidões, que podiam indicar uma reminiscência ou não da ideia de vocação.

As ferramentas metodológicas apresentadas permitiram esvaziar o excesso de pragmatismo e racionalização das análises acerca da economia e do mercado de trabalho. Como destacaram Girard-Nunes e Silva (2013), há uma Nova Sociologia Econômica que perscruta o imbricamento entre o social e o econômico e retira desse último elemento o seu caráter autônomo, afastando-se das análises encapsuladas do *mainstream* teórico. Entre os pensadores que seguem essa tendência estão Mark Granovetter (2007), Karl Polanyi (2000) e Alain Caillé (2002).

A sociedade deixa de ser analisada como um palco onde seres atomizados procuram maximizar seus lucros ou sua felicidade mediante a lógica própria da racionalidade do cálculo. Opõe-se a essa perspectiva o M.A.U.S.S. (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais), o qual herda a concepção de dom das obras de Marcel Mauss e percebe as interações entre os indivíduos a partir da tríade dar-receber-retribuir. A economia, até então, teria focado no mercado, campo especializado na concepção do interesse, mas a existência em sociedade é muito maior que a esfera mercantil e as pessoas se humanizam, sobretudo, por meio de atos desinteressados.

Não é por acaso que há uma série de indivíduos com trajetórias sociais marcadas por rupturas e discontinuidades. Uma perspectiva racionalizante das inter-relações sociais esvaziaria o mosaico da vida e retiraria a significância das vivências afetivas, além de impossibilitar o desnude de elementos irracionais que muitas vezes orientam condutas racionais.

Vincent de Gaulejac (2006) esclarece que há uma dialética constante entre as situações com as quais os indivíduos se confrontam e as reações interiores que neles

despertam. Somente por meio da história familiar e das trajetórias sociais desses indivíduos é que se torna possível lançar luz a essa constante tensão vivenciadas intimamente pelos sujeitos. Os indivíduos procuram se apropriar de sua história em um movimento de "assujeitamento" e de "subjetivação", o primeiro é caracterizado pelo processo de socialização e de sujeição às determinações que se apresentam, o segundo, pela tomada de consciência de si mesmo e pela construção de um ser singular (NUNES; SILVA: 2013).

Ao se questionar a importância da ideia de vocação nas escolhas profissionais, não há ferramenta analítica mais apropriada que a história de vida a fim de se identificar as aptidões individuais que foram estimuladas ou deixadas para trás, bem como compreender as afinidades estabelecidas nas interações familiares que acarretam processos de conformação ou de rupturas com os projetos parentais. Em certo sentido, o sujeito só faz história com as condições que lhe são dadas.

Após identificar as tensões e decisões que levaram os indivíduos a ingressar no serviço público, tornou-se necessário investigar o contexto das relações laborais estabelecidas no âmbito do cargo que ocupavam. Nesse ponto, foi imprescindível lançar mão dos conceitos da psicodinâmica do trabalho inaugurada por Christophe Dejours (1992). O psiquiatra francês estabeleceu a importante distinção entre trabalho prescrito e trabalho real. Enquanto aquele se resume às normas e padronização de procedimentos e condutas, este é muito maior, pois abrange a complexidade da realidade laboral, na qual o sujeito exerce toda potencialidade do seu saber-fazer. O trabalho real sempre transcende as previsões da organização.

A construção da identidade individual passa pela realização de uma tarefa e pelo reconhecimento do outro, ou seja, o trabalho, na concepção dejouriana, está sempre mediando o encontro do sujeito com o mundo. Esse processo é descrito pela tríade entre o ego, o outro e o real. Quando não há espaço para o sujeito mobilizar a sua subjetividade, apresenta-se um empecilho ao seu reconhecimento e, conseqüentemente, ocorre o sofrimento no trabalho. Tal situação pode ser resolvida a partir de um canal aberto de comunicação e de mudanças no ambiente laboral. Entretanto, uma saída possível é o acionamento de estratégias de defesa, psíquicas ou coletivas, diante da permanência do quadro que causa sofrimento aos indivíduos. Quando bem-sucedidas, a saúde mental é mantida. Porém, quando esses mecanismos falham, pode ocorrer um quadro de doença psíquica.

Embora o trabalho tenha importância fundamental na vida dos sujeitos e na manutenção de sua saúde mental, a presente pesquisa não pretende se limitar a essa leitura da realidade. Isso porque, diante de um contexto caracterizado pelo hiperconsumo e por suas inúmeras possibilidades de experiências, há diversas formas de mobilizar a subjetividade na busca da realização dos desejos e do reconhecimento do outro, ainda que este venha por meio de práticas de consumo. O objetivo é evitar um *bias* laboral e permitir um olhar mais atento a outros aspectos da realidade, inclusive para poder avaliar a permanência da ideia de vocação nos dias atuais.

A fim de prosseguir a pesquisa e abordar aspectos tão pessoais dos indivíduos, ateu-se ao que Pierre Bourdieu (1999: 697) descreveu como comunicação "não violenta". Sendo assim, os entrevistados foram selecionados a partir de uma amostra caracterizada pela proximidade social: pessoas conhecidas pelo pesquisador ou previamente apresentadas por pessoas conhecidas. Seguem abaixo algumas questões-guias abordadas no roteiro das entrevistas:

- a) Data e local de nascimento do entrevistado;
- b) Lugares onde viveu desde então;
- c) Formação e profissão dos pais (ou responsáveis);
- d) Vida escolar (lugares e vínculos criados);
- e) Aptidões desenvolvidas e frustradas por meio dos estímulos e empecilhos característicos da trama familiar;
- f) Conflitos e ajustamentos entre expectativas parentais e trajetória pessoal;
- g) Graduação (escolha do curso e engajamento no mercado de trabalho)
- h) Primeiro emprego e história laboral;
- i) Motivos para ingressar no serviço público;
- j) Identidade com as atividades de trabalho e com o ambiente laboral presentes;
- k) Apontar possíveis frustrações ou superação de expectativas em relação ao cargo que ocupa;
- l) História conjugal;

- m) Atividades de lazer, talentos extra-laborais, relação entre trabalho e emprego, avaliação da importância do atual emprego em sua vida;
- n) Relacionar um dos elementos como prioridade atual (maior remuneração, menor carga horária de trabalho ou mudança de emprego);
- o) Aspectos organizacionais (relacionamentos interpessoais, satisfação com as atividades e aspectos procedimentais do emprego, julgar a qualidade de vida no trabalho: pontos positivos e negativos da rotina laboral);
- p) Indicar se já buscou sair do emprego atual prestando outro concurso e se já pensou em fazer/cursar outra graduação;
- q) Idealizar o que faria se pudesse recomeçar sua trajetória a partir da sua vida escolar.

PARTE II – O CONTEXTO DA PESQUISA

4. Disposições materiais e culturais

A fim de lastrear na literatura sociológica os argumentos apresentados até então, inicia-se pelas duas afirmações feitas na introdução desta pesquisa que enfatizam elementos peculiares ao contexto de Brasília, quais sejam, a preponderância da Administração Pública na atividade econômica local e a “cultura do concurso” que emergiu das práticas sociais dos habitantes da cidade. Antes de qualquer inferência, é preciso compreender que esses elementos são complementares e não há uma relação de determinação entre eles. Não se adota uma concepção materialista que põe a cultura como subproduto das relações sociais de produção. Compreende-se, portanto, que há trocas recíprocas entre condições materiais e construções simbólicas. Como afirmou Bourdieu (2008), o espaço social é constituído pela distribuição dos indivíduos segundo dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural. Nesse ponto, afirma-se uma relativa autonomia entre essas duas instâncias e seus intercâmbios na construção da realidade social. Feita essa observação, discorre-se agora sobre as características socioeconômicas da capital do país.

4.1. O serviço público como fonte de riqueza

No livro organizado pelo professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília Sadi Dal Rosso, intitulado *Trabalho na Capital* e publicado em 2011, encontra-se um panorama dos postos de trabalho ofertados na região metropolitana do Distrito Federal, área que engloba não só as Regiões Administrativas (RAs), mas também os dez municípios do entorno: Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Formosa, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Alexânia e Padre Bernardo. Ao longo da história da capital, configurou-se um enorme fosso entre o núcleo do quadrilátero e aqueles municípios. “A causa principal desta situação foi um excepcional crescimento populacional na periferia sem o correspondente desenvolvimento de atividades produtivas, particularmente, da atividade industrial” (MIRAGAYA, 2011: 19). A Região Centro-Oeste ocupa o último posto na participação da

produção industrial do país. Dois fatores contribuíram diretamente para manter essa situação. O primeiro corresponde à natureza política-administrativa da construção de Brasília. No próprio edital de convocação para a transferência da capital, havia a previsão de que as atividades industriais e comerciais deveriam ser limitadas. O segundo diz respeito à pouca atenção do Estado em relação ao desenvolvimento industrial da Região Centro-Oeste como um todo:

Expressão disto foi que entre todas as superintendências de desenvolvimento regionais criadas (e que tinham um forte objetivo de promoção da industrialização) a da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi a última a ser criada, a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do Governo Federal e a primeira a ser extinta. Mais do que isto, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o BNB (Nordeste), BASA (Norte) e BRDE (Sul), o Centro-Oeste ficou privado de tal instrumento, de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial. (Ibidem: 27)

O chamado Entorno do Distrito Federal sofreu um crescimento demográfico significativo a partir de 1980. A população que correspondia então a 13,2% dos habitantes da região metropolitana do Distrito Federal, passou a representar 25,7% desse total no ano de 2009. Em números absolutos, variou de 180.263 para 901.029 indivíduos. Não obstante, a renda auferida pelos moradores dessas cidades do entorno não obteve o mesmo recrudescimento. Ao analisar o Produto Interno Bruto (PIB) das oito principais regiões metropolitanas do Brasil, quais sejam, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador e Brasília, a maior desproporção entre núcleo e periferia é observada na capital do país. No ano de 2009, por exemplo, a participação das cidades periféricas no PIB da região metropolitana de Brasília foi de apenas 4,13% do total. Para ter noção da discrepância, a segunda pior relação entre núcleo e periferia se deu no Rio de Janeiro, onde o entorno contribuiu com 30,54% do PIB daquela região metropolitana (Fonte: Confecon)⁴. Segundo Miragaya (2011), as outras regiões metropolitanas

⁴ Estudo intitulado “A Composição Espacial do PIB nas Metrôpoles Brasileiras: 2009”. Foi elaborado em dezembro de 2011 pelo economista Júlio Miragaya e por Giuliana Correa em uma parceria que envolveu o Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional – IBRASE, a Comissão de Desenvolvimento Regional do Conselho Federal de Economia – COFECON e a Diretoria de Gestão de Informações da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, disponível em <<http://goo.gl/Qv7zKs>> acesso em ago 2015.

desenvolveram as atividades industriais nas áreas periféricas a partir da década de 1970, o que não ocorreu em Brasília.

Essa assimetria na produção da riqueza da região metropolitana de Brasília criou um contexto no qual os municípios do Entorno se constituíram em verdadeiras cidades-dormitórios. Cerca da metade da população ocupada dessa periferia trabalha em postos ofertados no núcleo do Distrito Federal⁵. A distribuição de riqueza não é desigual apenas entre núcleo e periferia. Há uma diferença de renda significativa no âmbito interno do quadrilátero. Entre a população das 31 Regiões Administrativas (RAs) que compõem o Distrito Federal, a renda per capita média daqueles que residem no Lago Sul (RA mais rica) é 18 vezes maior que a dos habitantes da Estrutural (RA mais pobre). A tabela extraída da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD-2013, Fonte: Codeplan) demonstra as diferenças de renda entre os habitantes das diversas Regiões Administrativas:

Tabela 1: renda domiciliar média mensal, renda per capita média mensal e coeficiente de Gini nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, ano 2013.

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Renda Domiciliar Média Mensal		Renda Per Capita Média Mensal		GINI
	Valores Absolutos RS 1,00	Valores em Salários Mínimos	Valores Absolutos RS 1,00	Valores em Salários Mínimos	
Valores Absolutos					
Plano Piloto	11.866,79	16,39	4.451,87	6,57	0,389
Gama	3.776,98	5,22	1.103,93	1,63	0,431
Taguatinga	5.126,27	7,08	1.635,12	2,41	0,453
Brazlândia	2.749,33	3,80	818,30	1,21	0,444
Sobradinho	5.463,15	7,55	1.594,26	2,35	0,452
Planaltina	2.647,74	3,66	728,72	1,07	0,491
Paranoá	2.651,09	3,66	741,71	1,09	0,418
Núcleo Bandeirante	4.778,49	6,60	1.500,18	2,21	0,463
Ceilândia	2.516,50	3,48	720,49	1,06	0,418
Guará	6.882,62	9,51	2.279,91	3,36	0,426
Cruzeiro	7.864,56	10,86	2.532,13	3,73	0,351
Samambaia	2.716,63	3,75	765,32	1,13	0,409
Santa Maria	2.586,83	3,57	708,50	1,04	0,404
São Sebastião	2.697,69	3,73	764,05	1,13	0,403
Recanto das Emas	2.454,83	3,39	662,28	0,98	0,420
Lago Sul	20.464,01	28,27	6.510,10	9,60	0,350
Riacho Fundo	4.406,80	6,09	1.346,09	1,99	0,444
Lago Norte	13.423,28	18,54	4.558,40	6,72	0,388
Candangolândia	4.010,56	5,54	1.114,19	1,64	0,429
Águas Claras	9.619,64	13,29	3.158,29	4,66	0,469
Riacho Fundo II	2.747,34	3,79	759,93	1,12	0,402
Sudoeste/Octogonal	13.995,64	19,33	6.144,17	9,06	0,371
Varjão	1.873,32	2,59	501,91	0,74	0,353
Park Way	16.901,36	23,34	4.871,39	7,18	0,352
SCIA - Estrutural	1.440,51	1,99	367,50	0,54	0,318
Sobradinho II	5.520,14	7,62	1.518,41	2,24	0,487
Jardim Botânico	13.404,02	18,51	4.132,91	6,10	0,381
Itapoã	2.665,86	3,68	726,93	1,07	0,270
S I A	5.474,28	7,56	1.500,84	2,21	0,321
Vicente Pires	7.452,58	10,29	2.075,47	3,06	0,398
Fercal	2.085,30	2,88	574,31	0,85	0,379
Distrito Federal	5.015,04	6,93	1.489,57	2,20	0,474

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF-2013

⁵ A partir da Lei Distrital nº 4745, publicada em 29 de janeiro de 2012, que cria a Região Administrativa da Fercal, o Distrito Federal passou a ser constituído por 31 Regiões Administrativas.

Nesse ponto, convém salientar que a Administração Pública, nos âmbitos federal e distrital, emprega aproximadamente 20,9% do total estimado de 1.207.111 indivíduos ocupados. Em números absolutos, portanto, são 252.260 pessoas que trabalham para o serviço público, sejam lotadas em órgãos públicos, nas autarquias, nas fundações, nas empresas do Governo ou nas Forças Armadas. Das cinco Regiões Administrativas mais ricas – Lago Sul, Sudoeste, Park Way, Lago Norte e Plano Piloto, respectivamente – chama a atenção o fato de que mais de um terço da população que nelas reside está no setor público, com destaque para o Sudoeste, onde 54,04% dos habitantes trabalham nas Administrações Federal ou Distrital. Em termos de população relativa de ocupados no serviço público, o Plano Piloto aparece em segundo lugar, com 47,88% dos moradores exercendo suas atividades na burocracia estatal. Essa Região Administrativa se destaca ainda por conter o maior contingente dos ocupados no setor público que residem no Distrito Federal, tanto daqueles lotados na Administração Federal quanto dos que exercem atividades na Administração Distrital: o Plano Piloto abriga 27,03% dos 119.968 trabalhadores da esfera federal e 10,9% dos 132.292 em exercício no âmbito distrital, o que corresponde, em números absolutos, a 32.764 e 14.520 indivíduos, respectivamente (PDAD-2013, Fonte: Codeplan)⁶.

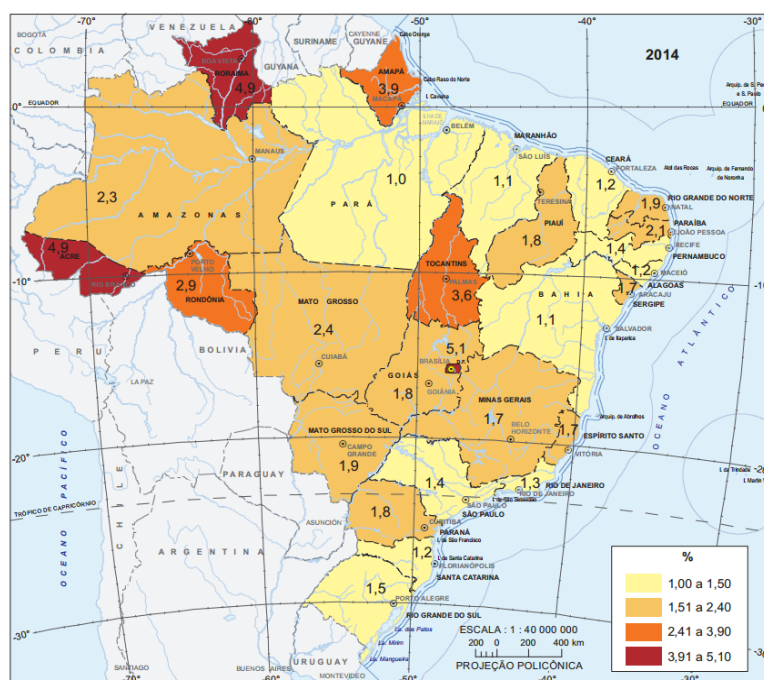
A presença de servidores públicos é significativa na composição da renda per capita média das Regiões Administrativas. Não é por acaso que aquelas RAs que possuem menos de 5% da sua população vinculada à Administração Pública se situam entre as mais pobres do Distrito Federal. A Estrutural, que possui a pior renda média per capita, tem 2,23% da população ocupada no serviço público. Já o Varjão, detentor da segunda menor renda média, possui apenas 2,08% dos habitantes na burocracia federal ou distrital. Curiosamente, a terceira menor renda está na Região Administrativa com a terceira menor população relativa de ocupados na Administração Pública. Trata-se da mais nova delas, a Fercal, com 4,91% de seus habitantes nos quadros burocráticos.

Nessa linha, Medeiros e Souza (2013) já salientaram o papel do Estado como promotor da desigualdade de renda. Isso porque grande parte do fluxo monetário estatal, seja para pagamento de salários ou aposentadorias, é destinada aos servidores públicos

⁶ Há que se observar que nem todos esses indivíduos são regidos pela Lei Federal nº 8.112/1990 do ordenamento jurídico brasileiro, ou seja, não são necessariamente servidores estatutários. As empresas públicas, por exemplo, adotam a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) como regime de contratação. Quando a PDAD 2013 fala em cargos ocupados na Administração Federal ou Distrital, a pesquisa não faz distinção entre estatutários e celetistas.

civis e militares. Apesar das políticas redistributivas de benefícios sociais voltadas para as famílias pobres, ocorre que “apenas um décimo dos pagamentos do Estado são apropriados pela metade mais pobre da população, enquanto a metade dos pagamentos é apropriada pelo décimo mais rico da população” (Ibidem: 149). Os autores apontam ainda que a concentração de renda se dá em maior proporção no setor público do que no setor privado. Não obstante, o impacto deste último na composição total da desigualdade de renda no país é maior, pois o volume salarial que circula no setor público é menor que o montante do setor privado.

Ressalta-se, contudo, que o efeito do setor público na desigualdade de renda é bastante significativo no Distrito Federal, uma vez que essa Unidade da Federação possui a maior população relativa de indivíduos que ocupam cargos na burocracia estatal. De acordo com a pesquisa intitulada Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros – 2014 (Fonte: IBGE), o Distrito Federal ocupa o maior percentual de indivíduos nos quadros administrativos próprios quando comparado com os outros 26 estados. No mapa extraído da pesquisa, é possível verificar a proporção de servidores estaduais em relação ao restante da população. O Distrito Federal se situa em primeiro lugar com 5,1% da população nos quadros da Administração local⁷.



O Distrito Federal também apresenta o maior percentual da população ocupada nos cargos do Poder Executivo da União. Embora o Rio de Janeiro tenha o maior número absoluto de servidores federais, quando se compara a proporção desse montante com a população local, o Distrito Federal leva ampla vantagem: 2,7% dos habitantes do Distrito Federal estão ocupados no Executivo Federal, enquanto, no Rio de Janeiro, esses servidores representam apenas 0,6% dos moradores locais (MPOG, 2015: 94)⁸. Com esse volume de servidores, não é de se estranhar que as atividades na capital federal estejam concentradas na Administração Pública e no setor de serviços voltados a esse mercado consumidor de alta renda. Da população ocupada no Distrito Federal, além dos 20,9% que exercem suas atividades na Administração Pública, há uma parcela de 25,05% dos indivíduos que trabalha no comércio e outra de 19,69% ocupada em serviços gerais. Apenas 7,03% dos que estão empregados trabalham na indústria. Todos esses dados foram levantados pela PDAD-2013 (Fonte: Codeplan) que, apesar das diferenças de renda, apontou uma melhora no Coeficiente de Gini em relação ao ano de 2011. Isso significa uma redução na desigualdade. Entretanto, a PNAD realizada no mesmo ano de 2013 (fonte: IBGE) aponta que o Distrito Federal é a Unidade da Federação mais desigual do país quando comparada com os outros 26 estados. Isso porque apresentou o maior Coeficiente de Gini dentre elas: 0,570 frente a uma média nacional de 0,501⁹. O índice varia entre um (completa desigualdade de renda) e zero (completa igualdade de renda).

O trabalho de Daré e Hoffmann (2013) acusa o crescimento significativo na renda dos servidores estatutários federais e estaduais no período de 2002 a 2009. Segundo os autores, ao se fragmentar o Índice de Gini, percebe-se que esse aumento na fatia da remuneração dos ocupados no serviço público contribuiu para a concentração de renda, principalmente no Distrito Federal no período de 1995 a 2009 (Ibidem: 28). Essa política de valorização dos quadros administrativos foi impulsionada nos mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tal diretriz administrativa reforçou a indústria e a cultura do concurso público na capital do país.

⁸ Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais, publicado pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, jun. 2015. Disponível em <<http://goo.gl/Tb8MQ1>> acesso em: out. 2015

⁹ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2013) levou em consideração para o cálculo do Coeficiente de Gini a distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Disponível em <<http://goo.gl/D0mwOS>> acesso em: set. 2015.

4.2. A estabilidade no cargo e a garantia da renda

Diante deste cenário socioeconômico, percebem-se as condições favoráveis para a existência de uma cultura voltada ao concurso público. Como já foi dito, é necessário compreender a retroalimentação entre os aspectos materiais e culturais, o que descarta supostas hierarquizações entre eles. A natureza administrativa da capital federal não explica de *per se* todo o universo simbólico que emergiu em torno das carreiras públicas, menos ainda os valores que orientam a conduta dos chamados concurreseiros.

Bruno Nogueira defendeu recentemente uma dissertação de mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília com o título “Concurreseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público”. Neste trabalho minucioso, o autor chama a atenção para uma indústria voltada a atender à demanda dos indivíduos que se inclinam para o serviço público. O diagnóstico aponta que Brasília virou um polo de concurreseiros, com inúmeras instituições especializadas nos certames para o ingresso na Administração. O autor realizou entrevistas com jovens entre 24 e 29 anos, residentes na área central de Brasília. Os dados levantados levaram à seguinte conclusão:

Situações mais vistas são as de pessoas que fizeram um curso superior pelo interesse no conteúdo e depois deram uma “guinada pragmática”, passando a estudar assuntos distintos dos vistos na faculdade, a fim de adquirir carreira estável e com bons salários por meio do serviço público (NOGUEIRA, 2015: 37).

Essa constatação é válida para a pesquisa que é agora desenvolvida, pois figurou como uma premissa confirmada e sistematizada no recente trabalho de Nogueira. Com isso, acreditou-se que entrevistar indivíduos ingressos no serviço público em cargos que não exigem habilitação específica aumenta as chances de identificar pessoas que assumiram essa orientação para exercer suas profissões, ou seja, a de descontinuidade entre a formação acadêmica e o exercício das atividades laborais.

Como frisou Nogueira (2015: 20), ao fazer os certames públicos, os candidatos procuram elementos socialmente valorizados, tais como renda e estabilidade. Sendo assim, os indivíduos orientam suas ações conforme escolhas racionais. Albrecht e Krawulski (2011)¹⁰, por seu turno, realizaram uma pesquisa com 93 concurreseiros no estado de Santa

¹⁰ Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25704/27437>>, acesso em: set. 2015

Catarina e ficaram surpresos ao constatar que a preocupação dos futuros servidores públicos concentrava-se na remuneração, na estabilidade e, em menor medida, na possibilidade de fazer carreira. A análise impressionou os autores na medida em que não verificaram o compromisso ético com a coletividade por parte daqueles que almejavam à carreira pública.

Nesse sentido, é preciso questionar o porquê de elementos como estabilidade e remuneração serem tão prestigiados a ponto de não se ponderar sobre o exercício da profissão. E mais ainda, de não se levar em consideração a natureza de um serviço destinado aos cidadãos, principais interessados no desempenho das atividades burocráticas. A fim de compreender a superestimação da estabilidade e da rentabilidade, é imprescindível se ater ao contexto histórico que permitiu a emergência desses elementos como valores socialmente reforçados.

4.3. O privilégio de ser estável

No momento em que a estabilidade promovida pelo serviço público é colocada em um patamar hierarquicamente superior ao das atividades profissionais propriamente ditas, pressupõe-se uma propensão ao estranhamento do trabalho como descrito por Ricardo Antunes:

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. (1997: 124)

Atenta-se, assim, para o caráter histórico do fenômeno do estranhamento, pois, embora sempre se faça presente nas sociedades capitalistas, adquire no contexto dos concursos públicos contornos próprios. Mas por que a estabilidade do contrato de trabalho se faz tão relevante? Para responder a tal questionamento é necessária uma breve retrospectiva que se inicia com a crise internacional do petróleo desencadeada na década

de 1970 a qual colocou em xeque o modelo fordista de acumulação e fez urgir a reestruturação do capital:

As medidas econômicas implementadas desde a década de 1970 buscaram contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sobre as rendas mais altas, desregular o mercado de trabalho, o comércio externo e o mercado financeiro, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, restringir a ação sindical, entre outras. (POCHMANN, 1999: 15)

A partir de então se passou a privilegiar o caráter patrimonialista-financeiro em detrimento do setor produtivo. No caso específico da América Latina, as mudanças no comportamento da economia se intensificaram após a crise da dívida externa de 1982, quando o México decretou moratória. Nesse contexto, os países latino-americanos ingressam de forma passiva na nova Divisão Internacional do Trabalho e a dinâmica de suas economias se mostra cada vez mais influenciada pelo cenário global. Na década de 1990, o Brasil, assim como os países vizinhos, adotaram as diretrizes oriundas do Consenso de Washington, momento em que houve “um movimento geral em torno da abertura financeira, econômica e comercial, da privatização das empresas estatais, da reformulação do papel do Estado e do estímulo às exportações” (POCHMANN: 57).

Dentro desse panorama macroeconômico, a estratégia de reestruturação capitalista traz em seu bojo mudanças nas relações de produção, na forma de gestão dos recursos humanos, no investimento em tecnologia e, por fim, nas demais relações laborais. Há uma desverticalização da produção, com aumento de subcontratações de trabalho. Ocorre a desespecialização do trabalhador, que se apresenta polivalente e multifuncional para atender às necessidades das empresas. A produção passa a ser pautada pelo *just in time*, sem desperdícios e com redução de estoque. As inovações tecnológicas permitem dispensar o emprego direto na produção. Por fim, a nova gestão de competências introduzida nas organizações prevê a participação de alguns cargos nas decisões empresariais e gera incentivos monetários lastreados em metas e resultados. A negociação direta entre empregado e empregador passa a enfraquecer as políticas sindicais. Todas essas mudanças são relacionadas à difusão do toyotismo cujo resultado mais significativo é a flexibilização dos contratos de trabalho, como destaca Ricardo Antunes:

[...] para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. (1997: 28)

O trabalhador desespecializado, apto a atender aos anseios da organização por meio de várias atividades, situado em uma relação contratual frágil e em um contexto de burocratização e institucionalização de sindicatos que aderem à cultura organizacional da empresa contratante, caracteriza o quadro diagnosticado por Antunes. Logo, a estabilidade do contrato de trabalho é um aforismo no discurso de quem vive em uma realidade marcada por elementos recorrentes de precarização: crescimento dos requisitos de qualificação na contratação, redução do emprego estável, pouca oferta de emprego em geral, quadro de maior desemprego e subemprego, ocorrência de ocupações atípicas, política salarial atrelada às metas de produção e vendas. (POCHMANN, 1999: 37).

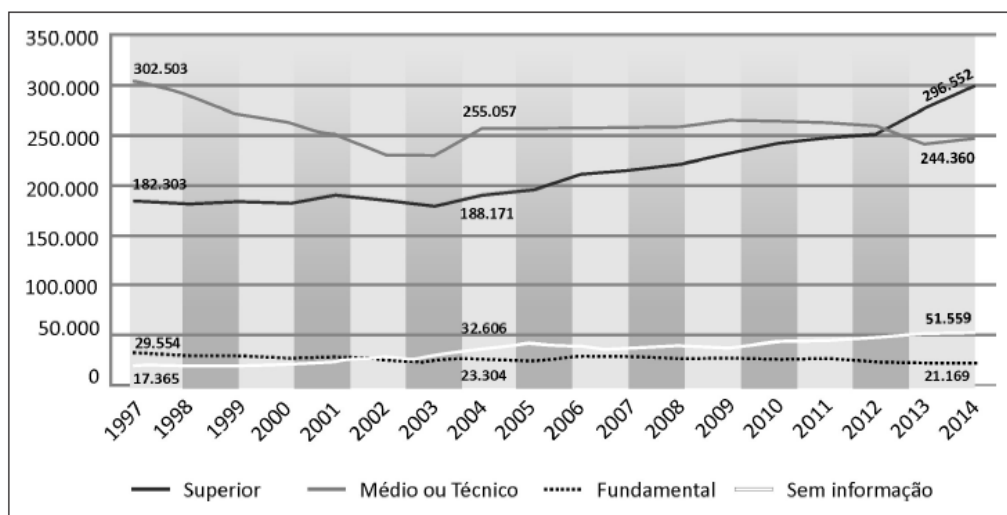
Conforme pronunciado pelo economista Guy Standing (2013), os trabalhadores submetidos aos contratos flexíveis oriundos desse cenário passam a compor uma nova classe, o “precariado”, sem garantias, sem identidade calçada no trabalho e sem certeza dos proventos que garantem uma vida digna, ou pelo menos, que assegurem sua subsistência. Diante disso, instaura-se um constante temor entre aqueles que pretendem se firmar no mercado de trabalho. Giovanni Alves (2008: 13-14) completa esse raciocínio e descreve o novo contexto de financeirização do capital e de constante flexibilização dos contratos empregatícios como um sócio-metabolismo da barbárie que, por meio do desemprego em massa, da exclusão social e da precarização, passa a instituir uma “cultura do medo”.

Nesse ponto, chega-se ao elemento inconsciente que muitas vezes fundamenta as escolhas racionais dos indivíduos: o medo da precarização. Embora se possa fazer uma leitura pragmática dessa realidade ao indicar que os indivíduos tendem a pautar suas escolhas pelas vantagens do serviço público e que eles tenham extraído o melhor resultado de uma equação consciente entre o que se sacrifica e o que se ganha com o cargo almejado, reduzir tal análise ao princípio da racionalidade econômica é esvaziar os sentidos que subjazem à construção do real e desconsiderar “[...] o inconsciente como o lugar de germinação da razão” (ENRIQUEZ, 1990: 19). Portanto, não se pode reconhecer na estabilidade apenas um dado objetivo, um simples elemento de troca. Há uma lógica

perversa que subjaz o discurso da estabilidade. Esta, enquanto valor, é reforçada não só pelo prestígio, mas também pelo medo.

Cabe ressaltar que a precarização não é fenômeno exclusivo da iniciativa privada. Ela passa a ser incorporada pela própria estrutura burocrática do Estado. Em estudo da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), organizado por Alessandro Freire e Pedro Palotti (2015), constata-se o recrudescimento da terceirização em atividades auxiliares, tais como serviços gerais e secretariado. Esse fato contribuiu com a redução percentual de servidores que possuem qualificação equivalente ou inferior ao nível fundamental no quadro administrativo do Poder Executivo Federal. Soma-se a isso a crescente exigência do nível superior nos editais de concursos públicos. Sendo assim, a proporção de servidores com escolaridade média ou fundamental saiu da casa dos 60% para a dos 40% no período de 1997 a 2014. No gráfico a seguir, evidencia-se a ascensão dos servidores graduados frente aos demais:

Gráfico 1: Evolução do quantitativo dos cargos ocupados pelos servidores civis ativos do Poder Executivo segundo o nível de escolaridade¹¹



Fonte: Enap Estudos, Servidores Públicos Federais – Perfil, 2015.

Nota: Não inclui os servidores afastados, os servidores do Banco Central, do Ministério Público da União e os estagiários.

O estudo ainda indica o impacto das reformas neoliberais introduzidas no início da década de 1990 que redundaram em uma política de "enxugamento" da máquina pública

¹¹ Servidores Públicos Federais: novos olhares e perspectivas, 2015, p. 37. Org. Alessandro Freire e Pedro Palotti. Brasília: Enap, 2015. Cadernos 42, 132p. Disponível em: <<http://goo.gl/mWajDu>>

capitaneada pelo então presidente Fernando Collor de Mello. Foram impulsionadas as demissões e as aposentadorias em massa, assim como uma política voltada para a desestatização e desregulamentação das atividades econômicas. Nesse cenário, "de 1992 a 2002, o quantitativo de servidores passou de aproximadamente 620 mil para 485 mil. No período seguinte, de 2003 a 2014, observaram-se iniciativas para recomposição da força de trabalho" (FREIRE; PALOTTI, 2015: 39).

Esses números correspondem ao quadro administrativo do Poder Executivo federal e ressaltam o ideal de Estado mínimo que vigorou na última década do século XX. As reformas liberalizantes preconizavam a baixa ingerência do Estado sobre a economia, mas um forte controle sobre os gastos públicos. Essa política deu seguimento na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, houve em seu governo uma reforma gerencial que lançou as bases formais para a forte recomposição dos quadros administrativos capitaneada pelo próximo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Durante os mandatos deste último, ocorreu a estruturação de carreiras da Administração Pública Indireta, como a das agências reguladoras. O mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff, também foi marcado pelo incremento das vagas na máquina estatal.

Tabela 2: Tipo e número de servidores ativos do Governo Federal, por Poder¹²

Executivo (civis e militares)	2002	2014	Variação
		775.116	1.043.088
Civis	495.803	683.870	38%
Administração direta	200.191	244.882	22%
Autarquias	196.817	291.874	48%
Fundações	64.408	91.421	42%
Empresa pública*	27.379	39.177	43%
Sociedades de economia mista*	7.008	16.516	136%
Militares	279.313	359.218	29%
Ministério Público da União	5.859	17.374	197%
Legislativo	20.501	24.902	21%
Judiciário	81.716	110.458	35%
Total	883.192	1.195.822	35%

Fonte: Enap Estudos, Servidores Públicos Federais – Perfil, 2015.

Nota: Inclui os servidores do Ministério da Saúde cedidos ao SUS (Lei nº 8.270/91) e os servidores afastados.

¹² Ibidem, p. 36.

Cabe lembrar que no período em que foi promulgada a Constituição Cidadã, instituiu-se o Regime Jurídico Único dos servidores públicos e muitos deles, por serem elevados à condição de estatutários, optaram por aposentar com regras mais vantajosas que aquelas vigentes no Regime Geral de Previdência Social, como teto salarial superior e proventos próximos à integralidade. Com isso, a transição do biênio 1988-89 para o ano de 1990 assistiu a uma redução do número de servidores da casa dos 700 mil para um valor próximo de 600 mil. Essa queda abrupta se deu antes mesmo da política de austeridade implementada por Fernando Collor, as quais acentuariam ainda mais a curva descendente. Já nos doze anos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, a partir do ano 2003, destaca-se o incremento da força de trabalho no Ministério Público da União, instituição fortalecida pela redemocratização do país e por suas competências previstas na Carta Magna de 1988.

Apesar do aumento da contratação de servidores públicos sob o manto do regime estatutário, considerado o período de 1992 a 2007, percebe-se que a expansão da Administração Pública utilizou do mesmo meio que as organizações privadas lançam mão, qual seja, a flexibilização dos contratos de trabalho:

A expansão do Estado brasileiro, nas suas três esferas de poder, tem se assentado em parte no arranjo precário de servidores sem vínculo estável e com escassos direitos trabalhistas, a exemplo de contratações emergenciais, estagiários, trabalhadores temporários, bolsistas e comissionados sem vínculo permanente com a administração pública, entre outros. (FREIRE; PALOTTI, 2015: 35)

Ao adotar uma concepção mais ampla do emprego público e considerar aqueles funcionários que trabalham para a Administração, mas não são classificados como estatutários, nem possuem carteira de trabalho, observa-se um incremento no número desses trabalhadores. Em 1992, eles representavam 4,26% do total. Já em 2007, esta forma de vínculo empregatício passou a representar 12,48% do número de ocupados em todo setor público, ou seja, nos três níveis de governo, na administração direta e indireta.

Conclui-se, portanto, que o serviço público, compreendido como um reduto de excelência da força de trabalho e de altas remunerações, está longe de ser uma realidade para todos. Não obstante, observa-se que algumas carreiras estratégicas para o Estado foram beneficiadas pela política remuneratória dos presidentes Lula e Dilma e tiveram ganhos da ordem de 230% no período. Mediante a justificativa de aumentar a competitividade dos cargos do Executivo no recrutamento de trabalhadores frente à

iniciativa privada, consolida-se um grupo seletivo de servidores que auferem alta renda e alimenta os sonhos dos aspirantes à carreira pública.

4.4. O poder aquisitivo de um servidor público

A partir da PDAD-2013 (Fonte: Codeplan), percebe-se que o setor de serviços é a área pujante da economia da capital da República. Com reduzida atividade industrial e um parco setor agrário, as pessoas ocupadas se concentram no terceiro setor. Reforça esse argumento a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal realizada em 2015, na qual a população economicamente ativa perfazia o total de 1.534 mil pessoas, o que corresponde a 61,4% daquelas com mais de 10 anos de idade (2.498 mil). Ao distribuir o número de ocupados segundo o setor de atividade, obtém-se o seguinte quadro¹³:

Tabela 3: Número de ocupados por setor de atividade no DF, ano 2015.

Estimativas do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Distrito Federal - 2015		
Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)	Distribuição (%)
Total (1)	1.314	100,0
Indústria de Transformação (2)	45	3,4
Construção (3)	73	5,6
Comércio e Reparação de Veículos (4)	250	19,0
Serviços (5)	926	70,5
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (6)	194	14,8

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

Além da notória hipertorção do setor de serviços, conforme observada acima, o Distrito Federal apresenta uma distorção salarial entre as atividades do setor público e as da iniciativa privada. A média salarial paga aos ocupados na Administração Pública é maior que o quádruplo da média dos assalariados do setor privado¹⁴.

¹³ PED-DF, Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal, Brasília, 2015, p. 4. Elaborada pelo convênio entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, o DIEESE, a CODEPLAN e a SEADE.

¹⁴ Ibidem, p. 5.

Tabela 4: Diferença remuneratória entre Setor Público e Setor Privado

Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação	
Distrito Federal - 2015	
	Em reais de novembro de 2015
Posição na Ocupação	Rendimentos Médio Anual
Total de Ocupados	2.892
Assalariados (1)	3.014
Setor Privado	1.706
Com Carteira Assinada	1.727
Sem Carteira Assinada	1.562
Setor Público	6.844
Autônomos	1.853
Empregadores	7.059
Empregados Domésticos	1.088

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE

Essa discrepância já havia sido estudada por pesquisadores do Ipea (MORICONI et al, 2009). Nesse trabalho, foi utilizada como metodologia a comparação da distribuição salarial entre os setores público e privado em todas as Unidades da Federação. Adotou-se, por padrão comparativo, o estado do Rio Grande do Sul que, segundo os pesquisadores, apresentou a maior eficiência, o que significa a menor diferença entre as remunerações pagas pela Administração Pública e pela iniciativa privada.

Nesse sentido, foram desenvolvidas três categorias: eficiência, compensação e apropriação. A eficiência significava resultados próximos aos encontrados no Rio Grande do Sul, unidade padrão. A compensação, por sua vez, ocorria quando um estado pagava valores abaixo do padrão no setor privado e acima do padrão no setor público. Nesse caso, haveria uma política pública para compensar baixos níveis de remuneração no setor privado. Por fim, a categoria apropriação aconteceria quando um estado oferecesse ganho ao seu setor privado, quando comparado com o padrão, mas apresentasse um prêmio ainda maior para o setor público. Dessa forma, a política pública salarial não seria eficiente, pois não teria o objetivo de corrigir distorções remuneratórias frente ao setor privado.

Após as análises comparativas, apenas duas Unidades da Federação apresentaram o resultado apropriação, foram elas: Roraima e Distrito Federal. Entre os eficientes figuraram São Paulo e Rio de Janeiro. Como estados compensatórios, estavam Minas Gerais e Pernambuco. Todos os estados do Sul foram classificados como eficientes. O mesmo ocorreria com a Região Centro-Oeste se não fosse o Distrito Federal.

Constata-se pelos dados apresentados, tanto pela pesquisa de emprego quanto pelo estudo do Ipea, que o setor público realmente oferece vantagens pecuniárias para quem integra seus quadros. Além disso, cabe ressaltar que a média de salários da população economicamente ativa do Distrito Federal é a maior do país, conforme assinalou a PDAD-2015 contínua (Fonte: IBGE). A Administração Pública é um grande impulsionador dessa situação.

4.5. Breve histórico do concurso público no Brasil

Embora a família real portuguesa tenha fugido das tropas napoleônicas para o Brasil em 1808, essa evasão não significou, de forma alguma, um ato repentino e sem planejamento. É o que enfatiza Frederico Costa (2008) ao relatar que a vinda da corte de Dom João VI para a Terra Brasilis foi um verdadeiro transplante institucional. Estima-se que entre cinco mil e quinze mil pessoas desembarcaram das naus a fim de compor o corpo administrativo que aqui se instalaria.

O Brasil seria elevado de colônia à parte do reino de Portugal no ano de 1815. As instituições instaladas na terra além-mar modelaram aquilo que seria um Estado-Nação. Além da criação do Desembargo do Paço, do Conselho da Fazenda e da Junta de Comércio para abrigar os membros da corte à maneira lusitana:

[...] cuidou também o governo de criar instituições e organismos úteis e necessários, como a Academia de Marinha, a de Artilharia e Fortificações, o Arquivo Militar, a Tipografia Régia, a Fábrica de Pólvora, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas Artes, o Banco do Brasil e os estabelecimentos ferríferos de Ipanema. São muitas as criações e inovações institucionais, jurídicas e administrativas que tiveram largo impacto na vida econômica, social, política e cultural do Brasil, tanto no plano nacional, quanto na esfera regional. São leis, cidades, indústrias, estradas, edificações, impostos, cadeias, festas e costumes que foram introduzidos no pacato cotidiano da antiga colônia. (Costa, 2008: 836)

Obviamente que a administração dos bens e negócios da colônia não nasceu apenas com a chegada da corte portuguesa, mas houve uma centralização e maior racionalização do corpo burocrático brasileiro. A liberdade política e econômica das províncias foi limitada com a forte presença do regime monárquico. Feita essa devida contextualização da emergência de um aparelho administrativo profissionalizado no país, cabe agora

ênfatizar as formas de recrutamento que culminaram nas atuais valorização e prestígio do serviço público.

Ao analisar as Constituições que existiram no Brasil desde a proclamação da Independência no ano de 1822, pode-se perceber como as práticas patrimonialistas tão bem narradas por Raymundo Faoro (2001) se imiscuíram com as tentativas de maior racionalização e especialização das atividades públicas. A burocratização, como concebida na obra weberiana, passou a ser perseguida no governo de Getúlio Vargas e percorreu uma longa estrada até a promulgação da Carta Magna de 1888, para não dizer até os dias atuais.

Alice Sousa (2011) discorre sobre os textos constitucionais e a legislação infraconstitucional com o intuito de apontar a evolução do concurso público até culminar nos critérios de isonomia e impessoalidade tão propalados pelos concurseiros atuais. Estes consideram como via de acesso mais legítima para ingressar na Administração Pública o certame de provas e títulos. A partir desse pressuposto, dependem grande esforço físico e psíquico para obter a tão sonhada aprovação.

A Constituição do Império, outorgada em 1824, estabeleceu em seu art. 179, inciso XIV, que "todo o cidadão pode ser admitido aos Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares, sem outra diferença, que não seja dos seus talentos, e virtudes". O acesso ao serviço público é reduzido pela discricionariedade daquilo que seria considerado talentos e virtudes individuais. Somente indivíduos envolvidos na política do Império poderiam ingressar nesses cargos, os quais conferiam status e privilégios estamentais.

Alguns decretos imperiais publicados após a Constituição de 1824 regulamentavam seleções públicas destinadas à concessão do título de doutor para cursos jurídicos em Olinda e São Paulo. Além disso, havia concurso para as cadeiras de Primeiras Letras dos municípios. "O candidato precisava ser versado em conhecimentos sobre moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana, à época religião oficial do Estado" (SOUSA, 2011: 26).

A próxima constituição seria promulgada somente no Brasil República, no ano de 1891. Em seu art. 73 a Carta Magna prescreve que "os cargos públicos civis ou militares são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as acumulações remuneradas". Não há, portanto, uma previsão constitucional da forma de seleção para os cargos públicos, o que ficou a cargo do

legislador ordinário. Isso demonstra o fortalecimento da autonomia das províncias e a descentralização do poder que caracterizou o período da chamada República Velha.

Com o início da Era Vargas na década de 1930, houve a retomada da centralização política e a tentativa de enquadramento da Administração Pública aos moldes weberianos. A Constituição promulgada em 1934 estabelecia a necessidade de concurso de provas ou títulos para a seleção daqueles que iriam ingressar no cargo público. Contudo, "o texto da Constituição impunha a necessidade de concurso apenas para a primeira investidura, podendo as demais ser realizadas por meio de provimentos derivados, na forma de promoções verticais" (ibidem: 28). Além disso, a avaliação calçada apenas em títulos não garantia a transparência e impessoalidade conferidas pelos certames de provas objetivas.

Bresser-Pereira (2001: 10-11) chama a atenção para a reforma administrativa ocorrida a partir de 1936 e ao que ele chamou de transição do Estado oligárquico patrimonialista para o Estado autoritário burocrático. Naquele ano, é criado o Conselho Federal do Serviço Público Civil que, em 1938, seria transformado no DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). Entre as mudanças trazidas pela reforma burocrática de Vargas, destacam-se o ingresso no serviço público por meio de concurso, a racionalização dos métodos, a administração orçamentária e a introdução de critérios gerais para a classificação dos cargos. A busca de racionalização era justificada por um governo que idealizava impulsionar e fomentar a industrialização do país. Uma economia que pretendia substituir importações necessitava de um aparelho de Estado técnico e eficiente.

A Constituição de 1946 não inovou em relação à outorgada em 1937, que também previa o concurso público por prova ou título. Ocorre que aquela Carta Magna, em detrimento desta última, promoveu o retorno do Estado de direito e das garantias individuais. Foi na vigência desse texto constitucional que se iniciou a segunda era Vargas. Entre 1951 e 1954 foram criadas treze empresas estatais, entre elas, a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

Em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek reforçou o investimento em áreas estratégicas durante o seu plano de metas. Além dos setores energético, de transporte e alimentício, houve a associação do capital estrangeiro e nacional para a produção de bens duráveis, a exemplo da indústria automobilística.

De acordo com Frederico Costa (2008), o período de 1952 a 1962 foi caracterizado por um Estado que investia na industrialização do país e promovia uma série de estudos e projetos para reformar a Administração Pública cujos resultados, ao fim e ao cabo, não foram implementados nas atividades burocráticas. Criaram-se a Cosb (Comissão de Simplificação Burocrática) para promover estudos acerca da descentralização dos serviços do Estado e a Cepa (Comissão de Estudos e Projetos Administrativos) com o fito de assessorar a presidência nos projetos de reforma administrativa.

Esse período se caracteriza por uma crescente cisão entre a administração direta, entregue ao clientelismo e submetida, cada vez mais, aos ditames de normas rígidas e controles, e a administração descentralizada (autarquias, empresas, institutos e grupos especiais ad hoc), dotados de maior autonomia gerencial e que podiam recrutar seus quadros sem concursos, preferencialmente entre os formados em think tanks especializados, remunerando-os em termos compatíveis com o mercado. Constituíram-se assim ilhas de excelência no setor público voltadas para a administração do desenvolvimento, enquanto se deteriorava o núcleo central da administração. (ibidem: 848)

A disparidade entre a Administração Direta e a Descentralizada iria continuar durante os anos do regime militar. Apesar da negligência em relação à Administração Direta, cada vez mais rígida e burocrática, convém salientar que foi na Constituição outorgada em 1967 que se estabeleceu a seleção pública fundamentada em concurso de provas ou de provas e títulos. A previsão do art. 95 da Carta Maior não permitia a avaliação baseada apenas em títulos para a ocupação de cargos públicos.

O Decreto-Lei nº 200 de 1967 instituía uma série de reformas na Administração Pública que "deveria se guiar pelos princípios do planejamento, da coordenação, da descentralização, da delegação de competência e do controle" (ibidem: 851). Além disso, estabeleceu-se a distinção entre Administração Direta (ministérios e outros órgãos subordinados à presidência) e Indireta (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas). Vários departamentos, serviços e divisões foram reagrupados em 16 ministérios. Não obstante os avanços trazidos pela mencionada reforma, Lima Júnior destaca que:

Não se institucionalizou a organização do tipo weberiano; a administração indireta passou a ser utilizada como fonte de recrutamento, prescindindo-se, em geral, do concurso público ou, na melhor das

hipóteses, recrutando através de exames específicos de habilitação. (1998: 14)

A partir da redemocratização do país com a promulgação da Carta Magna de 1988, foi praticamente mitigada a diferença entre Administração Pública Direta e Indireta devido a um retrocesso burocrático que, segundo Bresser-Pereira (2001), ocorreu por causa de um diagnóstico errôneo. Acreditava-se que a flexibilização da Administração trazida pelas reformas de 1967 estaria no bojo da crise vivenciada pelo Estado. Ocorre, no entanto, que o problema maior era a crise fiscal que veio na esteira do nacional-desenvolvimentismo. Havia ainda o ressentimento daqueles membros da Administração Direta que foram preteridos pelos governos militares, os quais privilegiavam os quadros das empresas públicas.

Salienta-se que o ganho trazido pela Constituição cidadã foi a exigência de concurso público de provas ou de provas e títulos para ingressar em cargos ou empregos públicos. A regra prescrita no inciso segundo do art. 37 se aplica tanto à Administração Direta quanto à Administração Indireta, as quais devem ser regidas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Somente com o texto constitucional de 1988 se pôs fim à forma de provimento vertical a qual permitia ao servidor público ascender de cargos com funções de menor complexidade para cargos com atividades mais complexas.

A crise fiscal, a hiperinflação e as reformas neoliberais no início da década de 1990 levaram o governo do presidente Fernando Collor a tomar medidas drásticas de enxugamento da máquina estatal. Bresser-Pereira (2001: 22) destaca que as reformas introduzidas nesse período foram equivocadas, pois, como é típico dos governos neoliberais, confunde-se "reforma do Estado com corte de funcionários, redução dos salários reais, diminuição do tamanho do Estado".

Houve, dessa forma, um desmantelamento do aparelho burocrático que só foi contornado com a reforma gerencial de 1995, impulsionada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Fernando Henrique Cardoso, presidente da República à época, cria o MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado). A reforma, então instituída, levava em consideração o papel regulador, corretor e estimulador do Estado, o que vai de encontro às ideias de um Estado mínimo que pouco intervém na esfera econômica. Dessa forma, foram criadas as agências reguladoras e executivas, bem como as

organizações sociais. Estas são definidas como organizações públicas não-estatais, que prestam serviços sociais e científicos, financiadas pelo orçamento do Estado e supervisionadas por contratos de gestão.

No ano de 1998, foi editada a Emenda Constitucional nº 19 que previa a coexistência de dois regimes jurídicos de contratação nos serviços públicos em geral, quais sejam, o estatutário e o celetista. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em sede de liminar, suspendeu a eficácia da norma no ano de 2007, após julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. A partir de então, a Administração Pública Direta só pode ocupar os seus cargos com servidores estatutários.

4.6. As origens da estabilidade

A Constituição de 1988 previu, no seu art. 39, a instituição de um regime jurídico único, além de planos de carreiras para os servidores da Administração Pública Direta, das autarquias e das fundações. Os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – deveriam, no âmbito de suas competências, regulamentar os regimes de contratação para os seus quadros administrativos.

A partir da previsão estabelecida pela Carta Magna, foi editada a Lei nº 8.112/90 que instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações federais. Em sua quinta seção, o referido dispositivo legal versa sobre a famigerada estabilidade. O art. 21 assegurava que o servidor público se tornaria estável após dois anos de efetivo exercício. Tratava-se da reprodução do prazo que já havia sido previsto no art. 41 da própria Constituição. Entretanto, a redação deste último artigo foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998 e o prazo para a aquisição da estabilidade subiu para efetivos três anos de exercício após o provimento no cargo. Tal regra é válida até os dias atuais.

É bem verdade que o instituto da estabilidade não constitui uma novidade trazida pela Constituição de 1988. A própria Carta Magna de 1934, da era Vargas, trazia a seguinte redação:

Art. 169 - Os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e, em geral, depois de dez anos de efetivo exercício, só poderão ser destituídos em virtude de

sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei, e, no qual lhes será assegurada plena defesa.

Obviamente que tal estabilidade era relativizada pelos atos autoritários do Estado Novo e pela outorga da Constituição de 1937. Não obstante, as constituições seguintes, como a de 1946 e até a outorgada pelo regime militar em 1967, mantiveram a possibilidade do servidor se tornar estável. Em 1946, o prazo para estabilidade era de dois anos para concursados e de cinco anos para não concursados. Já em 1967, não havia possibilidade de servidores públicos não concursados adquirirem o direito. O prazo para os que ingressavam mediante concurso manteve-se em dois anos.

Se a estabilidade no serviço público não foi um elemento criado pela Constituição de 1988, o que se configurou como novidade foi o processo de redemocratização com destaque, principalmente, à estabilidade normativa trazida por uma carta constitucional que, embora emendada posteriormente, permanece ainda em sua essência. A maior segurança jurídica, somada às regras mais claras de acesso ao serviço público e à especialização de bancas examinadoras, além do fortalecimento da Administração Pública Direta e Indireta com as reformas introduzidas a partir de 1995, compõe o quadro atual de valorização dos servidores públicos.

Cabe salientar ainda que no período de 2002 a 2009, que compreende os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um aumento de 22,9 % nos proventos dos servidores públicos estatutários federais. Nesse mesmo intervalo de tempo, o quantitativo desses estatutários cresceu 33,1%. Daré e Hoffman (2009) analisaram que durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, no qual a situação fiscal era mais restritiva que a do seu sucessor, houve redução de 14,7% no número de estatutários, contudo, a mesma situação de arrocho monetário não impediu o acréscimo de 15,2% na renda desses servidores. No governo Lula, a distância entre estatutários e celetistas ficou cada vez maior com a constante valorização daqueles. Portanto, não apenas a garantia de só perder o emprego mediante sentença judicial transitada em julgado ou por meio de processo administrativo disciplinar assegurada ampla defesa que atrai os concurseiros, mas os ganhos salariais evidentemente compensatórios.

5. Os sentidos do trabalho

Com as inovações tecnológicas trazidas no bojo da sociedade informacional, muitos debates ocorreram em torno da categoria trabalho e de como ela tem se transformado. As ferramentas computacionais e o desenvolvimento do maquinário industrial permitiram com que grande parte dos operários não precisasse despende sua energia laboral no chão de fábrica propriamente dito. Novas qualificações passaram a ser demandadas e o setor de serviços passou a sobrepujar o da produção.

Apesar do aumento do consumo, do recrudescimento do trabalho imaterial, da possibilidade de expedientes com jornadas reduzidas e da emergência do *home office*, Manuel Castells (1999: 570) refutou as “profecias apocalípticas” sobre uma possível perda do papel central do trabalho na contemporaneidade. “Trabalhadores não desaparecem no espaço de fluxos e, do ponto de vista prático, há muito trabalho”.

Nessa mesma linha segue Ricardo Antunes que rechaça uma possível derrocada do trabalho como elemento primordial da sociabilidade entre os indivíduos. Para o autor, há uma cofusão em torno da discussão. É necessário, antes de tudo, distinguir a concepção do termo:

Como criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não me parece plausível conceber, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias -, é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. (2009: 211)

Além de não vislumbrar a possibilidade do desaparecimento do trabalho como expressão da subjetividade humana, Ricardo Antunes amplia o conceito de "classe-que-vive-do-trabalho" para incluir todo o indivíduo que vende a força de trabalho em troca de salário. Com isso, ele rompe com a definição restrita de "proletário industrial" que comportava somente aqueles sujeitos envolvidos diretamente no processo de valorização do capital, ou seja, os produtores de mais-valia.

Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletário moderno, part time, o novo proletariado dos McDonald's [...], os

trabalhadores da chamada "economia informal", além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ibidem: 103-104)

O que se evidencia, portanto, é uma heterogeneidade no grupo daqueles que dependem do trabalho para viver. Há um amplo contingente de homens e mulheres terceirizados, temporários, subcontratados, operários industriais, rurais e, por fim, assalariados do setor de serviços.

Se é inegável a imprescindibilidade do trabalho na construção da subjetividade, na edificação das inter-relações pessoais e na formação das organizações sociais, a constatação desse contexto geral não responde à forma como os indivíduos, na aparente normalidade de suas rotinas, atribuem sentido ao trabalho que desempenham. Somente na análise do detalhe que pode aflorar toda a riqueza do social.

Preocupada com a problemática da relação entre trabalho e subjetividade, a psicóloga e pesquisadora Estelle Morin (2001) realizou um estudo com administradores e estudantes na cidade de Quebec e na França. Sua metodologia se fundamentou nos resultados colhidos pelo grupo de pesquisa Meaning of Work International Research Team (MOW, 1987) o qual tinha interesse em saber por que mais de 80% das pessoas continuariam trabalhando ainda que ganhassem na loteria e prescindissem do emprego para viver confortavelmente.

Ao entrevistar os 542 estudantes de Administração, Estelle Morin chegou a cinco razões que os motivavam a trabalhar:

1. Para realizar-se e atualizar seu potencial: trabalhar é interessante e satisfaz em si, permite exercer a criatividade e realizar-se, possibilita concretizar e desenvolver seus talentos.
2. Para adquirir segurança e ser autônomo: trabalhar permite suprir as necessidades de base, dá sentimento de segurança, possibilita ser autônomo e independente.
3. Para relacionar-se com os outros e ter o sentimento de vinculação: trabalhar permite ter contatos interessantes com os outros, possibilita fazer parte de um grupo.
4. Para prestar um serviço e fazer sua contribuição à sociedade: trabalhar dá a oportunidade de prestar um serviço aos outros, permite contribuir à melhoria da qualidade de vida da comunidade.
5. Para ter um sentido: trabalhar mantém ocupado, é um modo de preencher as funções espirituais, dá um sentido à vida. (2001: 14)

Percebe-se, portanto, que o trabalho transcende a mera questão da subsistência. Além de afirmar sua independência a partir da remuneração, o indivíduo é mobilizado por outros fatores, tais como o desenvolvimento das habilidades pessoais, a necessidade de se reconhecer como parte de um grupo, a oportunidade de contribuir com uma ação significativa no mundo e de atribuir sentido à própria existência.

A pesquisadora desenvolve um quadro ainda mais elaborado quando analisa os conteúdos mais frequentes das entrevistas realizadas com os 75 administradores. Além daquilo que promove sentido, foram relacionados os elementos que transformam o trabalho em absurdo. Ainda foram realizadas perguntas no sentido de identificar o que esses trabalhadores procuram no âmbito de suas atividades e do que eles sentiriam falta se estivessem desempregados. Chegou-se à seguinte conclusão:

	Administradores do Quebec (n2 = 36)	Administradores da França (n3 = 39)
Um trabalho tem sentido se...	<ul style="list-style-type: none"> • Permite atualizar seu potencial, aprender e se ultrapassar • É interessante, dá prazer • Beneficia aos outros • Faz sentir-se útil, valorizado • Feito de maneira eficiente, leva a algum lugar • Feito com outras pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • Feito de maneira eficiente, leva a algum lugar • Beneficia aos outros • Permite atualizar seu potencial, aprender e se ultrapassar • É interessante, dá prazer • Permite se expressar, exercer seu poder
Um trabalho não tem sentido se...	<ul style="list-style-type: none"> • Feito de maneira ineficiente, leva a lugar algum • Rotineiro • Inútil, não beneficia ninguém • Não corresponde às suas competências nem aos seus interesses • É desvalorizador • Não serve para prover as necessidades básicas, trabalhar só pelo salário • Feito em um lugar que prega valores que não são compartilhados por você 	<ul style="list-style-type: none"> • Feito de maneira ineficiente, leva a lugar algum • Rotineiro • Inútil, não beneficia ninguém • Não corresponde às suas competências nem aos seus interesses • Feito em um lugar que prega valores que não são compartilhados por você • Feito sem interesse e sem prazer • Não permite se expressar nem exercer seu poder
O que eu procuro...	<ul style="list-style-type: none"> • Um trabalho interessante, com muita autonomia • A possibilidade de me realizar e desenvolver meus talentos, de exercer minha criatividade e me completar • Boas condições de trabalho • Poder dar um sentido à minha vida 	<ul style="list-style-type: none"> • A possibilidade de me realizar e desenvolver meus talentos, de exercer minha criatividade e me completar • Contatos interessantes com outras pessoas e o sentimento de vinculação • Boas condições de trabalho • A possibilidade de me expressar e exercer meu poder
Do que eu sentiria mais falta...	<ul style="list-style-type: none"> • Sentir-me útil, dignidade pessoal • As relações com os outros, o sentimento de fazer parte de um grupo • Ter algo para fazer • Fazer algo de produtivo • O salário 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter algo para fazer • Fazer algo de produtivo • Sentir-me útil, dignidade pessoal • As relações com os outros, o sentimento de fazer parte de um grupo • O salário

Fonte: Os sentidos do trabalho - Estelle Morin, 2001, p. 15

A pesquisa de campo elaborada por Morin indica a emergência dos sentidos do trabalho enquanto atividade em si, o que demonstra que não se trata apenas de um meio para atingir outros objetivos. A remuneração aparece mais como elemento instrumental, extrínseco ao sentido do trabalho. Na classificação de Ketchum e Trist (1992), endossada por Morin, o salário, embora fundamental para mobilizar o comprometimento no trabalho, é compreendido como condição de emprego e não faz parte do rol de aspectos intrínsecos das atividades laborais, quais sejam, promover desafios e variedades de resolução dos problemas, estimular a aprendizagem contínua, invocar a capacidade de decisão, promover o reconhecimento dos pares, permitir que se contribua com a sociedade e, por fim, projetar um futuro desejável por meio do aperfeiçoamento.

Como crítica a tais conclusões, Patrícia Goulart (2006a) ressalta que a metodologia de pesquisa do MOW, na qual Morin se baseia para a elaboração dos questionários, foi originada a partir de amostras colhidas na década de 1980, quando o modelo fordista ainda era proeminente. Além disso, é preciso se ater à realidade local. Sendo assim, haveria idiosincrasias no caso brasileiro que poderiam escapar a esse tipo de análise. A partir de então, a autora faz referência à pesquisa que realizou no estado do Rio Grande do Sul, onde percebeu que o fator instrumental do trabalho era bastante evidente. Muitas pessoas trabalham basicamente por dinheiro e, se as condições laborais assim o permitirem, passam a pensar em realização pessoal e profissional (2006b). Esse cenário é impulsionado pela precarização do trabalho nos dias atuais. Enquanto o quesito remuneração era concebido como mera forma instrumental frente a outros sentidos, na análise brasileira ele se desloca e ganha força teleológica, conforme indica a autora:

No pós-fordismo, comumente o trabalho se restringe a uma natureza instrumental direcionada a fins econômicos, para os cidadãos com poucos níveis de proteção social e ameaçados pela perda das condições mínimas de segurança e proteção. Os dados obtidos indicam ainda que o trabalho assalariado continua sendo valorado e considerado a principal via para inclusão, coesão social e integração.[...] Os preceitos neoliberais que embalam o atual mundo do trabalho preconizam uma maior autonomia (individual), em detrimento de menores recursos (e direitos) de proteção social (coletivos), e tendem a precarizar as relações e as condições de trabalho. Essa realidade reforça o comportamento individualista do homem sujeito no pós-fordismo, o qual busca no consumo uma forma de obter satisfação pessoal. (GOULART, 2006a: 53)

Diante de um futuro incerto, não é de se estranhar que o salário se torne um fim em si mesmo. Os outros sentidos são mais facilmente mobilizados por aqueles indivíduos que

têm uma condição estável de trabalho, segundo a autora. Entretanto, quando se vive em um contexto de terceirização, informalidade, subemprego e contratos temporários, o grupo de trabalhadores que possuem contrato de emprego regular e formal é minoria.

Em consonância com essa constatação, o que se investiga na presente pesquisa é a possibilidade do trabalho instrumental ser uma realidade para aqueles que ingressaram na Administração Pública, pela porta do concurso, levando em conta apenas a estabilidade e o salário. Frisa-se esse ponto porque, embora não sejam trabalhadores precários, a atividade desses servidores pode originar satisfação e engajamento, mas também pode engendrar uma clivagem subjetiva a partir de um trabalho sem sentido. Ao elaborar projetos existenciais que não levam em conta a natureza da atividade laboral como fonte de realização, o candidato à carreira pública está sujeito a se confrontar com aquilo que desde o início motivou suas escolhas: a compreensão da força de trabalho como mera mercadoria. Nos termos da teoria marxista, trata-se da ideia de trabalho estranhado em sua forma mais genuína.

Além do problema trazido pela afinidade com as atividades laborais, há também que se pensar no espaço organizacional em que tais tarefas são exercidas. O candidato que está disposto a assumir qualquer cargo público em troca de remuneração se depara, portanto, com um fenômeno de dupla contingência. Isso porque, além do papel que irá desempenhar no órgão que o efetivou, aquele indivíduo ingressará também em uma instituição ávida por capturar sua subjetividade. A organização se agiganta frente ao indivíduo, expondo a fragilidade deste último. “Aquele que não realiza a fusão completa entre o seu Ego e o ideal oferecido pela organização não gozará de nenhuma satisfação narcisista” (PAGÉS et al, 1987: 160).

Quando o candidato logra êxito e é aprovado no certame, ele dará vida à carreira pública que até então era uma mera soma de atributos desejados. A instituição na qual irá exercer suas atividades profissionais se apresentará como “uma imensa máquina de dar prazer ao indivíduo e adquire dessa maneira um imenso poder sobre ele” (ibidem: 164). Sendo assim, a ideia pré-concebida de que a estabilidade empregatícia e a remuneração são motes de realização pessoal em uma sociedade voltada para a cidadania de consumo pode ter a força de uma verdadeira tragédia edipiana. O trabalho não é instrumento subsidiário ao indivíduo, mas elemento essencial na realização da subjetividade. É por meio dele que

os sujeitos constroem identidades, estruturam suas rotinas, realizam o desejo de reconhecimento.

Há, portanto, uma perfeita simbiose entre individualidade e trabalho, o que promove a falseabilidade do ideal de que a subjetividade pode se realizar plenamente no acesso ao mercado de consumo. Essa crença se torna perniciosa à medida que permite o surgimento de uma clivagem na subjetividade, visto que o trabalho é concebido somente em sua função instrumental.

Sem pretender qualquer correlação sem o devido escrutínio científico, sugere-se que essa variável sociológica deva ser considerada em estudos acerca de depressão no serviço público. Existe no Distrito Federal a Gerência de Saúde Mental e Preventiva destinada a atender os servidores que trabalham para a Administração local. No biênio 2009-2010, foram realizados 3.387 atendimentos. Dentro desse universo, 38,97% dos casos foram diagnosticados como depressão¹⁵ (RODRIGUES; FERREIRA, 2011). Portanto, a rotina de trabalho e tudo que ela implica está diretamente relacionada com a saúde mental dos indivíduos.

Percebe-se, por ora, que a subjetividade vai muito além do mero cálculo racional. Condicionar o exercício das atividades laborais à remuneração no final do mês pode transformar a recompensa em algo irrisório diante do sacrifício diário que é imposto ao indivíduo insatisfeito com o trabalho.

5.1. Contribuições da psicodinâmica do trabalho

A partir da década de 1950, emergem pesquisas e teorias orientadas a determinadas condições de trabalho que desencadeariam em quadros de doença mental nos indivíduos. Dessa forma, as análises tratavam os trabalhadores como meros atores passivos que, em dado contexto laboral, sucumbiam às condições extenuantes a eles impostas.

Nesse período, Paul Sivadon cunhou o termo "psicopatologia do trabalho" e se atentou para a relação entre doença mental e formas de organização do trabalho (LIMA, 1998). Outro expoente que também integrava a chamada psiquiatria social francesa era Louis Le Guillant cujas análises sugeriam a doença mental como resultante pluridimensional da história de vida dos indivíduos. Sendo assim, além da dimensão

¹⁵ Disponível em <<http://goo.gl/d1HLlh>> acesso em: ago. 2015.

psíquica, Le Guillant voltava-se para o processo sócio-histórico da construção da realidade e confrontava o sujeito às contradições e pressões que se lhe impunham. Nessa vertente psicossociológica, o trabalho emergia como elemento privilegiado de análise, devido à sua centralidade na vida dos indivíduos. São inegáveis a forte influência da teoria marxista e a consequente tentativa de correlacionar alienação mental com alienação social.

A partir de 1968, as doenças psíquicas perdem premência para o enigma da normalidade introduzido pela teoria de Christophe Dejours. A escola inaugurada por ele, a "psicodinâmica do trabalho", reconhece os indivíduos como atores capazes de reagir às prescrições das organizações e de se posicionar ativa e conscientemente frente aos constrangimentos oriundos das situações de trabalho. Nesse sentido, o que se apresenta como objeto de estudo não são os quadros diagnosticados de doença mental, mas sim a presença de pessoas saudáveis dentro de um ambiente laboral cujas pressões e exigências impõem, constantemente, situações de sofrimento aos trabalhadores.

Nesse sentido, Dejours irá buscar na teoria psicanalítica ferramentas conceituais que permitam compreender por que os indivíduos não desenvolvem patologias mentais mesmo diante de fatores que lhes provocam sofrimento. Cabe salientar, portanto, a importância da mobilização da subjetividade na escola dejouriana. O trabalho não é visto somente sob a perspectiva da normatividade e do fisiologismo das organizações. Se, por um lado, existem as regras, rotinas padronizadas, normas procedimentais, hierarquias e códigos de conduta, há, por outro lado, o universo contingente das inter-relações pessoais, o surgimento de demandas não previstas quando da execução do trabalho e as formas criativas de solução que elas exigem, até mesmo a criação de produtos heterogêneos diante da prescrição homogeneizada de resultados. Em resumo, Dejours chama a atenção para a diferença significativa entre trabalho prescrito e trabalho real. O hiato entre a norma e a execução. Esta é sempre mais complexa que aquela, pois transcende as determinações, como tudo aquilo que é contingente.

Ao desenvolver o trabalho propriamente dito, o indivíduo pode se deparar com situações desencadeadoras de sofrimento psíquico. Eis que, perante dada realidade, é possível ao sujeito encontrar soluções criativas e transformar os desafios do trabalho em situações de prazer. Ao mobilizar a inteligência e a afetividade, os indivíduos envolvem toda a sua subjetividade em um movimento de identificação com o trabalho que só é possível mediante o reconhecimento do outro.

Dejours evoca a pirâmide de François Sigaut a fim de fazer alusão à dinâmica de construção da identidade dos sujeitos. Para que não haja um processo de alienação, é preciso que o Ego, o Real e o Outro estejam integrados. A realidade é, antes de tudo, uma criação coletiva. Se o trabalho é o instrumento mediador entre o indivíduo e a realidade, é por meio desse trabalho que o indivíduo pode ser reconhecido pelos demais. O sujeito é concebido, portanto, a partir do seu saber-fazer. Nesse sentido, torna-se essencial os julgamentos de utilidade e de beleza provenientes dos outros sujeitos. O primeiro engloba o juízo advindo dos superiores hierárquicos, subordinados ou clientes. O segundo diz respeito ao reconhecimento dos próprios pares cujas atribuições são semelhantes.

A partir do reconhecimento é que se viabiliza a cooperação entre os indivíduos para superar tanto os desafios impostos pelo trabalho quanto as situações que lhes provocam sofrimento. Quando há um canal aberto de comunicação e uma escuta real, há o fortalecimento da intersubjetividade. Com isso, surgem relações de confiança que permitem ressignificar ou transformar o quadro organizacional que desembocou no sofrimento psíquico. Entretanto, quando existem entraves à mobilização da subjetividade e as prescrições se impõem sobremaneira às ações dos indivíduos, pode ocorrer o sofrimento patológico.

Nesse caso, existem dois caminhos possíveis. Ou o sujeito pode mobilizar estratégias de defesa, sejam psíquicas ou coletivas, para modificar, minimizar ou transformar a percepção da realidade que causa o sofrimento, ou pode incorrer em um quadro de doença mental. Portanto, na normalidade das rotinas laborais subjazem elementos que podem ocultar a frustração com as atividades desempenhadas.

A complexa trama dos indivíduos em relação com os demais e também com a organização promove impactos no aparelho psíquico de cada trabalhador:

Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos - isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada. (DEJOURS, 1992: 133)

Cabe frisar no momento que cada indivíduo possui uma história de vida, uma trajetória social antes de integrar qualquer instituição. Daí decorre uma série de expectativas e projetos que podem ser correspondidos, ajustados, suspensos ou desconsiderados diante da nova realidade daquele que passa a fazer parte de um corpo organizacional.

6. A ubiquidade do consumo

A transição para as sociedades capitalistas modernas foi caracterizada pela diferenciação das esferas da vida, bem como pela racionalidade teleológica presente em cada uma delas. As instituições tradicionais, como família e Igreja, perderam a preponderância enquanto ordenadores da vida dos indivíduos. A persecução sistemática de objetivos práticos e calculáveis foi a tônica do desencantamento do mundo. O Estado emergiu como o ordenamento jurídico capaz de assegurar a sistematicidade do cálculo enquanto lógica generalizada da adequação entre meios e fins. Para Jurgen Habermas, houve um processo tão acentuado de diferenciação que a administração e a economia se tornaram dois subsistemas autônomos e autorreferentes, portanto, desatrelados dos fundamentos prático-morais do mundo da vida (2012: 278).

A racionalização da vida foi alvo de crítica e resignação. Era vista por muitos pensadores como a herança maldita do Iluminismo. Para Weber, por exemplo, a modernidade trouxe consigo não só o rompimento dos laços tradicionais e do misticismo, mas a jaula de aço da racionalidade instrumental, onde a dominação assume um caráter de impessoalidade e distanciamento das práticas sociais. A burocracia profissionalizou o aparato administrativo do Estado, cindiu os recursos e os gestores, especializou as atividades responsáveis pela eficácia e execução das normas socialmente instituídas. O cargo público deixou de ser instrumento direto de dominação e se submeteu às regras do trabalho assalariado. Somente em uma época caracterizada pela racionalização constante da agência humana é que se tornou possível a legitimidade do poder sobre bases impessoais.

É verdade que a racionalidade instrumental colonizou todas as esferas da atividade humana. Bem como é visível a constante preocupação da produção sociológica com esse tema. Entretanto, é preciso salientar que a própria teoria social se curvou diante dessa

racionalização. A parte, muitas vezes, foi tomada pelo todo. Isso porque as relações afetivas, que também caracterizam e fundamentam a conduta humana, ficaram subsumidas em um contexto de práticas teleológicas e objetivantes. Até mesmo determinadas correntes que procuraram abordar os sentimentos acabaram por reduzi-los a instrumentos de dominação empregados por uma lógica racional. Foi o que constatou Selene Herculano (2012) ao fazer uma revisão da literatura sociológica e perceber que só a partir das décadas de 1970/1980 que os afetos e sentimentos passaram a ser abordados não como formas de controle social ou de insurgência a este controle, mas sim como aspecto não-racional igualmente digno de interesse de investigação na pesquisa social. Um dos expoentes dessa virada hermenêutica foi Randall Collins que aprofundou um projeto não-racionalista apenas esboçado por Vilfredo Pareto:

Collins argumentou que a racionalidade social tem bases não-racionais, pois o próprio raciocínio humano tem bases não-racionais. Para ele, o que mantém a sociedade não seriam acordos e entendimentos racionais e sim processos emocionais profundos, que produzem laços sociais de confiança e de solidariedade entre as pessoas (ou, acrescentaríamos, de desconfiança e de hostilidade). A racionalidade seria construída a posteriori, no relato, não estaria na estrutura do acontecimento social, onde estão, na verdade, os afetos. O social, isto é, a sociedade, não teria muito sentido lógico, não seria resultado nem arena e sim um processo contínuo de miríades de seres humanos muito concretos em sua não-racionalidade. (HERCULANO, 2012: 12-13)

Randall Collins (2004: 11) argumenta que a racionalidade é apenas a superfície da consciência humana. Toda a força propulsora das emoções humanas pode ser identificada em uma teoria fundamentada nos rituais de interação (*Interaction Ritual Chains*), pois destes que emergem as estruturas sociais. Ao adotar uma tradição microssociológica herdada de Erving Goffman, as situações face a face são concebidas como responsáveis por criar a energia que aparece nos corpos humanos e nas emoções, assim como na intensidade e no foco da consciência humana (Ibidem: 06). A ênfase no contexto interativo torna necessário compreender a individualidade como um valor introduzido pela cultura moderna e não dentro de uma perspectiva universalmente moral de que “cada indivíduo é único”. Conforme visto anteriormente, o próprio Émile Durkheim (1975) chamou a atenção para a cultura do indivíduo como uma contingência trazida pela modernidade. Collins segue essa mesma linha e conclui que as situações fazem os indivíduos. Acrescenta ainda que estes não estão apenas circunscritos à unidade biológica do corpo humano.

Partir dessa concepção que enfatiza as emoções como constituidoras da realidade social não significa afirmar a necessidade de uma imersão psicológica calcada na ideia de *self*. Isso porque o enfoque está no resultado das interações sociais cuja força se faz presente até nos momentos de reflexão solitária dos indivíduos. A relevância na construção social de sentidos solapa qualquer inferência solipsista na sociologia. Sendo assim, não importa tanto a emoção em si, mas o processo interativo em que ela emerge. Perceber a significância dos afetos é reconhecer que a realidade possui seus alicerces em bases não-rationais.

Salienta-se ainda a tradição fenomenológica de Edmund Husserl (2006) que identifica intuições originárias nos processos de imaginação da consciência, o que retira o sobrepeso das manifestações empíricas nas vivências dos sujeitos. Sendo assim, as emoções podem ser despertadas com igual intensidade tanto na atualidade das relações sociais, quanto no processo que simula atos de experiência. A consciência transcende os dados sensíveis e até pode/deve deles prescindir, conforme a *epoché* husserliana. Depreende-se dessa filosofia que a intencionalidade caracteriza a consciência como movimento e não como unidade psíquica hermética. Essa proposta esvazia a ideia de subjetividade como algo atomizado, fechado e autorreferido.

As vivências se constroem na ambivalência entre autonomia e heteronomia. Se o sujeito não é mero resultado das determinações sociais, também não é livre o bastante para romper com as escolhas possibilitadas pela história de seu tempo e pela trama familiar (GAULEJAC, 2014). Se há contingência em toda história singular, pois esta sempre pode ser reescrita, há também algo de objetivo e necessário que não se pode contornar.

Ocorre um debate corrente na Sociologia que procura situar os fenômenos sociais contemporâneos ou em uma perspectiva moderna ou em uma ideia de pós-modernidade. Sendo assim, alguns defendem que atualmente se vive apenas uma radicalização das transformações advindas da própria modernidade. Outros, no entanto, advogam que houve rupturas significativas que caracterizariam uma pós-modernidade, entre elas, o fim das narrativas pretensamente universais. Independente dos que arregimentarão mais séquitos nessa vociferada distinção, cabe ressaltar que há muito o que explorar em relação ao aspecto não-rationais das interações sociais, algo que ficou relegado durante muito tempo às discussões acadêmicas da coirmã Psicologia. O próprio Max Weber (2001; 1999) já havia apontado a relevância do elemento irracional da ideia de vocação na constituição do

capitalismo moderno, assim como já havia considerado em sua tipologia da ação social aquele tipo de conduta que era orientada emocionalmente. Embora a ação emocional não fosse classificada como a que deixava maiores evidências racionais para a pesquisa sociológica, não significa o mesmo dizer que ela deveria ser preterida ou negligenciada pelo escrutínio do investigador social.

Essa pouca atenção dada aos elementos irracionais que constituem a realidade fez com que a teoria social adotasse uma postura moralizante diante de certas vivências afetivas. Foi o que identificaram Barbosa e Campbell (2006) em seus estudos acerca do consumo na sociedade moderna como meio de realização dos desejos. Os autores apontam que, de forma silenciosa e generalizada, a ideia de trabalho foi contraposta à de consumo como elementos diametralmente opostos. As práticas laborativas eram ovacionadas enquanto as consumistas assumiam um caráter de leviandade. Essa perspectiva moralizante foi a tônica do século XIX, período em que “o luxo e a vontade de consumir eram as preocupações dos moralistas e políticos. Existia uma profunda divisão entre o desejo de consumir e a culpa causada por esse desejo” (Ibidem: 35). Ressalta-se que a França deste período já assumia padrões equivalentes aos das atuais sociedades. Essa condenação do consumo fez com que surgisse um *bias* produtivista na sociologia. Autores como Adam Smith, Karl Marx e Hannah Arendt advertiam o aspecto desestruturante trazido pelas relações de consumo.

Durkheim, por sua vez, identificava o consumo com uma ameaçadora anomia social, dada sua dimensão individualista. Esta só podia ser neutralizada pelo potencial agregador da divisão social do trabalho, encontrado na produção. Mesmo aqueles raros autores simpáticos ao novo mundo que se formava, como Charles Gide, Gabriel Tarde, Walter Benjamim, que viam na atividade de consumo novas possibilidades criativas, temiam de alguma forma o potencial desagregador do individualismo com o qual o consumo estava intimamente associado. (Ibidem: 35-36)

Esse diagnóstico pessimista acerca do papel desagregador do consumo persiste nas análises atuais. Uma sociedade consumista, em que bens e serviços são amplamente transacionados, produz uma hiperbolização do prazer individualista. Segundo Livia Barbosa, Zygmunt Bauman seria um dos pensadores que combinou a crítica moral do consumo com a teoria sociológica. Em suas obras, seriam evidenciadas a perspectiva utópica de épocas anteriores e a condenação do prazer individualista. Entretanto, Barbosa

argumenta que Bauman soube relacionar o consumismo moderno com o lugar ocupado pelo desejo e pela emoção na subjetividade. Sendo assim, o consumo representaria mais uma forma de gratificação do que a satisfação das necessidades propriamente ditas.

Dito isso, duas características principais do consumismo moderno se destacam sem muita discordância teórica. A primeira é o lugar central ocupado pela emoção e pelo desejo; a segunda é a natureza individualista, voltada para o uso próprio. Nessa linha, Colin Campbell (2006: 48-49) argumenta que o consumo procura saciar aquilo que é identificado subjetivamente pelo indivíduo e não o que é objetivamente estabelecido pela comunidade. Zygmunt Bauman (2009: 105), por seu turno, enfatiza que a sociedade de consumo preconiza a satisfação dos desejos como nenhuma no passado o fez.

Apesar dessa confluência, Colin Campbell vai de encontro à visão negativa do sociólogo polonês quanto aos padrões atuais do consumismo:

O consumo na sociedade contemporânea oferece o significado e a identidade que todos nós buscamos, e é justamente através dessa atividade que descobrimos quem somos e conseguimos combater o nosso sentimento de insegurança ontológica. (BARBOSA, 2004: 56)

Não obstante, faz uma leitura similar a de Zygmunt Bauman e de Gilles Lipovetsky no que tange ao caráter insaciável do consumidor moderno. Campbell acrescenta ainda que, por volta do século XVII, houve uma passagem do hedonismo tradicional para o hedonismo moderno. Enquanto aquele dizia respeito ao prazer ligado às sensações e, portanto, à satisfação derivada de estímulos exteriores, este se volta para as sensações e emoções, ou seja, os estímulos podem ser produzidos pela imaginação e prescindem de lastros extrínsecos aos indivíduos. Essa característica é crucial, uma vez que não há limites para a atividade imagética e permite com que o hedonista controle o processo dentro de si. Surge uma espécie de artista da imaginação.

A partir dessas concepções teóricas, pode-se intentar uma leitura do contexto vivenciado em Brasília. Desse modo, o asceticismo na busca de uma vaga dentro da burocracia estatal se coloca como uma política de recompensas. A renda e a estabilidade constituem duas faces da mesma moeda: garantia de consumo. O indivíduo contemporâneo procura avidamente usufruir dos inúmeros bens e serviços ofertados a todo instante. Não se trata apenas do ato da compra, mas da realização de anseios por esse meio. Diversas possibilidades de vivências assumem formas de mercadoria. O filósofo Gilles Lipovetsky (2007: 15) reforça

a interpretação de que o consumo se consagrou em uma espécie de hedonismo. A economia transcende a oferta de produtos e passa a transacionar experiências. Os indivíduos se tornam verdadeiros hiperconsumidores: não demandam apenas bem-estar material, mas conforto psíquico.

As pessoas almejam à aquisição de automóveis, eletrodomésticos, dispositivos de mídia, casa própria e outros bens materiais. Mas não é só isso. Destaca-se também o crescimento constante das indústrias de lazer que promovem a dimensão afetiva do consumo. “É nesse contexto que o hiperconsumidor busca menos a posse das coisas por si mesmas que a multiplicação das experiências, o prazer da experiência pela experiência, a embriaguez das sensações e das emoções novas” (Ibidem: 63). Na esteira dessa tendência, crescem o número de parques temáticos e as vendas de pacotes turísticos.

Apesar do caráter controverso da sociedade de consumo, conforme observado nas interpretações acima, não faltam argumentos a respeito do seu aspecto pernicioso no que se refere à reciprocidade das inter-relações pessoais. O principal deles se concentra nas condições desiguais de acesso ao mercado de bens e serviços. Soma-se a isso a precarização dos trabalhadores, as implicações sobre o sentido do trabalho e a cultura do endividamento.

Zygmunt Bauman (2010) discorre sobre o valor social conferido ao uso do cartão de crédito e sobre os efeitos do endividamento constante dos indivíduos frente às instituições bancárias. Para ele, preocupa o fato de o consumo precisar se realizar antes das condições que o possibilitam. O pagamento pode ser adiado, contudo a satisfação precisa ser agora. A necessidade do constante desfrute no mercado de bens requer uma suspensão das preocupações com o futuro. Ocorre que a dívida postergada se transforma na tragédia do consumidor quando, mais à frente, será ela a inibidora de qualquer possibilidade de aquisição. O mercado de crédito, dessa forma, cria um efeito cascata de novas dívidas contraídas para pagar débitos pretéritos.

Em consonância com o diagnóstico de Bauman, o filósofo Maurizio Lazzarato (2011) destaca a emergência da cultura do "homem endividado". A relação credor-devedor mitiga as fronteiras entre o social, o político e o econômico. A lógica do endividamento, baseada na ambivalência entre a disponibilidade de crédito e a aversão ao risco da inadimplência, conduz as diretrizes políticas internacionais e o Estado-Nação se torna um espaço cada vez menos privilegiado de negociação. A cultura da dívida ignora fronteiras e

nacionalidades, além de não distinguir empregados de desempregados, trabalhadores precarizados dos não-precarizados.

Uma sociedade calcada na cultura do crédito foi viabilizada pela financeirização da economia descrita por pensadores como François Chesnais e David Harvey (1996; 2011). A partir da década de 1970, houve uma reestruturação na forma de acumulação capitalista. Em 1971, Richard Nixon rompeu unilateralmente com o padrão dólar-ouro instituído pelos acordos de Bretton Woods. Desde então, conforme Ilan Lapyda (2011), a moeda passou a ser um ativo financeiro em si mesma. Se antes ela era transacionada para investimento em exportações e importações, tornou-se agora alvo de especulação financeira em um regime de câmbio flutuante. As barreiras para o livre trânsito do capital foram solapadas. A sua fluidez fez com que os Estados perdessem autonomia diante das dinâmicas globais, principalmente com o financiamento das dívidas públicas.

As reformas neoliberais decorrentes da crise da década de 1970 tiveram seu êxito atrelado à reestruturação produtiva do capital. O regime fordista-taylorista de produção, que teria caracterizado os 30 anos anteriores, cedeu espaço para o toyotismo. A perda de direitos trabalhistas e a flexibilização dos contratos de trabalho deram margem ao aumento da mais-valia absoluta. O capital outrora invertido na produção permitia aumentar a mais-valia relativa, pois proporcionava o incremento tecnológico e o consequente ganho de produtividade. No entanto, com a financeirização da economia, a valorização das ações das empresas se sobrepõe ao investimento direto no aparato produtivo. A lógica do capital de curto prazo foi introduzida pelas novas formas de governança corporativa que privilegiam os acionistas. Nesse contexto, o toyotismo permitia uma produção cada vez mais enxuta. Daí decorre a flexibilização dos contratos de trabalho, caracterizada pela terceirização da força laboral e pela contratação temporária, devido à horizontalização produtiva e à constante especialização das empresas. Além disso, ajusta-se perfeitamente a este cenário o princípio do just-in-time que não permite o estoque de mercadorias, promovendo a adequação entre a oferta de bens à correspondente demanda.

David Harvey (2011: 15) salienta que a crise da dívida vivenciada pelo México em 1982 fortaleceu o paradigma de que os Estados devem fazer de tudo para salvar as instituições financeiras. O autor preconiza que as tais reformas neoliberais consistiram, na verdade, em um projeto mascarado da classe capitalista. O discurso acerca do livre-comércio e do livre-mercado trazia em seu bojo a ideia de "privatizar os lucros e socializar

os riscos". Enquanto os bancos mexicanos eram resgatados, o padrão de vida da população caía drasticamente.

O comprometimento do Estado com as instituições financeiras é a premissa que fundamenta o sistema de crédito. A legitimidade desse acordo subjaz, antes de tudo, em uma sociedade caracterizada pela ubiquidade das práticas de consumo. Os sacrifícios populacionais em prol da estabilidade financeira, para fazer sentido ao cidadão comum, devem prover a garantia ontológica do indivíduo-consumidor. Sendo assim, salvaguardar o sistema financeiro é também proteger o consumo. A constante oferta de crédito é bem-vista a partir do momento em que o endividamento não faz distinção entre empregados e desempregados.

7. A cultura do assalariado

A cultura do endividamento é típica da forma de retribuição do trabalho que se alastrou a partir dos anos 1930: o assalariamento. Robert Castel (2015) destaca que o trabalhador na sociedade industrial vivenciou três condições. A primeira foi a de proletário, indivíduo quase excluído do corpo social e submetido a um contexto de vulnerabilidade. A segunda é a de operário, na qual o trabalhador passa a ter acesso a certos direitos sociais e, além da retribuição pelas tarefas laborais, passa a ter certas garantias contra doença e acidentes. Também goza de aposentadoria e amplia a participação na sociedade por meio do consumo, habitação, lazer e ensino. Nessas duas condições precedentes, havia uma forte clivagem entre capital e trabalho.

Segundo Castel, a luta de classes foi ultrapassada pela generalização da terceira e última condição: a de assalariado. A partir da década de 1930, as profissões liberais passam a mitigar a clara distinção que havia entre patrimônio e trabalho remunerado. Engenheiros, por exemplo, formam o primeiro grupo respeitável na França a reivindicar a condição de assalariados, inclusive com a criação de sindicato no ano de 1936. A respeitabilidade não é assegurada somente pela propriedade ou pelo capital, mas por valores de classe média, tais como a herança, o espírito de iniciativa, a poupança e uma vida sóbria com modesta abastança. Os assalariados passam a emergir de famílias detentoras de patrimônio.

O assalariamento forma o eixo homogêneo que distingue os indivíduos segundo gradações. Desse modo, os antagonismos se revelam menos pela luta de classes do que

pela luta por posições. "A condição de assalariado não é só um modo de retribuição do salário, mas a condição a partir da qual os indivíduos estão distribuídos no espaço social" (CASTEL, 2015: 478). Constitui-se, assim, no modo privilegiado de identidade social que separa e, ao mesmo tempo, reúne os indivíduos.

A proporção de assalariados franceses era menos da metade da população ativa no início da década de 1930. Já no ano de 1985, correspondia a 83%. Destaca-se o crescimento do setor terciário. A sociedade diversifica seus quadros profissionais e transcende a preponderância do trabalho braçal. Cresce o número de servidores públicos, professores, advogados, engenheiros, especialistas em comunicação e todo um contingente de profissões intermediárias. Convém destacar a transmissão do capital cultural nessa nova conjuntura.

Ora, sabe-se que o capital escolar é frequentemente ligado à herança cultural familiar, ela própria fortemente dependente do capital econômico. De outro lado, a condição de assalariado pode, de agora em diante, estar na origem da constituição de um patrimônio, especialmente por intermédio do crédito e do acesso à propriedade. As relações entre patrimônio e trabalho tornam-se, assim, muito mais complexas do que eram no início da industrialização. Esquematizando, a posse de um patrimônio, naquele momento, dispensava de se consagrar a atividades assalariadas, ao passo que a aquisição de um patrimônio, pelos trabalhadores, mesmo sendo modesto, estimulava-os a escaparem da condição de assalariado e de se estabelecerem por conta própria. Agora, a condição de assalariado e o patrimônio interferem nos dois sentidos: o patrimônio facilita o acesso a posições salariais elevadas por intermédio dos diplomas, enquanto que o estabelecimento em posições salariais sólidas pode comandar o acesso ao patrimônio. (ibidem: 469)

Não obstante, a flexibilização dos contratos de trabalho e a reestruturação da forma de acumulação capitalista iniciada na década de 1970 colocam em xeque a condição de assalariado. O início do século XX foi marcado pelo recrudescimento do consumo de massa, alicerçado na ideia fordista de "five dollars day" que recompensava a disciplina laboral do operário por meio do acesso ao mercado de bens e serviços. Além disso, houve uma série de conquistas de direitos trabalhistas. O operário era regido por estatutos e se situava como membro de um coletivo, o que transcendia a característica eminentemente individual dos contratos de trabalho.

Os contratos laborais de tempo indeterminado se constituem em exceção nos tempos de precarização. Há trabalho de tempo parcial, contratos temporários, terceirização

de mão de obra e "pejotização". Um estado de total insegurança que caracteriza o sociometabolismo da barbárie, conforme Giovanni Alves (2008) salientou. Não há uma política de integração nacional capaz de socializar os riscos do desemprego, assegurar o acesso amplo à educação e aos serviços públicos, ao mesmo tempo em que procura mitigar a desigualdade social. Robert Castel destaca que a era atual é a do individualismo negativo, na qual não existem referências para se calçar a subjetividade, devido à perda das regulações de ordem coletiva. A individualidade se torna um fardo diante da ausência de proteção social.

PARTE III - AS ENTREVISTAS

8. A seleção dos entrevistados e impressões gerais

Como mencionado nos aspectos metodológicos da pesquisa, lançou-se mão do artifício da comunicação não violenta, conforme concebida por Pierre Bourdieu (2007). Tal medida se viabilizou a partir de contatos com pessoas conhecidas do pesquisador. Por compor o quadro de servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, foi possível contar com quatro agentes de polícia que se dispuseram a fazer as entrevistas. Outras seis pessoas foram selecionadas em um órgão do Poder Judiciário a partir de conhecidos e dos contatos destes. Para que ficassem mais à vontade, foi omitido o nome da instituição. Em todos os casos foram utilizados nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos voluntários.

Os policiais civis tinham dez anos de profissão. Ingressaram no cargo no ano de 2006. André foi a exceção. Entrou em 2010 e era o mais novo dos entrevistados, com 30 anos de idade. Todos eles estavam lotados em atividades de investigação. Três homens e uma mulher. Cada um tinha uma formação específica: Agronomia, Relações Internacionais, Direito e Odontologia. Dois optaram por cursar Direito após o ingresso no cargo. A média remuneratória era de R\$ 8 mil líquidos. Três deles aguardam progressão para a última classe da carreira policial ainda este ano.

Quanto aos integrantes do órgão do Poder Judiciário, a ideia inicial era entrevistar analistas administrativos. Isso porque se tratava de um cargo que exigia nível superior, mas sem delimitar área de formação. Entretanto, devido à dificuldade dos contatos, vislumbrou-se uma alternativa. Os integrantes da carreira de técnico administrativo, apesar de realizarem provas de nível médio, possuem, em regra, formação superior. Como o interesse era perscrutar o desencontro entre trajetória acadêmica e atividades desempenhadas no setor público, esses servidores se constituíram em público ainda mais interessante. Além disso, auferiam no mínimo R\$ 6 mil, o que atendia aos critérios remuneratórios da pesquisa.

Dos seis técnicos administrativos entrevistados, havia formações em Letras, Psicologia, Administração e Biologia. Aqui também houve espaço para exceções. Destacase o caso de Cláudia, a mais nova entre os entrevistados, 24 anos de idade. Considerada por colegas como "garota prodígio", ingressou no órgão antes de completar qualquer

graduação, algo que ainda não fez. Apesar disso, já passou em outro concurso de nível médio para um órgão do Poder Legislativo, onde tem renda inicial de R\$ 7 mil. Já passou por três cursos, mas ainda não encontrou na educação formal algo que lhe despertasse paixão.

Conforme anotado anteriormente, foi elaborado um roteiro com questões-guias. Entretanto, essas perguntas foram memorizadas e não seguiam uma sequência predeterminada. Com isso, intentava-se transformar a entrevista em tom de bate-papo e deixar as pessoas o mais confortável possível. Apesar de saberem que o diálogo era gravado, com prévia anuência, os entrevistados se soltavam aos poucos e acabavam por se envolver na própria história narrada, ao ponto de as perguntas ganharem aspecto de informalidade. Cabe salientar alguns detalhes que acabaram por influenciar o fluxo das narrativas. Tomou-se cuidado, por exemplo, de evitar olhar o gravador para que não houvesse inibições e o relógio para que as histórias não parecessem desinteressantes. Até o tamanho do caderno que era levado para as entrevistas, caso houvesse recusa de gravação, foi pensado. Era praticamente do tamanho de um livro de bolso e seria utilizado apenas em situações pontuais.

O esforço para que os entrevistados ficassem à vontade parece ter surtido o efeito desejado. Muitos deles, após contarem toda a sua trajetória desde a infância, em conversas que raramente duravam menos de uma hora, perguntavam se "era só aquilo mesmo". Além disso, a maioria tomou a iniciativa de dizer que poderia ser acionada novamente para responder mais perguntas ou dirimir dúvidas. Tamanha solicitude provocou surpresa ao término dos questionamentos. Das dez entrevistas realizadas, apenas duas não foram gravadas, em virtude do diálogo já estar avançado e qualquer referência ao gravador poderia inibir o tom da conversa. Não obstante, as pessoas estavam cientes que as narrativas seriam utilizadas para fins de pesquisa acadêmica.

9. O encontro entre as narrativas e a teoria

Aline tem 33 anos de idade. Filha de casal de médicos provenientes de outro estado, mas que se conheceram em Brasília. Ambos investiram suas carreiras no serviço público. Aline afirma que o pai sempre foi um grande exemplo. Ele passou em dois concursos e assumiu os cargos devido à possibilidade de acumulação. Auferia a maior parte da renda

como servidor de um banco e se realizava profissionalmente no cargo que ocupava em um hospital público.

Nascida e criada em Brasília, frequentou diferentes colégios. Completou o nível médio em escola privada e fez cursinho preparatório para vestibular. A essa altura, já estava convicta que queria ser psicóloga. Certa vez chegou a pensar em medicina, mais especificamente, na área de psiquiatria. No entanto, ao ler um livro de Brian Weiss, constatou que queria mais conversar com as pessoas e não medicá-las. Os pais nunca impuseram qualquer curso a ela. Apesar disso, a mãe aconselhava a faculdade de Direito, embora fosse médica. O pai não apontava nenhuma direção. Por fim, os dois consideravam que a filha levava jeito para a Psicologia.

Após se graduar em uma faculdade privada, Aline foi aos poucos percebendo que o mercado não era muito favorável a sua área de formação.

Eu estava ainda investindo na iniciativa privada... eu participava de entrevista, cadastrei currículo... mas o que acontece... toda vez que eu participava da seleção, eu era chamada e não queria mais. Eu fui fazer uma seleção com uma consultoria que eu achei horrível, o salário era de mil reais e era a maior exploração... não tinha nem carteira assinada... você trabalha que nem um condenado...

Acrescentou que participou de outra seleção para trabalhar em uma fábrica de cimento. Sua função seria, dentro de uma empresa de consultoria, atuar na contratação dos funcionários daquela indústria. O salário seria em torno de mil reais mais comissão por cada pessoa que contratasse. Lá se deparou com péssimas condições de serviço. Era para "respirar cimento" e não ter gente suficiente, nem preparada, para fazer algo que demandava inúmeras funções.

Essas experiências estarrecedoras com as ofertas de emprego na iniciativa privada fizeram com que Aline se deparasse com algo que, até então, desconsiderava em sua trajetória: a precarização das relações de trabalho. Nem mesmo o diploma de graduação a deixava imune contra as adversidades impostas à maioria dos brasileiros. O fenômeno que tanto a incomodava fazia parte de um quadro maior, ou seja, da crescente terceirização da força de trabalho no país. (POCHMANN, 1999; ANTUNES, 2014).

Durante a seleção para a fábrica de cimentos, a qual ela também recusou o emprego, Aline já estava cursando uma pós-graduação. Ela conta que ingressou em uma turma cuja metade dos alunos estava empregada no serviço público; a outra, no setor

privado. A partir desse momento, passou a ter uma visão mais ampla sobre o mercado profissional. Foi quando percebeu que insistir na carreira seria algo inseguro e não muito promissor. Certa vez um amigo propôs de montar uma clínica, algo tentador para Aline, pois sempre foi seu sonho. Mas os custos implicados e a incerteza de não conseguir manter o negócio a demoveram da ideia. A sua trajetória de psicóloga passava a ganhar novos rumos, embasada na visão da realidade que agora ela tinha. Escolhas negadas no passado foram então ressignificadas. Aline estava arrependida de não ter visto o concurso público como uma opção:

Como eu tenho pais que são servidores públicos... eles sempre me incentivaram a vida inteira. Eu confesso que me arrependo muito, que a minha ficha demorou muito pra cair. Na faculdade eu tinha muito claro que eu queria investir na área clínica. Nunca tive essa maturidade antes. Seria muito bom se eu tivesse, no momento da faculdade, já pensado. Mas isso não aconteceu.

Julgar o passado com o olhar do presente faz com que Aline considere imaturidade de sua parte não ter vislumbrado o ingresso no serviço público. Entretanto, o seu Ideal do Eu se manifestava justamente no gosto pela psicologia clínica. Buscar esse objetivo e ainda de forma oposta a dos seus pais, investindo na área privada, era a maneira de Aline romper com as expectativas de sua origem social. Como assinala Vincent de Gaulejac (2014: 39), "os pais têm projetos de futuro para o filho; eles desejam que ele se conforme à imagem que nele projetam; eles lhe propõem os fins a atingir, os objetivos de vida". Aline afirma que os pais nunca incentivaram as suas investidas na iniciativa privada. Além disso, sempre se puseram dispostos a "patrocinar" cursos preparatórios para concurso. Ela ressalta, inclusive, que eles não fariam objeção de pagar a faculdade de medicina, se ela assim o quisesse na época em que optou por Psicologia.

Diante do contexto pouco promissor que se apresentava, Aline resolveu se dedicar a uma vaga no serviço público. Quando tomou essa decisão, passou a estudar para cargos em sua área de formação. Dessa forma, ocupou cadeira em cursos preparatórios para certames públicos. Havia escolhido um concurso para a Secretaria de Saúde. Disse ter ficado impressionada com a quantidade de psicólogos se preparando para a prova. Apesar da dedicação, não logrou êxito nessa primeira tentativa.

Aline afirmou não ter visto a reprovação de forma negativa, pois passou a conhecer melhor a realidade do trabalho em hospitais públicos e descartou essa possibilidade de sua

vida. Além disso, percebeu que Psicologia não é uma formação privilegiada no que se refere à disponibilidade de vagas em concursos públicos. Diante disso, era necessário adotar uma postura mais incisiva.

Foi assim que Aline resolveu investir em outros cargos. Já havia descartado a área hospitalar. Além disso, fez uma avaliação das atividades que ela teria perfil ou não para exercer. Após esse balanço, dispensou certames da área policial e do Detran. Quanto ao setor bancário, Aline considerava que não era vantajoso, devido à carga de trabalho e ao salário pago.

Como Aline já havia feito concessão de estudar para uma área que não era a dela, recusou-se a dedicar energia física e mental para cargos com baixa remuneração. Nesse momento, retirou de sua lista os ministérios que pagavam em torno de R\$ 2 mil à época. Dessa forma, estabeleceu como piso salarial o valor auferido por técnicos judiciários. Atraía também a jornada reduzida de trabalho, sete horas diárias. O desejo de Aline, com essa carga horária, era ter tempo de estudo para outro concurso que pagasse melhor e, assim, poder "clinar" nas horas vagas.

Após concentrar seus estudos para o cargo, Aline foi agraciada com a aprovação e a nomeação, teve o esforço recompensado. Considera ser uma pessoa de muita sorte, pois foi lotada em um setor onde as atividades são correlatas à sua formação e o ambiente de trabalho é bastante harmonioso. As contingências da vida geraram outros anseios em Aline. Ela casou. Conheceu o marido no curso preparatório. Sua renda atual, de R\$ 6 mil líquidos, tornou-se motivo de maior preocupação. Ela pretende comprar um imóvel e ter filho em breve. Considera o custo de vida em Brasília muito elevado. Um aluguel, por exemplo, gira na casa dos R\$ 2 mil. Esse é o valor que paga atualmente para morar em um bairro nobre da cidade.

A sua insatisfação em relação ao órgão que trabalha é a forma como a carreira está estruturada. Ela não vê muita perspectiva. Teria um acréscimo de apenas mil reais se chegasse ao último patamar remuneratório. Como ela não vislumbra uma mudança a curto prazo nessa política de pagamento, optou por estudar para o iminente concurso da Câmara dos Deputados. Está convicta que, mesmo diante do cenário atual de crise, esse certame se realizará em breve e ofertará muitas vagas para o cargo que deseja. Ela o descreve como técnico legislativo na "área geral". Aline já tem um know-how em provas desse tipo e

concentra os estudos nas mesmas disciplinas, antes mesmo de sair o edital. Considera-se uma concurseira.

De acordo com a sua avaliação, uma remuneração de R\$ 12 mil resolveria a sua vida. Apesar de ter que trabalhar mais, ou seja, oito horas diárias. Nesse momento, Aline foi instigada a responder se conseguiria conciliar essa nova jornada com o consultório clínico que pretendia abrir. Eis que ela responde:

Eu quero realmente ter um consultório, mas tudo depende muito, depende de quando eu tiver o meu filho, aí eu tenho que ter tempo pra filho também. Mas se eu estiver na Câmara, com 12 mil, eu não preciso de dinheiro mais. Se eu quiser me realizar no consultório, posso atender um dia, dois... posso atender poucas pessoas, não pra ganhar dinheiro, mas pra me realizar mesmo. Ou não, ou eu posso realmente falar que não vou atender... estou tranquila.

É interessante notar a aparente clivagem entre o trabalho exercido no serviço público e o que é considerado atividade de autorrealização. Aline também foi questionada se como analista administrativa, com a mesma jornada que tem hoje, ela estaria satisfeita. Nesse quesito, ela disse que talvez tivesse parado de estudar. Atualmente a carreira de analista paga entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil, considerados início e fim de carreira. Segundo sua avaliação, o horário praticado no Poder Judiciário dá maior margem para atividades fora do trabalho.

Eu não quero uma vida dedicada exclusivamente ao trabalho, não tenho esse perfil. Eu casei, eu quero ter filhos... eu quero ter tempo pra isso, não quero ficar só no trabalho. E no serviço público, assim, eu tenho garantia que eu não tenho na iniciativa privada: eu tenho salário todo mês, que não pode ser o melhor salário do mundo, mas eu tenho salário... e se olhar pro mercado, é um salário bem generoso.

Não obstante, Aline afirma que o concurso de analista não é uma boa escolha estratégica. Tem poucas vagas, pois nas áreas que não exigem formação específica, os técnicos exercem as mesmas atividades dos analistas. "Faz a mesma coisa, só que ganha diferente". Ela disse que muita gente tem problema com isso. Inclusive conhece pessoas que ficam indignadas em saber que, na Câmara dos Deputados também, o técnico legislativo faz muitas vezes o papel de analista legislativo, ganhando menos. Aline não vê nisso uma frustração, pois os R\$ 12 mil seriam bastante vantajosos.

Por fim, aventou-se a possibilidade de Aline ser aprovada no concurso, tomar posse no cargo e ser lotada em um setor que não corresponda em nada com a sua formação, ou não seja tão harmonioso como o que ela se encontra no momento. Ela disse já ter pensado muito nisso, pois conhece pessoas que trabalham em atividades frustrantes ou são vítimas de assédio moral. Outras que já ressaltaram que salário não é tudo. Apesar de não gostar dessa possibilidade, ela faz a seguinte constatação:

Não é possível também que dentro de uma organização você não tem áreas que não sejam melhores... claro que a atividade do serviço público é bem burocrática, não é aquela atividade que... **nossa! Que sentido!** Eu já sei do serviço público. Não é o seu, não é o meu. Qualquer um. Não é o lugar que eu vou realmente me realizar. **Eu pretendo me realizar fora.** Se eu cair na área que eu gosto, com pessoas legais, vai ser perfeito. Mas eu não tenho nenhuma garantia... e isso não pode me impedir de continuar estudando.

Mais uma vez fica evidenciada a distinção entre emprego e autorrealização. Aline se mostra resignada com a atividade burocrática do serviço público. Não espera nada de grandioso. Ao mesmo tempo, não demonstra incômodo algum com essa situação. Aline ressalta ainda que não tem garantia de nada na atual instituição. Isso porque o fato de gostar do setor em que se encontra e desempenhar bem as suas atividades não a vincula ao local. Amanhã ela pode estar em outro lugar por necessidade da Administração.

Cabe ressaltar que Aline é espírita e afirma que isso a torna uma pessoa bastante otimista. Acredita que tudo na vida tem uma razão de ser. Essa religiosidade é ainda mais alimentada no tempo extra-trabalho. Ela se dedica a obras de caridade também. Existem outros mobilizadores de sentido, no seu ponto de vista. E ela mesma rechaça uma vida voltada só para o trabalho.

Aline demonstra, assim, resiliência a determinadas situações desagradáveis. Ela conta que em seu trabalho já escutou gente reclamando de certas políticas administrativas, sentindo-se desprestigiada. Aline considera que não se pode deixar frustrar com práticas da organização burocrática. Não concebe que reclamar reiteradamente seja uma forma saudável de lidar com isso.

Ocorre que o sentimento de injustiça vivenciado por colegas de trabalho revela um quadro de sofrimento que requer uma solução criativa ou uma estratégia defensiva, conforme assinala a psicodinâmica do trabalho. Na análise de Aline, é aconselhável

silenciar-se diante de determinadas insatisfações. A situação dos servidores os limita a se diluir como mera parte do processo e se apequenar frente à sistematicidade das rotinas, às amplas necessidades institucionais, ao portentoso quadro administrativo e à inexistente participação nas grandes diretrizes institucionais. O silêncio diante das medidas que desagradam é uma estratégia defensiva que consiste na individualização do sofrimento. Cada um lida com isso à sua maneira. Essa defesa impede a formação de estratégias coletivas (DEJOURS; ADDOUCHELI; JAYET, 2007: 90).

Dessa forma, Aline segue no trabalho e busca se voltar ao lado positivo das situações. Concilia a rotina laboral com horários de estudo para a Câmara dos Deputados e momentos de lazer com o marido. Diz gostar muito da vida de casada. Pretende investir toda a sua energia para concursos nos próximos dois anos. Não pretende delongar mais, pois o projeto de ser mãe já está definido. Caso seja aprovada, considera-se resolvida. Caso não, pensa na possibilidade de utilizar mais seus conhecimentos clínicos para auferir renda extra. Além disso, o seu marido foi aprovado recentemente em certame. Está para ser nomeado como analista de outro órgão do Poder Judiciário. A renda familiar vai melhorar. Apesar disso, Aline gostaria que o marido continuasse a estudar. No entanto, ele se diz satisfeito tanto com o salário quanto com a carga horária. Ele também gosta de se dedicar a atividades fora do trabalho. Como muito concurseiro, ingressou em cargo público no qual não desenvolve os conhecimentos adquiridos na faculdade.

Aline almeja a uma remuneração melhor para contemplar os seus anseios de ampliar a família e poder comprar uma casa. Não obstante, ainda guarda a paixão pelo seu curso de graduação e sabe que a vida poderia ter tomado outros caminhos. Como mesma diz:

Eu realmente encontrei a **minha vocação**, mas acaba que a vida me fez ir para o concurso, por falta de opção. Mas eu sou muito clara de que eu amo a minha área e eu acho que eu ia dar certo.

➤ **Vocações interrompidas**

Destacam-se duas pessoas que deixaram clara a ideia de vocação. Aline a fez de modo explícito ao mencionar o termo, conforme visto acima. André, no entanto, não o fez ostensivamente. Porém, sua trajetória acadêmica deixa evidente a convicção que sempre

teve quanto ao curso que escolheu para si. Compreende-se o termo vocação como uma "propensão para qualquer ocupação, profissão ou atividade. É diferente de aptidão, por ser a atração que o indivíduo sente por determinada forma de atividade, para a qual pode ser ou não apto" (ABBAGNANO, 2012: 1203).

Filho de pais oriundos de outro estado, André nasceu em Brasília. Conta que o pai ascendeu de uma origem humilde. Arriscou a vida na capital federal e ergueu um patrimônio significativo a partir de atividades agrícolas. Isso fez com que, desde muito novo, André despertasse o interesse pela Agronomia.

A renda familiar lhe permitiu estudar em bons colégios particulares de Brasília. Além disso, teve oportunidade de cursar língua inglesa em uma escola tradicional da cidade, o que lhe rendeu proficiência. Com esse capital cultural, conseguiu aprovação em universidade pública e se direcionou a obter o diploma em Agronomia.

Sempre gostou das atividades relacionadas ao campo e trabalhava junto com o pai. No entanto, disse ter sofrido uma grande decepção no momento da sua colação de grau. Seu pai não só lhe deu as congratulações como afirmou que não queria que o filho trabalhasse mais com ele. André disse não ter entendido o porquê daquilo. Em pleno momento de regozijo e realização, era a última coisa que esperava ouvir.

Não obstante, afirma ter superado a decepção e passou a compreender as reais intenções do pai. Segundo André, ele queria que o filho tivesse a mesma chance: a de se aventurar na vida. Entretanto, os suportes que André mobilizava para exercer a sua autonomia advinham justamente dos gostos e talentos herdados. A ruptura com a história familiar se impunha contra a vontade de alguém inclinado a continuá-la.

Vincent de Gaulejac (2014: 41) expõe que os projetos parentais são repletos de contradição. Há, por um lado, o temor que o filho seja diferente. "De outro, desejo de que o filho realize todos os desejos que eles não puderam satisfazer, que faça tudo o que eles não puderam realizar, que ele seja 'alguém', isto é, torne-se outro". Talvez o pai vislumbrasse voos maiores para o filho, pois a juventude de André foi contemplada com condições melhores que as vivenciadas pelo genitor quando tinha a mesma idade.

Ao ser condenado à liberdade, André se envolveu em um projeto audacioso de se tornar *trainee* de uma grande multinacional do agronegócio. Devido à sua fluência na língua inglesa e a múltiplos talentos desenvolvidos na graduação, chegou à fase mais avançada da seleção que envolvia inúmeros candidatos de todos os lugares do Brasil. A

empresa pagou passagens para lhe entrevistar em outras cidades do país. Cada barreira vencida, alimentava a esperança de contratação. Não obstante a dedicação e os êxitos, não foi selecionado.

André relata que isso o deixou sem rumo momentaneamente. Nessa época, passou a recordar as experiências da faculdade. Lembrou-se de um colega de turma que sempre ia para as aulas vestido formalmente, pois trabalhava em órgão público e auferia renda bem maior que o padrão de estagiário que os graduandos são familiarizados. A partir de então, passou a pensar no concurso público como uma possibilidade de se engajar no mercado profissional.

André afirma que não tinha qualquer noção a respeito da Administração Pública e do teor das disciplinas cobradas nos certames. Enfatiza que foi o seu primeiro contato com as disciplinas do Direito. Seu pai não fez objeção ao projeto e custeou um curso preparatório para o concurso que o filho havia escolhido.

Com a pouca experiência, apesar do empenho, André não obteve êxito em sua primeira seleção. Não obstante, isso o despertou para outras possibilidades na Administração Pública. Passou a conhecer melhor a estrutura burocrática e se familiarizar com as disciplinas que, recorrentemente, eram exigidas nos editais dos certames. Foi assim que começou a se preparar com mais afinco para as provas.

Entre outras tentativas sem êxito, decidiu-se por uma vaga do concurso da Polícia Civil do Distrito Federal. A essa altura, já havia adquirido uma bagagem acerca dos conteúdos e das estratégias de prova. Eis que conseguiu aprovação. Cabe ressaltar que, em meio a essas tentativas, o pai tentou convencê-lo a trabalhar em terras que tinha intenção de adquirir fora do país. Não obstante, André já tinha um relacionamento de anos e pretensões de casar. Afastar-se do país geraria implicações na sua vida conjugal. Portanto, recusou a proposta.

André diz que conhecia superficialmente as atribuições que exerceria no cargo público. Sabia a diferença entre polícia civil e militar, um dos elementos que o atraiu, e, muito vagamente, sabia das atribuições a ser desempenhadas. Ao ingressar na instituição, no entanto, foi apresentado a um mundo novo. Entrou no ano de 2010 e trabalhou em diferentes delegacias. Sempre se considerou diligente e pró-ativo. Desde seções de investigação de crimes violentos a escalas para cobrir o plantão. André considerava cada função como um aprendizado estimulante.

No entanto, alguns anos depois, André terminou o relacionamento e frustrou as chances de casamento. A partir de então, confidenciou: "tive que ressignificar toda a minha vida". Incomodava também o fato de ver vários colegas, que ingressaram com ele no mesmo concurso, abandonando os cargos e indo para órgãos melhor remunerados ou com carreiras mais promissoras.

Sendo assim, André passou a avaliar se deveria cursar uma graduação em Direito para ampliar o horizonte profissional dentro da Administração Pública, pois estava insatisfeito com a realidade da instituição. Considera que a carreira está desvalorizada e que não há incentivos internos capazes de fomentar uma cultura meritocrática.

➤ O Reencantamento do Mundo?¹⁶

André é cristão e frequenta uma comunidade evangélica. Por ser uma pessoa bastante religiosa, ao passar por um momento de angústia e muitas dúvidas, procurou auxílio para os seus problemas nas orações. Diante da incerteza que lhe consumia, a respeito de fazer ou não outra faculdade, disse que Deus lhe enviou três mulheres para lhe passar a mensagem positiva. A mais emblemática, segundo ele, foi a de uma missionária que veio do exterior. Em encontro promovido por sua comunidade religiosa, ele teve a oportunidade de conversar com ela. Nessa ocasião, a missionária o questionou sobre o que fazia e disse ter uma visão dele com um diploma na mão, ocupando cargo de muita relevância. Aquilo lhe causou surpresa porque André havia dado quase nenhuma informação de sua vida, o que não permitia que ela fizesse inferência sobre suas angústias ou seus planos.

A partir disso, André somou os três incentivos vindos do diálogo com mulheres distintas e os compreendeu como um sinal divino. Foi dessa forma que resolveu ingressar na faculdade de Direito. Diz que quer aproveitar todo conhecimento que o curso lhe oferecer para planejar a sua nova carreira. Não tem intenção de prestar concursos no momento, pois concentra sua energia física e cognitiva na graduação. Com isso, pretende traçar um objetivo claro e assertivo. Afirmou não querer se tornar um "pato" que nada, voa e anda, mas sem maestria em nenhuma das habilidades.

¹⁶ Para mais sobre o assunto, recomenda-se a leitura da tese de doutorado defendida por Janete Rodrigues da Silva no Departamento de Sociologia da UnB, Brasília-DF, 2014, título: Movimento neopentecostal, renovação carismática católica e a reformulação da teodiceia cristã na contemporaneidade.

Cabe ressaltar que a religiosidade foi mencionada de forma bastante enfática por Aline também. Ela atribuiu à doutrina espírita o eixo de sentido que preenche todas as outras circunstâncias de sua vida. Como ela mesma afirmou: "tudo tem uma razão de ser". Essa constatação é significativa na medida em que as vivências não são percebidas como um simples elemento contingente, mas como algo substancial que reforça uma unidade de sentido capaz de transcender a mera narrativa biográfica.

Não é pretensão desta pesquisa extrair constatações a respeito de tema tão discutido na sociologia da religião. Também não se afirma que as manifestações religiosas assumiram a primazia epistemológica diante da realidade, como em épocas passadas. Não obstante, a pergunta que introduziu esse tópico fica como uma provocação para se pensar a pluralidade de suportes na construção da subjetividade e observar que algo tão complexo e profundo nas vivências individuais não pode ser desconsiderado.

➤ Quando a subjetividade não tem espaço na graduação

Cláudia tem 24 anos de idade e, precocemente, ingressou no serviço público. Estava no primeiro ano da faculdade quando começou a estudar para concursos. Disse ter escolhido a faculdade de Química sem saber ao certo o que queria, motivada mais pela afinidade com as matérias de cálculo e pelo incentivo de professores do que por qualquer outro fator. Nasceu e foi criada no Distrito Federal. Durante a graduação, mudou-se para a área central de Brasília. Sempre morou com a mãe que é pós-graduada em Direito. Embora nunca tenha direcionado a filha na escolha da área de formação, desde sempre a incentivou prestar concursos públicos. Cláudia relata o que a levou para a faculdade de Química:

Tem que fazer alguma coisa pelo menos pra abrir sua mente para outras possibilidades, então foi o que no momento fazia sentido... foi o que deu no momento, não foi uma escolha muito consciente não. Inclusive o serviço público também não foi nenhuma escolha consciente.

A descrição de Cláudia fragiliza a ideia dos cálculos racionais nas deliberações dos indivíduos. Sua decisão aparece mais como uma imposição do fluxo de acontecimentos que caracterizam a fase de transição do ensino médio para a faculdade. Não havia tantos suportes para lidar com a escolha e, tampouco, para questionar a inexorabilidade daquela decisão, algo que mais tarde ela o faria.

Cláudia apontou o certame para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) como o primeiro concurso que prestou. Não teve a redação corrigida por um ponto. Após tentar outros concursos no período de um ano e meio, obteve aprovação e nomeação para o cargo de técnico administrativo no Poder Judiciário. Já havia ficado na lista de espera de outros concursos, mas não foi convocada. Quando assumiu a vaga, resolveu mudar a graduação. Prestou vestibular para Psicologia, porém não logrou êxito. Resolveu aproveitar as vagas remanescentes do Enem e ingressou no curso de Filosofia. Estava inclinada à área de Ciências Humanas. Aproveitaria a grade curricular afim entre os cursos e tentaria, novamente, a aprovação no vestibular para Psicologia. Nessa segunda oportunidade, obteve êxito.

Porém, durante a faculdade, percebeu que a Psicologia estava desconectada de sua perspectiva profissional. Considerava que aquela graduação não lhe proveria nada melhor para sair do serviço público, pois estava satisfeita com a atual remuneração. Acabou passando para outro cargo, com salário ainda melhor, em um órgão do Poder Legislativo. Resolveu então, por razões pragmáticas, fazer um curso on-line de tecnólogo em gestão a fim de ter um diploma de nível superior. Desistiu de prosseguir na Psicologia e espera encontrar uma graduação que "toque seu coração".

Estou aderindo a uma filosofia de fazer a minha própria educação. Então... talvez algum dia eu volte para educação formal, pra universidade, ou não. Mas nesse momento e nesse ano, pelo menos, eu vou me dedicar completamente a fazer a minha própria educação. Vou ler os livros que eu achar interessante... já estou lendo, na verdade... nas áreas que eu gosto. Estou pensando... tentando fazer um estágio meio informal assim, conversando com amigos que têm empresas para eles me deixarem estar dentro e enxergar como é que acontece essa questão do empreendedorismo, que tem chamado muito minha atenção. Estou na filosofia do uncollege.

Segundo Cláudia, ela tem uma habilidade de liderança que está pouco instigada e o serviço público não contribuiu para seu desenvolvimento. Considera as atividades que exerceu muito rotineiras, o que a deixa muito aquém de suas possibilidades. Sendo assim, vislumbra no empreendedorismo uma chance real de dar vazão aos seus talentos.

Nelson do Vale Oliveira (2009: 117) já havia analisado a pouca eficiência na gestão de recursos humanos da Administração burocrática brasileira. "Encontramos a cada sala profissionais formados em Economia, Direito, Sistemas de Informação, Sociologia que o

observador externo certamente tomaria por auxiliares de escritório". O autor emenda o argumento e conclui que muitos acabam por se conformar a essa realidade. Algo que não aconteceu com Cláudia, como visto.

Cláudia diz que o órgão em que trabalha tem uma carreira com perspectivas salariais bem melhores que o do Poder Judiciário do qual é egressa. Entretanto, lamenta não ter encontrado no setor que trabalha a mesma harmonia e alinhamento com os colegas que tinha no serviço anterior. Mas ela disse ter extraído algo de positivo a partir dessa nova vivência. Quando foi motivada por fins pragmáticos de ganho remuneratório, acabou por se deparar com a perda de algo que lhe fazia bem: as inter-relações pessoais que compõem o trabalho real. Dessa forma, chegou à conclusão de que o serviço público nunca a deixaria plenamente satisfeita.

Eu acho que fui muito no automático a minha vida toda, tanto para ingressar na universidade, quanto para entrar no serviço público. E nos últimos quatro meses... um pouco mais... oito meses, eu parei e falei: cara, pera aí! Isso não está fazendo muito sentido. Eu tenho que retomar as rédeas e levar pra... comecei a ter consciência e... agora, cada vez mais, eu percebo que o serviço público não é o meu lugar.

Cláudia afirma que a atividade que realiza atualmente não tem nada de gratificante. Considera está totalmente no automático. Disse que no início do ano estava muito difícil e teve que fazer uma reflexão para atenuar a angústia. Compreende que o quadro atual não é nada satisfatório, mas procura não sucumbir:

Eu vou ter que ficar bem dentro dessa realidade e, ao mesmo tempo, fazer alguma coisa em paralelo pra poder mudar essa realidade o mais rápido possível. Quando eu digo pra você essa coisa de ser responsável pela minha própria educação é esse o movimento... eu estou bem insatisfeita onde eu estou hoje, tentando perceber que essa é minha realidade e tentando projetar uma mudança.

Uma das atividades que Cláudia faz para aliviar as tensões engendradas pela rotina é a meditação. Afirma que isso a tem ajudado bastante no momento, junto às leituras que lhe são aprazíveis. Embora não negue as boas condições materiais da organização para desempenhar suas atividades laborais, diz sentir falta de uma conversa, uma pausa para tomar café com os colegas e retomar o trabalho. O pouco espaço para o diálogo tem tornado o serviço algo extenuante para Cláudia e, em curto tempo, ela já deixa transparecer

um sofrimento que pode se tornar patogênico. Cláudia procura lidar com a situação de forma exclusivamente individual e introspectiva. Não vislumbra nenhuma saída pelos meios institucionais disponíveis.

A trajetória social de Cláudia traz à tona as reflexões de Pierre Bourdieu sobre a formação do capital cultural e as diferentes maneiras que ele pode se manifestar:

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais. (CATANI; NOGUEIRA, 1998: 74)

A imbricação desses três componentes faz com que Cláudia, apesar de buscar uma alternativa à educação formal, não se dê por satisfeita em ficar sem uma titulação de nível superior. Embora não tenha concluído nenhuma faculdade devido ao fato de não corresponderem às suas expectativas, viu-se na obrigação de se matricular em um curso de tecnólogo a fim de obter o diploma. Isso porque as instituições ainda não estão adequadas a um contexto cujos currículos prescindam das titulações socialmente reconhecidas.

➤ O trabalho como forma de reconhecimento e retribuição

Bruno tem 37 anos. É agente de polícia há dez. Proveniente de outro estado, foi o concurso público que o trouxe a Brasília. Fez o ensino médio em escola técnica estadual. Trabalhava desde então. Começou o ofício como jovem aprendiz e aos 16 anos já tinha carteira assinada. Diz ter seguido os exemplos de família cuja grande parte dos parentes trabalhava na indústria automobilística. Era uma trajetória profissional bastante comum na cidade, segundo Bruno relata, todos queriam ser "peão de fábrica". A partir de então, teriam perspectiva de ascender. Poderiam fazer curso de engenharia e almejar a cargos de maior responsabilidade.

Bruno conta que, ao trabalhar na fábrica, começou a se incomodar com a possibilidade de passar a vida inteira fazendo aquilo. Olhava para os parentes da geração anterior e dizia que não queria ficar como eles. O modelo fordista de produção,

caracterizado pela homogeneidade das funções, não se encaixava nas suas perspectivas profissionais:

Achava que a perspectiva não me atraía. Ah, vou fazer engenharia igual aos meus primos - a maioria fez - e vou ser engenheiro aí na fábrica. Vou continuar trabalhando 40 horas por semana, não vou fazer diferença em lugar nenhum, na vida de ninguém, vou ser só mais um. Na verdade, o maior incômodo era ser só mais um, inclusive no tratamento. Na fábrica, nas empresas em geral que têm 12 mil funcionários, 20 mil funcionários, você é só um número. O "cara" não sabe quem é você. Se você não fizer, tem duzentos lá que fazem a mesma coisa.

Além disso, Bruno acrescenta que os cargos de destaque eram um em um milhão. Era como ganhar na loteria. A regra era você não ser reconhecido. Havia chefes de setores que empregavam de 120 a 150 funcionários que nem sequer conheciam os trabalhadores. Tratava-se de um ambiente extremamente impessoal na sua concepção. Com esse diagnóstico, formou a convicção de que não seria engenheiro, mas ainda não sabia o que queria fazer.

Essa narrativa se mostra reveladora quanto às construções de sentido que o trabalho mobiliza. A visão de Bruno endossa a pesquisa de Morin (2001) em relação à importância das atividades laborais enquanto meio de beneficiar os outros e de se sentir valorizado. Algo que se aproxima da concepção de dádiva elaborada por Marcel Mauss que retira o caráter economicista das trocas interpessoais e destaca a reciprocidade como elemento edificante da vida social.

Uma parte considerável da nossa moral e da nossa própria vida permanece sempre nesta mesma atmosfera da dádiva, da obrigação e ao mesmo tempo da liberdade. Felizmente, nem tudo está ainda classificado exclusivamente em termos de compra e venda. (MAUSS, 2008: 195)

Se há, por um lado, a busca do sentimento de autorrealização na execução do trabalho, existe também a vontade de fazer algo em prol dos outros indivíduos. Bruno deixa de forma explícita em sua narrativa aquilo que, por vezes, fica subentendido nos discursos dos demais entrevistados. Ao querer "fazer a diferença", ele demonstra que sua subjetividade só pode ser plenamente afirmada diante do olhar do outro. Sendo assim, o posicionamento no mercado de trabalho não pode ser visto sob uma ótica restrita da

remuneração ou do status, mas, sobretudo, como uma "luta por reconhecimento" (HONNETH, 2003).

➤ Os avós e a correia de transmissão da história familiar

Bruno conta que, na sua "cabeça" de 17, 18 anos de idade, deveria tentar um curso de Ciências Humanas, pois seria um caminho diverso ao da Engenharia, apesar de gostar muito de cálculo e da área de exatas. Acreditava que a faculdade de Direito pudesse ampliar os seus horizontes para sair daquela realidade.

A narrativa biográfica de Bruno traz outro elemento que merece destaque. Seus pais possuem mais de uma graduação. Ambos se formaram em Matemática e em Pedagogia. Não obstante, Bruno enveredou para o curso de Direito. Embora não houvesse ninguém próximo com essa formação, relata o que influenciou verdadeiramente a seguir por tal caminho:

Eu sabia que não queria ser engenheiro... e pelo fato de ouvir sempre o meu avô dizer que minha mãe fosse advogada, que uma filha fosse advogada... aí eu falei: ah, eu vou fazer Direito! E também porque tinha uma faculdade boa lá na cidade.

Embora Bruno tenha procurado evitar a continuidade da história familiar, motivado pela insatisfação de permanecer na indústria automobilística e no contexto da cidade, essa ruptura foi lastreada por outros móveis da sua trama geracional:

[...] em suas relações com os filhos, os pais reatualizam o que eles viveram com seus próprios pais, que se tornam, então, "avós". No projeto parental, reencontra-se a relação do pai e da mãe com o desejo de seus próprios pais por eles. No trabalho clínico, aparecem frequentemente situações nas quais o filho retoma, por conta própria, o desejo - não saturado - que um dos avós projetou sobre sua mãe ou seu pai. (GAULEJAC, 2014: 40)

Durante a sua graduação em Direito, Bruno concorreu no programa de *trainee* da indústria automobilística em que trabalhava. Afirmou não ter nenhum incentivo de sua chefia imediata, nem para cursar a faculdade, menos ainda para integrar o quadro jurídico da empresa. O chefe queria que ele "fosse peão o resto da vida". Bruno disse também que em cada setor havia uma pessoa responsável pelos recursos humanos. Chegou a conversar

com a sua gerente de RH e ela também o desestimulou. Bruno retrucou e falou com ela que deveriam valorizar quem já era funcionário, "a prata da casa". Mesmo diante da falta de incentivo, acabou por participar da seleção. Após várias etapas, com entrevista em inglês inclusive, concorreu com duas pessoas na última fase e não foi classificado.

Pouco tempo depois, aderiu ao programa de demissão voluntária da empresa. Disse ter ganhado sua primeira causa nesse momento, antes mesmo de ser advogado. Isso porque, durante as negociações de sua demissão, questionou o fato de ter uma pessoa que realizava as mesmas atribuições, com o mesmo tempo de serviço, e recebia mais do que ele. Alegou que buscava a equiparação remuneratória. Sendo assim, a empresa resolveu lhe pagar um salário e meio a mais sobre o montante pago no momento da demissão.

Com o dinheiro da demissão voluntária, poderia ficar um ano sem trabalhar e sem perder poder aquisitivo. Resolveu investir na área jurídica e adquirir experiência para tomar um rumo certo. Durante a faculdade, tinha uma inclinação para ser delegado porque gostava de Direito Penal. Não obstante, quando começou a trabalhar em um escritório voltado para ações trabalhistas, passou a ter vontade de se tornar juiz do trabalho. Explica que trabalhava com dois magistrados aposentados e que ambos tinham notório saber na área e eram respeitados pelos demais advogados e juízes. Bruno também passou a comparar aqueles que só exerciam a advocacia com os que, além disso, eram provenientes de carreira no serviço público. Percebeu que a situação destes últimos era melhor, tanto financeiramente, quanto no que diz respeito ao reconhecimento profissional.

A partir dessa vivência, chegou à conclusão que era melhor prestar concurso público do que seguir na advocacia. Trabalhou ainda como auditor jurídico em outro escritório. Quase mudou de ideia nesse período, quando percebeu que era possível ascender na carreira de advogado e auferir boas remunerações. Entretanto, atentou-se que, para atingir o patamar remuneratório almejado, deveria levar uns dez anos trabalhando. Algo que não acontece no serviço público, onde é possível ingressar já com um salário elevado.

Na iminência de sair o concurso para delegado federal, deixou o escritório e foi se dedicar aos estudos para o certame. Chegou a fazer seis meses de intensivo em um curso preparatório de renome. Fez provas para delegado e agente da Polícia Federal, regional e nacional. Além disso, a convite de um amigo, foi estimulado a fazer concurso para agente de polícia da Polícia Civil do Distrito Federal. Apesar de ter estranhado a proposta, o

amigo argumentou que em Brasília o salário era equiparado ao da Polícia Federal. Bruno passou em todos os concursos de agente que fez, mas não nos de delegado.

Tinha duas opções, assumir a vaga da Polícia Federal na cidade de Cuiabá ou ficar com o cargo na Polícia Civil de Brasília. Resolveu ficar na capital federal, decisão tomada após colher várias opiniões e por considerar geograficamente mais estratégico para visitar os parentes. Bruno, então, mudou-se com a noiva para o Distrito Federal. Considera que para ela também foi vantajoso, pois trabalhava como advogada na iniciativa privada e a oferta de trabalho aqui era boa. Assim que chegou, foi contratada por um escritório. Apesar de considerar o custo de vida maior, a remuneração compensava.

Bruno disse estar realizado com as atividades. O serviço policial superou as expectativas. Tem críticas em relação à gestão institucional, mas atribui isso ao serviço público como um todo. Acredita que uma carreira em que as pessoas sabem quanto vai ganhar do início ao fim não permite uma política de meritocracia. Isso acaba nivelando os servidores por baixo.

Porque se você vê o cara do seu lado, se ele fizer menos do que você, ele vai ganhar igual você. Se ele fizer mais do que você, ele vai ganhar igual você... e até de reconhecimento, não só de remuneração... remuneração ele vai ganhar igual mesmo, mas reconhecimento... a gente não tem reconhecimento nenhum... o cara que trabalha mais do que o cara que trabalha menos... o cara que não trabalha não tem prejuízo em relação a você que trabalha... o único prejuízo é de ser reconhecidamente um cara que não trabalha... mas e daí? No que a vida dele é diferente da sua? Em nada, externamente falando... o cara pode ser frustrado e tal, mas o cara não é forçado a trabalhar, não é penalizado por não trabalhar, não é mal remunerado por não trabalhar... isso te desmotiva... o serviço público não tem política nenhuma de gestão de recursos humanos... não tem, em nenhuma esfera.

Essa pouca eficiência na gestão de pessoas no âmbito da Administração Pública não diz respeito a vivências pontuais de determinados indivíduos, não se trata de mera manifestação de um traço heurístico. Esse assunto foi pauta de pesquisa na qual haviam constatado que termos como "carreiras" ou "plano de carreiras" não correspondem a uma trajetória profissional estruturada ao longo dos anos que o servidor permanece no órgão. Na verdade, significam nada mais que incrementos salariais:

Progredir em uma carreira não significa assumir mais responsabilidades, não implica em gerenciar equipes, não resulta em maior complexidade

nas tarefas: trata-se única e exclusivamente de uma progressão de salários. (OLIVEIRA, 2009: 121)

Como mencionado anteriormente, a decisão de Bruno em cursar a faculdade de Direito teve forte influência de seu avô materno. Não obstante, a preferência herdada pelo fluxo da história familiar fez com que Bruno se deparasse com elementos impremeditados dessa escolha. A inclinação para o Direito Penal e a vontade de ser delegado o conduziram a fazer provas de concurso na esfera federal e para a capital do país. As contingências de sua trajetória confluíram para que ele se tornasse agente na Polícia Civil do Distrito Federal. Como ressalta Anthony Giddens (1989), a reflexividade é o processo pelo qual os agentes sociais procuram, a todo tempo, orientar a corrente dos acontecimentos em determinado eixo. Entretanto, a história se sobrepõe a essa tentativa do controle situacional. Além disso, as novas vivências possibilitam novos gostos e predileções. Ao ingressar na carreira de policial, Bruno se deparou com o trabalho real de uma delegacia e imergiu em um mundo do qual ele tinha vaga ideia.

Nessa realidade que se apresentava, Bruno foi surpreendido por uma atividade que despertava motivação. Encontrou, ainda que em caminho sinuoso, aquilo que o levou a sair da indústria automobilística. Ele queria um trabalho em que pudesse fazer a diferença na vida das pessoas, conforme disse, e parece ter alcançado seu objetivo. Bruno afirma que a polícia lhe permite realmente ajudar as pessoas, das inúmeras maneiras possíveis. Esse exercício de altruísmo é a forma de se fazer reconhecer no olhar do outro. Autonomia e heteronomia se edificam em uma relação de reciprocidade.

Além de encontrar um sentido no trabalho, Bruno reconhece que possui grande capacidade de adaptação às circunstâncias. Apesar de não estar em sua cidade, encontrar-se longe da família e ainda ter pretensões salariais, pois considera a sua carreira estagnada, Bruno disse estar satisfeito com a atual condição. Em Brasília, ele casou e teve filho. Não se interessou mais em estudar para concurso público. Acredita que o principal motivo de frustração das pessoas é um "pensamento binário" que reduz os fatos a "estar feliz" ou "não estar", a "está bom" ou "está ruim". Segundo sua concepção, é preciso saber compensar os problemas da vida.

➤ A cultura do "cana"

Cabe anotar que dos quatro policiais civis entrevistados, nenhum deles afirmou ter inclinação para a carreira desde sempre, o que pode surpreender aqueles que consideram a existência de um perfil predeterminado para a profissão. Em contraste à teoria desenvolvida por Pierre Bourdieu, haveria poucos elementos para reduzir as trajetórias de André, Bruno, Carla e Diego à probabilidade de se tornarem agentes de polícia.

No entanto, ao serem introduzidos na instituição, é preciso salientar o papel da socialização secundária, conforme assinalam Peter Berger e Thomas Luckmann (2004). Os indivíduos então se deparam com valores, normas, símbolos e hábitos prescritos pela organização e, a partir daí, vivenciarão um processo dialético entre as novas injunções e as disposições sociais que se fizeram presentes na sua trajetória até aquele momento.

Esse processo é denominado socialização secundária por não constituir uma influência tão significativa quanto aquela imposta pela história familiar e vivências da infância. Ao integrar a instituição, portanto, já existe um indivíduo socializado. Não obstante, ele terá de confrontar sua história de vida com o *habitus* policial, ou seja, aquele conjunto de valores e atitudes ditado pela corporação.

Não é objetivo desta pesquisa perscrutar os detalhes da formação policial nem das atividades em si, mas tão somente a trajetória social dos agentes, o interesse atual em permanecer ou continuar na profissão e os motivos dessa inclinação. Contudo, chamou a atenção, durante as entrevistas, a existência de uma cultura informal no âmago da profissão que atende ao escopo deste trabalho e é digna de nota.

Como dito anteriormente, existe uma diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Enquanto aquele se restringe à rigidez das normas e das rotinas procedimentais, este revela toda a complexidade envolvida na execução do trabalho propriamente dito. O cotidiano dos policiais faz com que eles tenham uma percepção maior do risco e potencializem a probabilidade de situações de conflitos. O fato de lidar com infrações penais das mais variadas ordens transforma o desvio social em rotina laboral. Isso engendra um estado permanente de atenção, para não dizer tensão, nesses servidores.

O convívio permanente com o perigo exige do policial uma postura diferenciada do chamado "cidadão comum". Ele deve estar sempre alerta e preparado para se munir dos meios necessários em caso de embate com indivíduos armados ou que atentem contra a

legislação vigente. Os ditos "policiais linha de frente" costumam andar armados 24 horas por dia. Cabe fazer alguns apontamentos quanto à estrutura da instituição antes de entrar nos meandros da cultura do "cana".

Existem dois grandes departamentos no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal. O DPE (Departamento de Polícia Especializada) e o DPC (Departamento de Polícia Circunscricional). O primeiro, como a nomenclatura indica, engloba todas as delegacias e unidades com atividades especializadas: infrações praticadas por menores de idade (DCA), crimes contra o meio-ambiente (DEMA), repressão ao tráfico de entorpecentes (CORD), investigação de homicídios (CH), combate ao crime organizado (DECO), dentre outras. Já o DPC concentra todas as delegacias distribuídas pelas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Cada unidade policial cobre uma determinada área e se destina a registrar e apurar todos os crimes e contravenções ocorridos naquela circunscrição. Além de realizar outras atividades, como policiamento comunitário, comunicação de extravio de documentos e desaparecimento de pessoas. São identificadas por numeração: 2ª DP (Asa Norte), 6ª DP (Paranoá), 16ª DP (Planaltina), 32ª DP (Samambaia) e outras, perfazendo um total de 31 unidades policiais. Essas delegacias são abertas ao público 24 horas por dia, funcionando em regime de plantão.

Esses departamentos merecem destaque por concentrarem a chamada atividade-fim da polícia judiciária. Todas as unidades podem desencadear investigações e grandes operações que envolvem o cumprimento de medidas judiciais, tais como a execução de mandado de busca e apreensão, mandado de prisão e interceptação telefônica. Sendo assim, são consideradas partes da estrutura que lida diretamente com a "criminalidade".

Cabe destacar também o Departamento de Atividades Especiais que, embora não se volte precipuamente para apuração dos inquéritos policiais, contém um efetivo especializado que presta apoio operacional às demais unidades. Nele se encontram divisões como o DOE (Divisão de Operações Especiais), DOA (Divisão de Operações Aéreas) e DRS (Divisão de Repressão ao Sequestro).

As demais unidades da instituição são destinadas à polícia técnica, como o Instituto de Medicina Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação. Há as atividades administrativas do quadro da Direção Geral, como a gestão de pessoas e a formação dos profissionais no âmbito da Academia de Polícia Civil, além das atribuições da Corregedoria-Geral de Polícia, da Comissão Permanente de Disciplina, gestão de

documentos e comunicação institucional. Por fim, existem os serviços de gestão da informação e inteligência policial.

Após essa breve análise do organograma institucional, conclui-se, a grosso modo, que os "policiais linha de frente" se concentram, em sua maioria, nos três primeiros departamentos citados. Salienta-se, porém, que existem atividades administrativas em todos os setores da polícia e nuances identitárias no contexto da organização. Embora não seja objetivo desta pesquisa fazer uma etnografia dos servidores policiais, destaca-se esse aspecto valorativo da figura do "cana" como algo relevante no contexto do trabalho real. Além disso, essa explanação se faz necessária para contextualizar o relato de alguns policiais que serão transcritos a seguir e indicarão uma possível cultura *interna corporis* não percebida por quem se atém apenas ao trabalho prescrito da instituição.

Um dos policiais demonstrou profunda indignação frente à situação de que muitos servidores são lotados em atividades-meios do órgão. Em seu relato, não considerava justo ter sido designado para exercer suas atribuições em delegacias, enquanto servidores da mesma turma de seu curso de formação foram contemplados com funções eminentemente burocráticas em outros setores da polícia.

Essa narrativa demonstra mais do que uma crítica dirigida à gestão de pessoas do órgão. O policial clamava para que a instituição fosse solidária ao risco com que se deparava diariamente no exercício de sua função. Ao salientar a desigualdade na distribuição das lotações, ele demonstrava sentir-se desamparado por quem deveria protegê-lo. Entretanto, esse discurso não transparecia uma possível fragilidade. Ao contrário. O servidor reforçava, a todo momento, o fato de desempenhar as verdadeiras atribuições policiais, de realizar o papel de "cana", compreendido como o "policial linha de frente".

Esse ideário do "cana" corresponde a uma série de atributos esperados do policial: ser destemido, ter preparo técnico-operacional, tomar iniciativa nas investigações e diligências, ser prestativo para com os colegas e estar sempre pronto para possíveis chamados. É comum também se ouvir o termo "operacional" para designar esses policiais. Essa ênfase na capacidade de embate revela o sentimento de prontidão dos servidores. Entretanto, o termo "cana" revela não só o aspecto técnico como também cognitivo do servidor. Quando se fala que alguém é "cana de verdade", ou se enfatiza o vocábulo,

"fulano é CANA", há um conjunto de qualidades que se espera, ainda que tacitamente, desse indivíduo.

A aversão ao risco de estar sujeito a possíveis confrontos, que podem chegar a situações extremas em que os policiais fiquem gravemente ou fatalmente feridos, faz emergir uma estratégia de defesa coletiva em que o indivíduo se coloca acima do perigo e constrói uma espécie de super-homem. Acredita-se que o "cana" têm expertise o suficiente para evitar situações de embate e sempre se antecipar às possíveis ameaças. Dessa forma, o policial se coloca intelectual e tecnicamente à frente dos infratores, embora nunca deva subestimá-los. Ser um "cana", e estar rodeado deles, diminui, significativamente, a sensação de perigo. Não é à toa que a força do coletivo é algo bastante evidenciado na rotina policial.

Diego, um dos policiais com quase dez anos de atuação, relatou a sua percepção do risco inerente à profissão e atualmente estuda para o cargo de delegado, pois, segundo ele, há maior possibilidade de se controlar o risco nessa carreira. Ele empregou o termo "operacional" como uma opção para o cargo de delegado e não como uma imposição:

Almejava um concurso melhor, que não tivesse que fazer plantão, desgastar sua saúde, da forma que eu sabia que ia me desgastar... do perigo, de eu ficar indo em lugares não tão bons quanto à segurança... apesar de eu gostar de ir de vez em quando pra rua, o delegado é como se fosse uma opção e agente é uma obrigação... eu quero ter essa opção de ir pra rua ou não, não sei... o tratamento direto com o bandido... o delegado também tem opção de ser operacional, se eu quiser...

Embora a possibilidade de confronto com indivíduos inclinados às atividades criminosas seja o eixo de construção da identidade policial, Cláudio Monteiro já havia destacado que grande parte do serviço policial nos balcões das delegacias se volta para administração de conflitos, o que nem sempre resulta em condutas delitivas. Não obstante, os policiais consideram essa atividade como algo menor e não estão devidamente preparados para o atendimento ao público.

[...] no âmbito de uma delegacia de polícia é prestado um serviço muito amplo que varia de acordo com as demandas que chegam até os policiais. Chamou a atenção o modo como são realizadas as mediações de conflito por eles, uma vez que essa tarefa possui, em alguma medida, um aspecto informal, e, portanto não são registradas, o que os permite atuarem com ampla discricionariedade. Nesse sentido, quando se opta pela mediação

de um conflito em uma delegacia de polícia podemos encontrar uma solução prática e rápida. No entanto, o resultado dessa atividade pode ser indesejado por uma ou ambas as partes que estão em conflito, pois os policiais não são treinados para tal atividade, assim como não a valorizam. (2013: 89)

Apesar da constatação ser relevante, é preciso afastar possíveis generalizações quanto à prática dos policiais, visto que, durante as entrevistas realizadas, um deles ressaltou a possibilidade que a carreira lhe fornecia de ajudar as pessoas das mais diversas formas possíveis. Essa afirmação pressupõe o indivíduo como finalidade do trabalho policial e não como meio para buscar outros resultados, o que implica na forma de atender e lidar com o público.

➤ História familiar: da superação à identificação

Débora tem 31 anos de idade. Nasceu em Brasília, mas, ainda menina, foi para Minas Gerais. Considera-se mineira devido aos laços de amizade e à identificação com o local. É filha de pai engenheiro e de mãe arquiteta, os quais emigraram da capital em busca de melhores oportunidades de emprego. Embora tenha sido criada em Minas Gerais, acabou voltando para Brasília por considerar que teria um ensino mais qualificado na preparação para o vestibular. Com isso, terminou o ensino médio em escola privada e de renome na capital da República.

Quando se mudou para Brasília, passou a residir com uma tia. Passava o dia inteiro estudando para o vestibular e frequentava cursos preparatórios. Disse ter escolhido a faculdade de Medicina por ser boa aluna e sempre tirar notas altas. Apesar de não saber realmente o que queria, o desempenho escolar suscitava incentivos, uma vez que a carreira de médico era consagrada como profissão bem-sucedida.

Débora se queixa que os pais não a orientaram no processo de escolha do curso. Segundo ela, faltou diálogo e a decisão por Medicina não foi fruto de uma verdadeira convicção. Conta ainda que um dos motivos que levou à área médica foi a enfermidade vivenciada por sua avó, algo que lhe provocou bastante angústia. Ela acreditava que poderia ajudar pessoas na mesma condição e estava direcionada, inclusive, a se especializar em geriatria.

Após inúmeras tentativas no país inteiro, Débora narrou ter se sentido frustrada por não conseguir ingressar na faculdade de Medicina. Atingia notas suficientes para entrar em qualquer curso, menos no almejado por ela. Diante disso e da situação financeira que se complicava para os pais, Débora regressou para Minas Gerais. Lá, continuou a estudar para vestibular e acabou desistindo de Medicina. Optou pelo curso de Biologia. Como havia sido aprovada no certame para a Universidade de Brasília, voltou a morar na capital do país, novamente em casa de parente.

Afirmou nunca ter se identificado com o curso. A escolha foi motivada pelo cabedal teórico acumulado nos estudos para o vestibular de Medicina, que exigia vasto conhecimento em Ciências Biológicas. Ainda durante a graduação, sua tia que trabalhava no IBGE a incentivou prestar concurso para aquele órgão. Ela inscreveu Débora no processo seletivo e ainda lhe deu uma apostila com as disciplinas do certame. O salário era baixo, mas atendia às demandas da época de universitária. Considerou a prova muito fácil e ficou surpresa por ser aprovada, pois acreditava que deveria ter "gabaritado" a avaliação para conseguir a vaga.

Passou a trabalhar 40 horas por dia e cursar Biologia concomitantemente. Disse que, apesar da rotina desgastante, ainda resolveu estender o tempo na graduação e fazer licenciatura. No entanto, não sabe os reais motivos de ter feito isso, pois até hoje não foi buscar, sequer, o certificado de conclusão. Ainda no IBGE conheceu o seu futuro marido.

Devido à baixa remuneração, os pais de Débora lhe auxiliavam a manter as despesas em Brasília. Estava em dúvida se cursava outra graduação, mas passou a ter planos de casamento. Ela relatou que a estabilidade empregatícia e uma melhor situação financeira sobrepuseram a vontade de realização profissional. Sendo assim, resolveu enveredar para o caminho do concurso público. Arriscou alguns certames que tinham a ver com Biologia, no entanto considerava muito difícil a aprovação pela especificidade e grau de exigência das provas. Isso era um fator a mais para desestimulá-la, já que não tinha o menor interesse em trabalhar na área de formação.

Após outras tentativas em diversas áreas, percebeu que não era muito vantajoso estudar para qualquer concurso que abrisse, pois não aproveitava muito do conteúdo que havia estudado. Voltou-se, então, para os certames do Poder Judiciário. Confessa que só obteve êxito na empreitada quando resolveu ficar em Brasília mesmo. Isso porque ainda considerava voltar para Minas Gerais, onde estavam os parentes e as amigas feitas desde

os sete anos de idade. Após um tempo, conscientizou-se que gostava de morar na capital do país e se atentou para as qualidades da cidade.

Passou a somar forças com o marido e estudavam juntos para concurso. Teve o esforço recompensado. Ingressou em 2012 no órgão onde trabalha atualmente. Afirmou ter adquirido certa afinidade com as disciplinas de Direito e resolveu fazer uma pós-graduação nessa área logo que tomou posse no cargo. O marido também foi aprovado em concurso para outro órgão. O casal adquiriu um apartamento com a renda advinda dos novos empregos.

Débora passou a fazer graduação em Direito recentemente. Disse que a decisão foi mais motivada por uma ansiedade em relação às expectativas para o futuro do que por uma vontade genuína. Afirma que sua atividade, enquanto técnica administrativa, é muita mecânica. São atividades de secretaria auxiliares à parte judiciária as quais, segundo ela, qualquer um pode fazer. Enfatiza ser um serviço que a pessoa não é valorizada pelo que faz:

É um trabalho exaustivo, cansativo... e que valoriza muito o erro também. Tem lá uma lista de 200 processos fazendo... ninguém vai achar nada de mais se você fizer tudo certinho..., mas se tiver uma coisinha que você descuidou, e aí normalmente é falta de atenção, em um desses 200, vai dar problema... você não vai ser valorizado pelo que está fazendo, normalmente você vai ser punido pelo erro e muito cobrado... a tendência, quando você está fazendo 200 vezes a mesma coisa, é você distrair, por exemplo, e acabar cometendo erro... e é um trabalho, assim... é no automático... eu não vejo uma pessoa conseguindo fazer isso a vida inteira.

Segundo Débora, só é possível se manter nesse emprego se a pessoa tiver algo em que focar fora da instituição. Reclama da falta de desafio cognitivo e da rotina acachapante. Embora esteja cursando Direito, acredita não ter muita perspectiva com a faculdade. Considera sua idade um pouco avançada para qualquer pretensão nas carreiras jurídicas que requerem, além da graduação, prática em atividades da área e o estudo sistemático para concurso. Pondera que se fosse mais jovem, como quando tinha 17 anos de idade, poderia ter tomado esse caminho. Outro fato que a preocupa é a pretensão de ser mãe, o que dificultaria conciliar uma possível investida nas carreiras jurídicas com os cuidados maternos.

Em virtude disso, Débora conjectura em abandonar a faculdade. Está deixando alguns talentos aflorarem no momento. Afirma gostar muito de arte e de decoração. Seus

amigos a convidam para confeccionar enfeites destinados a festas e chás de bebê, por exemplo. Ao desenvolver essas atividades, diz sentir-se realizada. Passou a considerar a organização desses eventos como algo que possa ser constante em sua rotina. Atualmente não ganha dinheiro com isso, mas tem profunda satisfação em fazê-lo. Vislumbra a possibilidade de auferir renda com esse trabalho e, se for bem-sucedida, pretende abandonar o serviço público.

Débora alega ter habilidades manuais e um lado criativo que foram estimulados pelos pais desde a infância. O pai pinta, desenha, já trabalhou com decoração de vitrine e desfile de modas. Débora diz que sempre foi quieta, não praticava esportes e era um pouco isolada. Passou a aguçar a criatividade por se concentrar em atividades de colorir, desenhar e recortar. Atualmente, permitiu-se dar mais espaço para essa aptidão e habilidades manuais, com isso, Débora passou a ressignificar as escolhas que fez no passado:

Se eu fosse começar tudo de novo hoje... eu acho que eu faria Arquitetura... eu ia mexer com projetos, com decoração... na época eu não queria ser igual aos meus pais de jeito nenhum... meus pais não me direcionaram pra isso... antigamente não era uma profissão muito valorizada... e meus pais tinham muita dificuldade em levar à frente a empresa, sempre aquela ralação que você, em um primeiro momento, tem aquela ideia: isso eu não quero pra mim de jeito nenhum! Não quero passar esse aperto! Principalmente aperto financeiro... só que, na verdade, hoje eu vejo, muito mais, meus pais com dificuldades de trabalhar com dinheiro, lidar com dinheiro e saber administrar o dinheiro... do que uma questão profissional... talvez a dificuldade maior deles sempre foi uma área mais gerencial do que, necessariamente, a profissão deles que não deu certo.

Nesse momento é oportuno salientar o reencontro de Débora com a história familiar. Ao longo de sua trajetória social, passou a assumir decisões que apresentavam fundamentos cambaleantes, em especial, a escolha da graduação e o ingresso no serviço público. Em sua própria narrativa, ela salientava o caráter contingente das escolhas e a falta de convicção ao fazê-las. No presente, porém, ela se volta para suportes mais sólidos erguidos ainda na infância e no âmbito das relações familiares. Débora direciona o seu destino sob nova perspectiva e, ao fazê-lo, reescreve também uma história de identificação com os pais.

É revelador quando diz que nunca pensou em seguir a profissão dos genitores. Embora não soubesse as razões disso à época que ingressou na faculdade, hoje ela conta

que a má gestão da economia doméstica feita pelos pais a incomodava muito. Acabou por associar dificuldade financeira com a carreira profissional deles. Seu desejo de superar as condições de instabilidade vivenciada pela família a fez seguir um rumo diferente e ignorar completamente a própria escolha dos pais.

Vincent de Gaulejac (2014) retoma o conceito de "ideal do Eu" proveniente da psicanálise e o qualifica como a "instância de deslocamento" que permite à criança reconquistar a onipotência perdida da fase narcísica. A perfeição passa a ser buscada em objetos idealizados fora de si. Quando o prazer deixa de ser centrado no próprio corpo e a criança reconhece a alteridade, daí decorre também uma série de feridas narcísicas:

Entre todas as insatisfações e desapontamentos que a criança deve suportar, convém dar um lugar especial à descoberta da diferenciação social e à humilhação que sentirá ao descobrir que os pais são seres bastante medianos, talvez inferiores e, em todo caso, que existe gente bem mais aquinhoadada, mais rica, mais potente e mais dotada. Não há humilhação mais inexplicável e inevitável do que essa descoberta: os pais não são os melhores; existem muitos outros que, certamente, são "superiores". (ibidem: 149)

Débora quer romper com as condições herdadas. Almeja superar as dificuldades vivenciadas por seus pais e, para tanto, nega um projeto de vida que corresponda às trajetórias sociais por eles percorridas. Não obstante, existem injunções contraditórias nesse processo que apontam a existência de uma "instância de reprodução", denominada "Supereu".

O Supereu se caracteriza pela continuidade, pelo fato de se constituir a partir dos Supereus dos pais, formados e consolidados pelos predicados e interdições ligados aos usos e costumes do grupo social a que pertencem. Nesse sentido, é uma instância mais conservadora que prega a manutenção da ordem, o respeito às tradições, a permanência de modelos de referência. (ibidem: 111)

Enquanto o "ideal do Eu" emerge da ferida narcísica da infância, o "Supereu" se constitui como a instância reguladora originada do complexo de Édipo. O primeiro impulsiona o Eu para a satisfação, para a constante busca de poder e perfeição. O segundo, no entanto, atenua essa ambição imposta pelas exigências ilimitadas do "ideal do Eu" e transforma a impotência de atendê-las em respeito às regras. O "Supereu" é, simultaneamente, uma instância previsora e interditora. Impulsiona o Eu a ser como os

pais, mas também impede, a partir da barreira do incesto, a completa fusão com eles. A fixação de limites e fronteiras promovem a adaptação à realidade, ao lugar ocupado.

Débora busca, a todo momento, um deslocamento de sua posição de origem. Ao deixar a cidade dos pais e o convívio com os amigos, intenciona um ensino melhor que aquele que supostamente teria se permanecesse lá. Escolheu o curso de Medicina pelo prestígio que confere e por seu bom desempenho na escola a colocar como uma potencial aprovada no vestibular. Atualmente, vislumbra o ingresso em carreiras da magistratura, reconhecidas pelo status e pela alta remuneração.

Não obstante, a possibilidade de percorrer horizontes múltiplos ainda não permitiu a Débora o encontro com algo que considera realmente genuíno. No momento, diante da frustração com a carreira profissional, ela vivencia um completo regozijo nas tarefas manuais de decoração que sempre foram estimuladas pelos pais. Além disso, faz uma releitura do passado e considera a possibilidade de ter seguido um caminho exitoso se houvesse escolhido o curso de Arquitetura. Há, portanto, um conflito entre injunções contraditórias. Débora, que nunca vislumbrou um destino semelhante a de seus pais, passa a se identificar, como não o fez antes, com a herança familiar.

A partir de agora, ela considera investir em sua criatividade e habilidades manuais por meio das atividades de decoração. Vê nisso a possibilidade de sair do serviço público e realizar um trabalho que realmente lhe traga satisfação. Assim, tem não só a chance de desenvolver talentos herdados e estimulados no âmbito familiar, mas de promover uma boa administração dos recursos auferidos e superar uma falha na história profissional dos pais.

Percebe-se, por ora, a interdependência dos conflitos de ordem psíquica e de ordem social. Ainda na escola, a criança se depara com a lógica da diferenciação social. Passa a se dar conta das contradições entre os grupos sociais, do que é exaltado pela cultura dominante e daquilo que resulta em humilhação, invalidação e inferioridade diante dos outros. Um contexto caracterizado pelo enaltecimento das posições sociais ditadas, sobretudo, pela política de retribuição salarial, fez com que Débora nem levasse em consideração os suportes culturais advindos da família no momento em que resolveu prestar vestibular para Medicina. Ela se voltou para a possibilidade que se apresentava de atingir um status socialmente elevado, o que consistia em uma maneira de superar a perda da onipotência dos pais frente à lógica material incrustada nas relações sociais. A instabilidade financeira e a dificuldade dos pais em salvaguardar o orçamento doméstico

dos altos e baixos advindos da carreira fizeram com que Débora rejeitasse uma trajetória profissional semelhante a de seus ascendentes. Ela não queria vivenciar essa oscilação de renda na vida adulta e se incomodava com as chances de regressão social. O impulso pela superação, no entanto, parece se arrefecer com o novo sentido que Débora atribui às habilidades manuais incentivadas desde a infância. A herança parental é algo que pode ser reproduzido e também prover sobrevivência e satisfação. Além disso, apresenta-se como um novo horizonte em que as falhas vivenciadas pelos pais podem ser retificadas e, desse modo, constituir-se como possibilidade real de sucesso econômico e profissional.

➤ A estabilidade como defesa da regressão social

Diego é formado em Odontologia. Nasceu em outro estado, mas veio para Brasília ainda com dois anos de idade. Fez o primário em escola pública, mas concluiu o ensino fundamental e o médio em escolas particulares. Disse que os pais não influenciaram a escolha pela faculdade, no entanto, seu irmão mais velho se graduou no mesmo curso, sendo sua influência direta. No ano em que o irmão se formou, Diego ingressou na graduação. Narra que, além do exemplo na família, possuía habilidades manuais que foram decisivas na escolha pela Odontologia.

A faculdade de Diego foi financiada pelo pai. Ressalta que era um dos cursos mais caros da cidade. Após se formar, também obteve o patrocínio paterno para montar uma clínica em uma Região Administrativa com custos menores que o centro de Brasília. Após alguns anos, passou a desgostar do ofício de dentista, pois não via muita perspectiva. Relata que atendia uma população bastante humilde e o retorno financeiro era péssimo. Havia casos de cheques que voltavam e reclamações em relação aos preços, os quais ele já considerava muito aquém do praticado pelo mercado.

O pai, que era servidor público aposentado e tinha uma fábrica de móveis, queria que o filho trabalhasse com ele. Não obstante, a atividade não despertava o interesse do herdeiro. Diego passou a se espelhar na irmã que estudava para concurso. No momento em que flertava com a Administração Pública, um amigo o convidou para se inscrever em um curso preparatório. Diego perguntou para qual certame ele iria se preparar. O amigo informou que estavam abertas as seleções para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e para a Polícia Civil do Distrito Federal. Escolheu este último pelo número

maior de vagas, o que considerou o fator decisivo. Não havia nenhum sonho em ser policial. Aliás, ressalta que a opção foi possível não por afinidade com a profissão, mas simplesmente por não ter nada contra ela.

Diego conta que investiu toda sua energia física e psíquica para o certame, pois sentia uma grande responsabilidade pela escolha. Isso porque rejeitou o ideal do pai em ver seu filho trabalhando com ele. Além disso, o pai também considerava a atividade policial algo inferior ao ofício de dentista que Diego estava deixando para trás. O receio de não ser aprovado provinha da pressão dos pais e da autocobrança de Diego. Ao fim e ao cabo, obteve êxito e ingressou na Polícia Civil do Distrito Federal.

Diego vivencia uma contradição permanente entre as injunções da história familiar e os projetos que criou para si. Ele narra que o pai tem uma visão um tanto distorcida da profissão policial. No início, chegou a pensar que o filho "faria blitz, usaria uniforme e moraria na Ceilândia", conforme relatou Diego. Ficou surpreso ao saber quanto o filho ganhava, quantia que considerou elevada para a carreira. Esse argumento, não obstante, revela mais ainda a imagem negativa que o pai tem da profissão e reforça a suposta inferioridade diante de outras atividades.

Essa imagem da atividade policial construída no âmbito familiar tem reflexos na vontade que Diego tem de deixar a profissão e na forma com que ele percebe o olhar dos outros. Segundo ele, a própria sociedade, como um todo, rechaça o ofício da polícia. Acredita que não é uma atividade considerada honrosa, nem por ele, nem pelos demais indivíduos. Entretanto, ao mesmo tempo, refuta a visão depreciadora que o pai faz em relação ao serviço.

Há uma instância de conflito simbólico entre pai e filho. Ao mesmo tempo em que afirma o desprestígio da profissão, Diego rechaça também a imagem negativa que foi herdada do pai. Essa ambiguidade acerca do status da atividade parece se diluir diante da lógica salarial. Visto que Diego vislumbra a possibilidade de ser policial legislativo, atividade que considera ainda menos honrosa que a atual, mas oferece uma remuneração mais atraente.

Diego fez uma graduação em Direito assim que ingressou na polícia. Pretendia, dessa maneira, ter a possibilidade de fazer concursos para carreiras de maior status e melhor remuneradas, como as da magistratura. Não obstante, é grato à polícia, pois associa suas aquisições materiais ao ingresso na instituição. Disse que pôde comprar carro e

apartamento com a remuneração de seus quase dez anos de atividade. Ressalta, porém, que o imóvel adquirido teve a ajuda financeira do pai.

Ao não exercer sua autonomia financeira plenamente, Diego se vê em uma posição de descenso social. Se o pai patrocinou o estudo de três filhos e ainda contribuiu com as aquisições de Diego já em fase adulta, não é difícil constatar que essa realidade gera angústia no descendente, que parece vivenciar um estado de regressão social. Diego certamente cobra de si se será capaz de prover o seu filho com as mesmas condições que herdou do pai. Diante desse contexto, os demais sentidos do trabalho perdem preponderância frente à imperatividade da renda. Impõe-se a necessidade de auferir uma remuneração que corresponda aos padrões e expectativas transmitidas pela correia da história familiar.

A regressão caracteriza a trajetória dos indivíduos que não souberam ou não puderam adquirir a posição correspondente ao lugar que provavelmente ocupariam em função de sua herança, sabendo que a maioria dos que estavam em posição semelhante ocupa posições socialmente mais elevadas. (GAULEJAC, 2014: 80)

A mesma situação pode ser verificada no relato biográfico de André, outro policial civil. Seu pai ergueu um portentoso patrimônio em trajetória de ascensão social. O filho, no entanto, mostra-se angustiado com o futuro incerto e com a possibilidade de não conseguir reproduzir a posição social do genitor. Pretende terminar a graduação em Direito e ampliar suas perspectivas de carreira. Idealiza uma posição em que tenha mais autonomia e prestígio do que possui atualmente. Aline, técnica administrativa filha de médicos, também não se dá por contente com a atual remuneração. Provavelmente, um dos incômodos em relação à carreira atual é a posição modesta frente às condições herdadas dos pais.

Em contrapartida, a técnica administrativa Beatriz se diz satisfeita com as atividades que exerce, porém gostaria de auferir uma remuneração maior. Mas nesse caso, o desejo não é para melhorar sua condição atual, mas para poder ajudar financeiramente o pai e a mãe que moram em outro estado.

Ela tem 32 anos de idade. Não é natural de Brasília. Conta que teve uma origem muito humilde. Os pais, nem sequer, concluíram o ensino fundamental. Beatriz vem de uma trajetória social ascendente. A mãe a impulsionava para o trabalho desde cedo. No

entanto, Beatriz insistiu em fazer uma graduação. Ao lembrar o passado, considera que aquela decisão era uma maneira de sair da cidade dos pais e da situação precária na qual se encontrava. Nunca teve muito apoio para obter o diploma superior. Quando falava em estudar em outro estado, a mãe procurava demovê-la da intenção e dizia para "parar com essas ideias e procurar uma trouxa pra lavar". Apesar disso, Beatriz persistiu. Afastou seu destino do estado em que os pais residiam. Levantou dinheiro trabalhando com um parente no Rio de Janeiro e conseguiu financiar a faculdade de Psicologia, que foi cursada em Minas Gerais:

A minha mãe achava absurdo... como eu me manteria fora de casa. Era uma situação bem difícil pra ela. "Você vai morar fora como, onde, quem vai te sustentar?" Então foi meio uma quebra de barreiras... não, eu vou e... eu lembro que tem uma situação que eu sempre brinco assim com minha mãe: olha, mãe, o que você desejava pra mim... era que eu lavasse roupa.

O caso de Beatriz se revelou uma nítida trajetória de ascensão social. Para os outros casos em que o serviço público não representou uma superação das condições econômicas herdadas da família, a estabilidade no emprego se revela como uma garantia para evitar um descenso social ainda mais abrupto. Em nenhuma das entrevistas se verificou a vontade de largar o cargo público e de se aventurar na iniciativa privada, ainda que os parentes pudessem amparar em caso de derrocada econômica.

10. Outras ponderações

Dos dez entrevistados, cinco deles nasceram e foram criados em Brasília. Outros dois nasceram em estados diversos, mas vieram ainda crianças para a capital. Débora fez o movimento inverso. Nasceu em Brasília, mudou-se para outro estado na infância, mas regressou à cidade para prestar vestibular e trabalhar. Somente dois vieram ao Distrito Federal apenas para prestar concurso público, um agente de polícia e uma técnica administrativa.

O dado que mais chamou a atenção foi que seis entrevistados admitiram ter ingressado no serviço público por influência da família. Outros dois, radicados em Brasília, assumiram que houve interferência direta de colegas na decisão. Coincidentemente, os que indicaram outras motivações foram justamente os dois que não tinham raízes no Distrito

Federal e vieram com o único objetivo de prestar concurso público. Um deles estava inclinado à carreira policial. O outro caso foi de Beatriz, que resolveu ingressar na Administração Pública para acompanhar as frequentes mudanças do cônjuge militar.

Essas ponderações colocam em xeque a frequente mensagem de que a escolha por uma carreira pública é motivada por razões de cunho utilitário. As tramas familiares em um contexto cultural de valorização do serviço público parecem dar pouca margem para cálculos estritamente racionais. A busca por atividades mais estimulantes e por um trabalho que promova realização de fato foi a tônica das entrevistas. Oito servidores expressaram a vontade de sair do cargo atual.

Salienta-se ainda a persistência da ideia de vocação. Três servidores públicos gostariam de abandonar o cargo para atuar em suas áreas de formação, caso as condições fossem favoráveis. Outro afirmou querer, desde sempre, trabalhar com cinema e fotografia. Não obstante, as condições financeiras não lhe foram favoráveis para isso. Apesar de estarem cientes do que realmente queriam para si, ninguém se mostrou disposto a sacrificar as posições atuais para seguir as atividades que lhe eram afeitas.

O discurso unânime entre os entrevistados foi de que as atividades e organização burocráticas são engessadas e não mantêm os servidores estimulados. As razões alegadas foram falta de desafios, atividades mecânicas e rotineiras, ausência de incentivos financeiros e de uma política meritocrática. Alguns deles se mostraram extremamente frustrados com o trabalho e o serviço se tornou um verdadeiro fardo. Nesses casos, confessaram que o único motivo da permanência é o salário.

A satisfação quanto à escolha do curso de graduação ficou dividida. Cinco deles admitiram que poderiam ter feito outras faculdades, ou porque se decepcionaram com as perspectivas profissionais, ou porque se consideravam imaturos à época da decisão, ou porque o curso não atendia aos seus anseios.

Exceto nos casos de visível angústia com as atividades e frustração com a carreira, os servidores públicos demonstraram resiliência quanto aos aspectos negativos do trabalho e quanto à impossibilidade de realização pessoal no serviço público. A remuneração foi alegada, muitas vezes, como fator compensatório das atividades rotineiras e desagradáveis.

Chama a atenção o fato de que a maioria dos entrevistados teve oportunidade de estudar em escolas privadas e pôde dedicar tempo integral aos estudos. A minoria alegou ter condições adversas na infância e ter superado a realidade do contexto dos pais. Embora

a amostra não seja significativa, é mais um indício de que o serviço público não é um caminho fácil para qualquer um. O investimento parental na trajetória escolar dos filhos favorece em muito os que se lançam à empreitada dos concursos.

Não obstante, pessoas com sólida formação e boas perspectivas profissionais se submetem a trabalhos pouco gratificantes na burocracia estatal. As narrativas evidenciam que o anseio não é tanto por estabilidade, mas por possibilidades de emprego. Há uma cultura do medo que subjaz as escolhas profissionais dos entrevistados. Diante de um contexto de instabilidade, baixa remuneração e flexibilização dos contratos de trabalho, a frustração no emprego é algo menor próximo ao pavor do desemprego e da impossibilidade do acesso ao mercado de consumo. Se indivíduos com oportunidades se sujeitam à insatisfação diante das atividades laborais, quais são as perspectivas para aqueles que não têm recursos educacionais nem qualificação profissional?

Jovens brasileiros são lançados ao mercado para buscar emprego e não trabalho. Altos investimentos em educação são convertidos, muitas vezes, em ocupações de cargos modestos na Administração Pública. A ineficiência da gestão burocrática impede usufruir da qualificação proveniente do seu quadro de pessoal. Muitos servidores reclamam da ausência de desafios cognitivos e assumem que poderiam render muito mais do que o fazem atualmente.

Nelson Oliveira questiona o sonho brasileiro de integrar a Administração Pública, usufruir altos salários e gozar dos benefícios com pouco trabalho em troca. Vai além da crítica e confronta esse ideal com o do norte-americano:

Num vivo contraste com o chamado "sonho americano", no qual se goza liberdade para trabalhar sem a interferência constante da mão forte do Estado, o sonho de milhões de trabalhadores brasileiros é fazer parte do Estado e ter nele a certeza de uma renda perpétua e um cotidiano ocioso. Ser aprovado em um bom concurso com um contracheque farto e trabalhar apenas seis horas diárias ou ter direito a 60 ou 90 dias de férias anuais parece ser a meta profissional de boa parte dos brasileiros. O Estado é entre nós o refúgio profissional das camadas sociais mais favorecidas e o grande prestador de serviços aos miseráveis. (2009: 104)

Embora a crítica seja pertinente, convém salientar que o móbil dos sujeitos pode estar mais na incerteza diante de uma realidade desfavorável ao trabalhador do que na "certeza de uma renda perpétua e um cotidiano ocioso". A subjetividade está em constante movimento e os conflitos de ordem psíquica refletem as contradições sociais. O servidor

público, conforme apontado nas entrevistas, não pode ser considerado um vencedor nessa trama. A não ser que todos os indivíduos sejam nivelados unicamente por suas possibilidades de sobrevivência, o que é algo consternador frente a todos os outros sentidos que o trabalho mobiliza e diante de todos os valores que transcendem a mercantilização das relações humanas.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar as trajetórias sociais dos dez servidores públicos selecionados, pode-se tecer algumas considerações e refletir acerca das hipóteses que encetaram a presente pesquisa. Ficou evidente que a maioria dos entrevistados não estava satisfeita com as atividades desempenhadas ou com a estrutura de seus cargos. Em alguns casos, a insatisfação era completa, ou seja, envolvia a estrutura administrativa, remuneratória e o trabalho em si. Nas situações em que as pessoas não apresentavam empatia com as funções exercidas ou com o próprio cargo, logo vinham à tona elementos relacionados à jornada de trabalho reduzida e à estabilidade empregatícia como formas de compensação. As vantagens do serviço público eram avocadas em nítido contraste com um trabalho incapaz de mobilizar a subjetividade e manter o interesse dos sujeitos. Quando as atividades laborais incorriam em uma prática automatizada, outros aspectos da vida pessoal eram apontados como forma de relativizar o peso do trabalho na rotina dos entrevistados: lazer, constituição de família, aquisição de bens e os mais diversos hobbies.

A primeira hipótese foi confirmada no que tange aos mecanismos de compensação frente ao estranhamento do trabalho. A estabilidade e a remuneração são fatores preponderantes para a permanência no emprego. Tal realidade traz à tona outra problematização: a das consequências impremeditadas das ações. Se, por um lado, o concurso público incentiva a contratação de quadros qualificados e preparados para diversos desafios, já que são selecionados em provas que exigem muito preparo e conhecimento, por outro, a estrutura rígida da burocracia estatal e a recorrente falta de afinidade com as atribuições fazem com que o sujeito rapidamente se desmobilize no trabalho e se restrinja a fazer o chamado "feijão com arroz", isto é, a lei do menor esforço. A ausência de uma política meritocrática e a quase inexistente participação nas diretrizes organizacionais não permitem o alinhamento entre os ideais do sujeito e os da instituição. Nesse sentido, as benesses oferecidas pelo cargo público se tornam meros mecanismos de compensação diante de um trabalho pouco gratificante. Uma vez que a autorrealização não pode ser encontrada na profissão, o trabalho se reduz a um simples emprego e é percebido somente por seus elementos extrínsecos e contratuais: renda, férias remuneradas, jornada reduzida e estabilidade.

A segunda hipótese se referia à ressignificação do trabalho e à perda de sua centralidade diante de outras atividades do cotidiano. Embora tenha ficado notório que os indivíduos procuram realizar-se em outros afazeres, não é possível ser taxativo quanto à perda do papel central do trabalho em suas vidas. Isso porque era visível o sentimento de desconforto vivenciado até mesmo por aqueles que pareciam lidar muito bem com a falta de afinidade com o cargo ocupado. Apenas dois entrevistados não demonstraram o interesse de sair do emprego. A vontade de deixar o cargo era patente não só entre aqueles que se desviaram das suas vocações profissionais, mas entre os diletantes que, embora não tivessem se decidido por um trabalho ideal, desejavam uma situação na qual encontrassem satisfação nas atividades laborais diárias. A ideia de realizar-se no desempenho do trabalho ainda persegue os indivíduos que tem certo poder aquisitivo e estabilidade empregatícia.

A terceira hipótese foi corroborada pela pesquisa, uma vez que o concurso público é a rota de fuga mais acessível àqueles que não estão satisfeitos com o cargo ocupado na burocracia estatal. Muitos fatores contribuem para essa realidade, dentre eles: a confiança do servidor público, visto que já foi aprovado em um certame; a atividade desempenhada que, muitas vezes, não tem correspondente na iniciativa privada e impede o robustecimento do currículo em uma possível entrevista de emprego; a dificuldade de encontrar um salário compatível com o atual, pois os salários iniciais costumam ser baixos fora da Administração Pública; a adaptação à rotina da burocracia estatal que permite a conciliação com outras atividades. Mais da metade dos entrevistados vislumbram prestar outros concursos.

A quarta hipótese foi confirmada em algumas narrativas, principalmente na de Aline. A precarização dos contratos de trabalho e a baixa remuneração oferecida na iniciativa privada são elementos que afugentam os indivíduos que tiveram oportunidade de cursar o nível superior e que, na maioria dos casos, puderam dedicar tempo integral à aprovação nos certames públicos. O Estado se tornou um refúgio privilegiado para os que temem a constante instabilidade do mercado de trabalho e as suas parcas condições. Nesse sentido, cabe assinalar a cautela que se deve ter diante de generalizações que transcendem as realidades locais. Don Tapscott chama de "Geração Y" ou "Geração Internet" aqueles indivíduos que nasceram entre 1977 e 1997, faixa etária que compreende os entrevistados da presente pesquisa. Segundo o executivo canadense, "a Geração Internet busca a liberdade para mudar de emprego, para encontrar seu próprio caminho" (2010: 48). Além

disso, é composta por indivíduos que devem gostar do que fazem para viver. Percebe-se, no entanto, que tais características são difíceis de aflorar diante de uma realidade adversa ao trabalhador. O Brasil apresenta alto índice de desempregados no momento em que esta pesquisa é concluída. O Dia do Trabalho foi marcado por uma taxa percentual de desemprego que atingiu os dois dígitos, superando os 10%, segundo dados do IBGE. Além disso, está em trâmite um processo de impeachment contra a presidente da República, Dilma Rousseff, já afastada de seu cargo para o julgamento do Senado, enquanto uma crise fiscal assola o país. Nesse contexto, a manutenção de programas sociais e políticas de distribuição de renda são ameaçadas de corte financeiro. Não obstante, inúmeras carreiras do serviço público federal tiveram recomposição salarial garantida pelo presidente interino Michel Temer.

Nesse ponto, convém salientar o trabalho de Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fábio Castro (2015) que indica uma concentração de renda maior no país ao se levar em consideração os dados tributários em detrimento das pesquisas domiciliares, como a PNAD. Os autores concluíram que os 0,1% mais ricos do Brasil se apropriaram, em média, de quase 25% da renda total no período de 2006 a 2012. Além disso, chama a atenção o fato que uma renda domiciliar anual de R\$ 56,7 mil constitui o limite mínimo para ingressar nos 5% mais ricos da população. Todos os servidores públicos entrevistados atingiam, individualmente, esse estrato de renda.

Ocorre que uma possível crise financeira e fiscal fragilizaria até mesmo os vínculos estáveis dos servidores públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) pode vedar o aumento das suas remunerações e, em situações orçamentárias bastante extremas, permite até a extinção de cargos ocupados por estatutários. A depender do contexto econômico, a estabilidade estaria ameaçada de extinção e, assim, a maioria dos indivíduos poderia perceber que, além das diferentes posições sociais as quais os colocam em lados distintos, há elementos fundamentais que em última instância os unificam: a condição de assalariado e o medo da precarização dos contratos de trabalho.

Por fim, no que diz respeito à quinta e última hipótese, percebeu-se uma relação ambígua de esvanecimento e resistência da ideia de vocação. Muitos entrevistados alegaram ter propensão para determinadas atividades e, inclusive, as perseguiram desde cedo, embora tenham seguido, posteriormente, o caminho do concurso público e deixado em segundo plano suas verdadeiras aptidões. Outros, no entanto, seguiram caminhos com

diversas rupturas sem saber ao certo se possuíam alguma inclinação para determinada atividade. Cabe destacar, porém, que mesmo entre os que julgavam ter vocação, muitos deles não se mostravam angustiados diante da possibilidade de nunca trabalhar naquilo que se reconheciam genuinamente aptos a fazer. Nesses casos, a satisfação com o contexto de trabalho e com outras esferas de atividade sobrepujavam, nitidamente, a ideia de vocação.

As relações familiares se revelaram como uma correia de transmissão da cultura do concurso. As benesses do serviço público foram muitas vezes propaladas, desde cedo, no âmbito do próprio lar. Essa situação dispensa os cálculos racionais que o indivíduo teria de fazer no momento de se posicionar no mercado de trabalho. Houve narrativa em que o entrevistado considerava quase inexorável o ingresso na burocracia estatal, pois todos os parentes ocupavam cargos públicos.

A presente pesquisa endossou outros trabalhos que apontavam a falta de um ideal acerca do serviço público. Ocupar um cargo na burocracia estatal em nada difere da busca por um emprego de qualquer natureza. Prestar um bom serviço à sociedade e aprimorar o atendimento ao público, bem como promover a eficiência da máquina administrativa, não são elementos avocados pelos indivíduos que ingressaram nos cargos analisados. O bem-estar material advindo da remuneração e a possibilidade de conciliar a jornada laboral com outras atividades, em contrapartida, são constantemente ressaltados pelos entrevistados. Aqueles que integram os quadros da Administração Pública por meio de certames que não exigem formação específica ou qualquer experiência na área de atuação tendem a valorizar os elementos de gratificação e não o trabalho em si. Forma-se, em Brasília, uma geração de jovens que desfrutam de várias possibilidades de consumo e de inúmeras experiências extra-laborais. Uma geração que tem conforto material e muitos momentos de prazer, porém, quase nenhum entusiasmo na hora de trabalhar.

12. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ALBRECHT, Pricila; KRAWULSKI, Edite. **Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público**. In: Cadernos de psicologia social do trabalho, v. 14, n. 2, pp. 211-226, 2011.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Marília: UNESP, 2008.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARCHER, Margaret. **Being human**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9.ed. Campinas: Papirus, 2008.
- BRANCO, Guilherme. **Racismo, individualismo, biopoder**. In: Revista de Filosofia Aurora, Curitiba, v. 21, n. 1/2, pp. 59-77, jan./dez. 2004/2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1824**. Outorgada em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Outorgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1946**. Promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1967**. Outorgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. **Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: jan. 2016.

BRASIL. **Lei n. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: mar. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Do estado patrimonial ao gerencial**. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), Brasil: Um Século de Transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001: 222-259.

CAILLÉ, Alain. **Dádiva e associação**. In: Martins, P. H. (Org.). A dádiva entre os modernos. Petrópolis: Vozes, 2002

CAMPBELL, Collin; BARBOSA, Livia. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6 ed. São Paulo: Paz e terra, 1999, vol. I.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CODEPLAN, et al. **Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal**. Ano 24, n. esp., Brasília, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/twlfPB>>. Acesso em: fev. 2015.

CODEPLAN. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/0II41D>>. Acesso em: ago. 2015.

COHEN, Ira. **Teoria da estruturação e práxis social**. In: GIDDENS, Anthony.; TURNER, Jonathan. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1996, p. 393- 446.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COLLINS, Randall. **Interaction ritual chains**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

COSTA, Frederico. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, pp. 829-874, set./out. 2008.

DARÉ, Eduardo; HOFFMANN, Rodolfo. **Remuneração do Funcionalismo Público e a Variação da Desigualdade da Distribuição da Renda no Brasil de 1995 a 2009**. In: *Economia*, Brasília, v. 14, n. 1c, pp. 645-670, 2013. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/revista/aprovados/Funcionalismo.pdf> >. Acesso em: out. 2015.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Cortéz; Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho: contribuição da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2007.

- DUBAR, Claude. **A crise das identidades. A interpretação de uma mutação.** Portugal, Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. **Lições de sociologia: a moral, o direito e o estado.** São Paulo: Edusp, 1983.
- _____. **O individualismo e os intelectuais.** In:_____ A ciência social e a ação. São Paulo: Difel, 1975. pp. 235-253.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ENRIQUEZ, Eugene. **A organização em análise.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____ **Da Horda ao Estado: psicanálise do vínculo social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Editora Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- FREIRE, Alessandro; PALOTTI, Pedro (Org.). **Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas.** Cadernos 42, 132p, Brasília: Enap, 2015.
- FREUD, Sigmund. **O ego e o id.** In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição standard brasileira. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Trabalho original publicado em 1923).
- GAULEJAC, Vincent. **A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade.** São Paulo: Via Lettera, 2014.
- _____. **As origens da vergonha.** São Paulo: Via Lettera, 2006.
- _____. **O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito.** In: Cronos, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, pp. 59-77, jan./dez. 2004/2005.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GOULART, Patrícia (2006a). **O significado do trabalho: delimitações teóricas (1955-2006)**. In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 12, n. 1, pp. 47-55, 2006.

GOULART, Patrícia (2006b). **Trabajar en el nuevo capitalismo: cultura y experiencia del trabajo en el Brasil Contemporáneo**. 2006. 305f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Faculdade de Psicologia, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona.

GRANOVETTER, Mark. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. RAE-Eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 9, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo 1: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERCULANO, Selene. **Afetos, paixões e feminismo - a sociologia das emoções**. Fev. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/X3Wtep>>. Acesso em: dez. 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros (2014)**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores (2013)**. Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2. ed., 296 p., Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD contínua, 2015)**. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://goo.gl/nSKdwy>>. Acesso em: jun. 2016.

KETCHUM, Lyman; TRIST, Eric. **All teams are not created equal: how employee empowerment really works**. Newbury Park: Sage, 1992.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LAPYDA, Ilan. **A financeirização no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. 2011. 223f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. *La fabrique de l'homme endetté. Essai sur la condition néolibérale*. Paris: Editions Amsterdam, 2011.

LIMA JÚNIOR, Olavo. **As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos**. In: Revista do Serviço Público, v. 49, n. 2, 1998.

LIMA, Maria. **A psicopatologia do trabalho**. In: Psicologia, Ciência e Profissão, Brasília, v. 18, n. 2, pp. 10-15, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/ZvuKx2>>. Acesso em: nov. 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Portugal, Lisboa: Edições 70, 2008.

MEANING OF WORK (MOW) INTERNATIONAL RESEARCH TEAM. **The meaning of work**. London: Academic Press, 1987.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro. **Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social**. In: Revista brasileira de ciências sociais. v. 28, n. 83, pp. 141-150, out. 2013.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro; CASTRO, Fábio. **O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)**. In: Dados - Revista de Ciências Sociais. v. 58, n. 1, pp. 7-36, 2015.

MIJOLLA, Alain. **Dicionário internacional da psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2005, v. 1, p. 905.

MIRAGAYA, Júlio. **O fosso econômico e social entre o rico quadrilátero e seu entorno empobrecido: a industrialização é uma solução**. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). Trabalho na capital. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

MORICONI, Gabriela et al. **Diferentes padrões de políticas salariais nos estados brasileiros: uma análise a partir do diferencial de salários público-privado**. In: Revista de Economia Política, v. 29, n. 3, pp. 114-134, jul./set. 2009.

MORIN, Estelle. **Os sentidos do trabalho**. In: RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 3, pp. 8-19, jul./set. 2001.

MPOG. **Boletim estatístico de pessoal e informações organizacionais**. Secretaria de Gestão Pública, Brasília, v. 20, n. 230, jun. 2015. Disponível em <<http://goo.gl/Tb8MQ1>> acesso em: out. 2015

NOGUEIRA, Bruno. **Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público**. 2015. 113f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

NOGUEIRA, Maria; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

NUNES, Christiane. **Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal?** In: Sociedade e estado. v. 16, n. 1-2, pp. 134-58, 2001.

NUNES, Christiane; SILVA, Pedro. **Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil** In: Sociedade e estado, v. 28, n. 3, pp. 587-606, 2013.

- OLIVEIRA, Nelson. **O amadorismo como traço distintivo da burocracia federal brasileira**. 2009. 212f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- ORTIZ, Renato. **Universalidade e diversidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OUTHWAITE, William. **The future of society**. USA: Blackwell Publishing, 2006.
- PAGÈS, Max. et al. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.
- PINTO, Luiz. **As classes sociais no Brasil**. In: Sociologia e Desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RAWLS, John. **A Theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- RODRIGUES, Kalina; FERREIRA, Synara. **Depressão: é possível intervir na incapacidade para o trabalho?** In: Congresso Consad de Gestão Pública, 4., 2011, Brasília. Disponível em: <<http://goo.gl/d1HLlh>>. Acesso em: ago. 2015.
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- SETTON, Maria. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 20, pp. 60-70, mai./jun./jul./ago. 2002.
- SOUSA, Alice. **O processo administrativo do concurso público**. 2011. 161f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. São Paulo: Autêntica, 2013.
- TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Agir, 2010.
- TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento**. In: _____ Argumentos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000.

- URRY, John. **Sociology beyond societies**. London and New York: Routledge, 2000.
- VANDENBERGHE, Frederic. **A sociologia na escala individual**. In: Cadernos do Sociófilo, v. 4, n. 1, p. 70-112, 2013.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Análise dos sistemas mundiais**. In: GIDDENS, Anthony.; TURNER, Jonathan. (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1996, pp. 447-470.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 1999. vol. 2.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.